

1/2  
P  
C  
D

MARL – MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, S.A.

# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2023



**marl**

**Mercado Abastecedor  
da Região de Lisboa**

1/1/2017  
C.A.  
J.S.

RELATÓRIO DO  
CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO



*Handwritten notes:*  
PB  
CST  
Dbs

## ÍNDICE

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	2
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....	4
3. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO .....	6
4. SÍNTESE DE ÍNDICADORES .....	10
5. ATIVIDADE DA EMPRESA.....	11
6. RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	34
7. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO .....	34
8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	37
9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	49
10. OUTRAS INFORMAÇÕES .....	49
11. PERSPETIVAS FUTURAS .....	49
12. REFERÊNCIAS FINAIS .....	51
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO .....	52

Handwritten notes and initials in blue ink, including a checkmark, the letters 'PB', 'CTH', and 'Dhs'.

## 1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Como é sabido, nos últimos 4 anos a sociedade debateu-se com vários fatores inesperados que tiveram uma grande repercussão na atividade das empresas. Em primeiro lugar, em 2019 houve uma pandemia de escala global, a COVID 19, que, pela sua magnitude e transversalidade impactou fortemente a atividade quotidiana das pessoas e, como já se referiu, também das empresas.

Esta situação obrigou a que todas as empresas, e os Mercados Abastecedores não foram exceção, tivessem necessidade de se adaptar a uma nova realidade e de se reinventar, seja pela adoção de novas práticas de funcionamento e de gestão das pessoas e dos seus ativos, sendo que muitas delas acabaram por ser internalizadas e adotadas para o futuro, seja pela necessidade de adaptações ao seu modelo de negócio, reforçando o investimento nos setores de atividade mais afetados, mas também aproveitando janelas de oportunidades que surgiram durante este período.

E foi também um período que veio dar uma ênfase inequívoca à importância que os Mercados Abastecedores têm na sociedade e, em particular, naquilo que é o abastecimento das populações. Mesmo em situações de pico de contágios na pandemia, e quando muitos outros setores experimentavam dificuldades ou tiveram mesmo de interromper a sua atividade, todos os nossos Mercados Abastecedores, não obstante a necessidade das devidas adaptações e contando sempre com a abnegação dos seus trabalhadores e operadores económicos, mantiveram a sua atividade ininterrupta 24 horas por dia, 365 dias por ano. E, por isso, foram vitais para o fornecimento do setor retalhista e, subseqüentemente, da população que ali se abastece.

E dessa forma o MARL conseguiu durante toda a pandemia, não obstante dificuldades pontuais em alguns operadores de setores de atividade muito restritos (flores, pescado e restauração) e que mereceram por parte deste Conselho de Administração o devido acompanhamento, manter uma trajetória de crescimento e da consolidação dos bons resultados naquilo que são os diversos indicadores económicos e financeiros, incrementando de forma sustentada o volume de negócios e o resultado líquido, a par de uma redução significativa da sua dívida financeira líquida.

Mas em 2022, quando o mundo ainda não estava totalmente refeito das ondas de choque provocadas pela pandemia, surgiu um novo acontecimento com consequências à escala global, a invasão da Ucrânia pela Rússia. Este evento, pela sua magnitude e total imprevisibilidade, e pela espiral inflacionista no preço dos serviços que gerou, impactou fortemente na nossa atividade e, sobretudo, nos resultados do exercício desse ano.

Já em 2023, e dando continuidade à política de gestão rigorosa dos recursos existentes promovida por este Conselho de Administração, centrada naquilo que é a atividade primordial do mercado e a sua interação direta com a envolvente empresarial e territorial, aliada a uma política comercial de ocupação dos espaços existentes efetiva e atuante, os indicadores económicos e financeiros do exercício foram fortemente consolidados. Nesse sentido, refere-se que o volume de negócios em 2023 ascendeu a 14 539,3 milhares de euros, o maior de sempre na vida da empresa, e que representa um incremento de 6,0% relativamente a 2022, bem como um acréscimo de 9,1% relativamente a 2018.

No que respeita ao resultado líquido do exercício, ainda que impactado pelo aumento dos custos operacionais resultantes da atividade adicional relacionada com a pandemia covid-19, que foram interiorizados como permanentes, e, também, pelo incremento decorrente do aumento significativo no custo de alguns dos serviços necessários à prossecução da atividade do Mercado, foi alcançado um resultado na ordem dos 4 896 milhares de euros, o que representa o maior resultado líquido na história da empresa, contabilizando-se um acréscimo de 5,8%, relativamente ao ano transato e um acréscimo de 17,1%, relativamente a 2018.

Handwritten initials and marks in the top right corner, including 'PB', 'CR', and a signature.

Neste exercício alcançou-se ainda um EBITDA de 10 635 milhares de euros, também ele um valor máximo na história da empresa, que configura um incremento de 6,9% relativamente ao valor obtido em 2022.

Foi ainda mantida a trajetória de redução significativa e consistente da dívida financeira líquida, que ascendia a 9 028 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de 5 751 milhares de euros (-39%), face a 31 de dezembro de 2022 e de 29 795 milhares de euros (-77%), face a 2018. Nesta vertente, não obstante a firme negociação efetuada com a banca no decurso do ano tendo em vista a melhoria das nossas condições de financiamento, temos de realçar um incremento de 305 milhares de euros (237%) relativamente ao ano de 2022.

Este Conselho de Administração congratula-se e considera estes resultados muito positivos, porque alcançados num período de grande incerteza e com uma espiral inflacionista que fez crescer em grande medida os nossos custos operacionais e, que obrigou a um esforço acrescido e conjugado de todos os envolvidos na operação do mercado. A começar pelos funcionários do MARL, que deram o seu melhor e conseguiram com o seu empenho e abnegação garantir a operacionalidade plena da nossa atividade, bem como a contribuir para a implementação de medidas de contenção de custos e racionalização de recursos.

Também se sublinha a excelente relação institucional existente com os nossos acionistas, os municípios de Loures e de Lisboa, e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Este clima de articulação, alinhamento e bom relacionamento é fundamental para o atingimento dos objetivos da empresa e para a consecução de resultados desta magnitude. Adicionalmente, permite-nos levar a cabo projetos diferenciadores como o Loures Inova, projetos de mobilidade urbana e de micrologística, bem como projetos de responsabilidade social como o 5 ao Dia e o Banco Alimentar, que, neste quadro, têm condições acrescidas para serem levados a cabo com sucesso.

Neste espetro da cooperação institucional, impõe-se igualmente fazer referência ao nosso ROC, que, em todos os momentos, se rege por uma atuação tecnicamente competente, rigorosa e equilibrada.

No que a investimentos diz respeito, e na sequência de alguma contenção que ocorreu durante o exercício passado, decorrente de um aumento significativo do custo das empreitadas e demais processos de requalificação dos pavilhões, demos continuidade, e até acelerámos, a modernização dos nossos ativos. A modernização e requalificação do Mercado, com quase 25 anos de utilização intensiva, continua a ser, mais do que nunca, uma prioridade. Estamos plenamente conscientes que só dessa forma conseguiremos manter a excelência da nossa oferta de serviços e incrementar a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética da nossa operação. Só assim estarão criadas as condições para a manutenção da satisfação dos operadores atuais, bem como para o incremento da atratividade dos nossos espaços para novos operadores, permitindo a diversificação da oferta a novos setores de atividade que trarão valor acrescentado à nossa operação.

E é com confiança, mas igualmente com alguma precaução em função de panóplia de situações inesperados e impactantes que possam vir a surgir durante o ano, que perspetivamos aquilo que será o ano de 2024 para a nossa atividade. Ainda com uma economia a recuperar da pandemia covid-19, a guerra em grande escala no leste da Europa, e agora no Médio Oriente, que desencadearam uma espiral inflacionista nos preços e implicaram um aumento muito significativo nos preços das matérias-primas e da energia e mais recentemente dos juros da dívida. E por muito que o nosso esforço de eficiência na gestão dos recursos do Mercado esteja a ser bem-sucedido, não descartamos a eventualidade que possa continuar a haver repercussões nos resultados da empresa. A aposta em energias renováveis é parte da solução, perspetivando-se para o ano de 2024 a entrada em funcionamento de investimentos neste tipo de soluções que permitam mitigar o impacto do custo da energia na operação do Mercado.

Por outro lado, a retração no consumo que já se verifica em boa parte dos produtos transacionados no MARL, e concomitantemente uma diminuição do número de retalhistas que se vem aqui abastecer, bem como das quantidades de produtos que adquirem no Mercado, serão igualmente fatores que merecem

*Handwritten notes:*  
PB  
Ck  
Ds

a nossa preocupação, pelo impacto negativo que possam vir a ter na atividade dos nossos operadores e do próprio Mercado.

Ao nível dos Recursos Humanos, o ano de 2023 caracterizou-se pela continuidade da tentativa de resolução de um problema estrutural encontrado quando este CA tomou posse em 2021, nomeadamente a ausência de uma política agregadora de recursos humanos, assente em regras de organização, progressão e avaliação transversais.

E logo, desde esse momento, assumiu este CA perante a tutela, a prioridade que teria de ser dada à valorização da dedicação e empenho dos recursos humanos, bem como o respeito pelo direito a uma carreira e à sua evolução.

Conjugar essa valorização e respeito com as regras de contratação e metas financeiras do setor público, concretizando um regulamento de carreiras, um modelo de avaliação e, se possível, um acordo de empresa, será desígnio para o atual mandato.

E realça-se a motivação dos recursos humanos como pedra basilar nesta estratégia integrada delineada para os próximos anos. Só com trabalhadores devidamente valorizados e com competências reforçadas conseguiremos perseguir estes objetivos ambiciosos com sucesso, reforçar o papel do MARL e do Grupo SIMAB no plano nacional e internacional, corporizando o nosso lema: "Comprometidos com o abastecimento, a logística e a Distribuição Nacional".

## 2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A invasão da Ucrânia pela Rússia, está a gerar um clima de instabilidade, pois uma vitória russa põe a Europa em risco dada a possibilidade de alastramento do conflito para o interior das fronteiras da EU. Por outro lado, as alterações climáticas levam, entre outros aspetos, a que o sistema de circulação de água dos oceanos - que ajuda a manter boa parte da estabilidade do clima global, esteja a ficar cada vez mais vulnerável. Estes são apenas uns dos fatores externos que ameaçam atingir e desestabilizar a economia mundial e, concomitantemente, bastante impactante ao nível europeu.

Desde o ataque do Hamas sobre os civis israelitas junto à fronteira da Faixa de Gaza com Israel, que se tem verificado alguma volatilidade nos preços do petróleo. Ainda que, até ao momento, não se tenha verificado nenhum choque relevante no fornecimento dos produtos petrolíferos, o mercado poderá sofrer alterações, especialmente caso o conflito se espalhe pela região do Médio Oriente. A maior preocupação não passa pela possibilidade de menor oferta dos produtos petrolíferos, mas sim pela segurança no estreito de Ormuz, por onde transita cerca de 20% do petróleo consumido globalmente. Com o Irão a perturbar o canal, importunando navios americanos e de outras proveniências, temos um impacto nas importações de gás natural liquefeito do Qatar, um dos principais exportadores deste produto para a União Europeia, originando uma escalada nos preços do petróleo.

Com o agravamento da Crise no Mar Vermelho, um quarto da capacidade mundial em transporte marítimo por contentores desistiu da rota pelo Mar Vermelho e pelo Canal do Suez desde o início dos ataques Hútis na região, causando uma enorme subida no preço do transporte de contentores, entre a Ásia, a Europa e a América do Norte.

Também uma crise política se instalou no nosso país quando a 7 de novembro de 2023, o Primeiro-ministro de Portugal apresentou a sua demissão, tendo sido aceite pelo Presidente da República. Esta situação faz acentuar o contexto de incerteza para a economia nacional para 2024.

Por seu lado, o BCE não sobe as taxas de juro de referência, mas também não afasta novas subidas, esta pausa surge quando a inflação da zona Euro demonstra sinais de abrandamento dos preços.

A economia portuguesa mantém perspetiva de crescimento, acima da Zona Euro, embora com perspetivas mais conservadoras. Os abrandamentos das exportações nacionais, do setor industrial e o arrefecimento do sentimento económico, suportam uma expectativa de crescimento menos expressiva

Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'B', 'CA', and 'Dm'.

para 2023, face às perspetivas anteriores. Esta cresceu cerca de 2,1% em 2023, projetando-se um abrandamento em 2024, para 1,2%, e uma recuperação do crescimento nos anos seguintes, para 2,2%, em 2025 e 2,0% em 2026. A inflação manterá uma trajetória descendente, com a variação anual do IHPC a reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,9% em 2024 e 2,0% em 2025–26, destacam-se as revisões em baixa em 2024 do crescimento económico (0,3 pp) e da inflação (0,7 pp). A inflação esperada em 2023 apontou para o continuar da trajetória descendente e, a evidência indica uma normalização da frequência de ajustamentos dos preços, após um período em que ocorreram subidas a um ritmo bastante superior ao habitual.

O rácio da dívida pública mantém uma trajetória de redução, pois de acordo com os dados do Eurostat, estes indicam que Portugal baixou, no 2º trimestre de 2023, o seu rácio da dívida pública para 110% do PIB, ficando abaixo dos 112% verificados no final do 1º trimestre e dos 121% verificados no período homólogo. Portugal ocupa agora a 5ª posição dos Estados da UE com maior dívida pública, onde ocupava a 3ª posição desde 2010. O ex-Ministro das Finanças, definia a redução da dívida pública como uma prioridade no OE2414, tendo a expectativa de reduzir a mesma para valores abaixo de 100% do PIB em 2024.

O Banco de Portugal e o FMI, revêm as perspetivas sobre a economia portuguesa em baixa: crescimento mantém-se, mas menos expressivo. O desempenho acima do esperado no 1º trimestre, motivou perspetivas otimistas para a economia portuguesa, a junho. No entanto, uma evolução abaixo da esperada nos trimestres seguintes, levou a uma revisão em baixa do crescimento esperado para a economia nacional em 2023 e 2024, por parte das autoridades económicas. Assim, o abrandamento económico reflete-se negativamente na dinâmica setorial e na confiança da economia e as exportações de bens nacionais, que têm registado níveis inferiores a 2022, desde abril de 2023.

No Grupo SIMAB, continuamos a acompanhar as entidades gestoras que integram os Mercados Abastecedores, o que nos permite concluir que na maioria das empresas que exerceram atividade nestes Centros de Distribuição e Logística de base alimentar, durante o ano de 2023, o impacto económico da atual conjuntura foi relativamente bem acomodado, com particular enfoque no setor hortofrutícola, marcado pela medida de apoio às famílias "IVA 0%".

Verificou-se a manutenção da atividade dos Operadores, tendo-se constatado que permanente diálogo estabelecido com estes pelas estruturas de gestão dos diferentes mercados, permitiu manter o equilíbrio e a residual a necessidade de acordos de pagamento (sempre sem perdão de capital), os quais, depois de celebrados, não originaram incumprimentos. Aliás tal é evidenciado pela imaterialidade do nível de imparidades em dívidas a receber de clientes, de cerca de 0,15% do volume de negócios, nos últimos três anos. Ainda assim, registaram-se, algumas situações de insolvência, que foram devidamente acompanhadas pelos nossos Serviços Jurídicos. Assim conseguiu-se assegurar a manutenção do nível geral de rendimentos/receitas na atividade dos Mercados Abastecedores, apesar da conjuntura exposta.

Do ponto de vista interno, o impacto desta conjuntura macroeconómica acabou por ser mais significativo na alteração na estrutura de custos do Grupo, uma vez que as despesas operacionais continuaram a sofrer acréscimos, limpeza e higiene, interior e exterior, seguros e desinfeção dos mercados. No apuramento dos indicadores assistimos globalmente ao agravamento de preços pelos nossos prestadores de serviços na ordem de 20%, quando os IPG's indicavam uma inflação prevista para 2023 de 5,1%.

Apesar da atual conjuntura, todas as empresas do grupo SIMAB têm conseguido assegurar a continuidade das operações, cumprir os compromissos financeiros assumidos, reduzir a dívida, garantindo a sustentabilidade dos Mercados a curto prazo, sem comprometer a sua viabilidade de médio/longo prazo.

Voltamos a destacar, a inelegibilidade do Grupo SIMAB ao PRR, não podendo concorrer a nenhum dos pilares, por ser considerado no universo consolidado do Acionista Parpública, uma "Não PME". Estes apoios seriam muito importantes no atual ciclo de vida dos imóveis / instalações do Grupo - com mais de 2 décadas e a necessitar de renovação - para que mais facilmente possamos acorrer aos desafios apresentados pela sustentabilidade ambiental e pelas transições enérgicas e digitais.

*[Handwritten signatures and initials]*

Evidenciamos também, a resiliência dos atuais trabalhadores do Grupo SIMAB, face à carência de recursos humanos em quase todas as áreas, seja ao nível administrativo, seja ao nível operacional, sendo que a tentativa de colmatação dessas necessidades teve de ser feita com recurso a prestadores de serviços, para salvaguarda dos elevados níveis de serviços junto dos operadores, levando a um acentuar da estrutura de fornecimentos de serviços externos.

### 3. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

A reflexão estratégica tem feito parte do dia a dia do GRUPO SIMAB, confirmando a importância da manutenção de um foco estratégico capaz de posicionar o grupo num contexto de mudança permanente e de desafios cada vez mais ambiciosos.

Dando cumprimento às orientações estratégicas específicas dirigidas aos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2021/2023, concluído o ciclo relativo ao Plano Estratégico precedente, foi dado início à elaboração de um novo documento de definição estratégica do Grupo SIMAB para o horizonte temporal 2022-2026 (PE 22-26), tendo em vista apontar um novo paradigma de gestão, mais consonante com os tempos desafiantes que se vive na atualidade, recentrando o foco do Grupo naquilo que é o seu papel de garantia das condições logísticas de abastecimento de produtos alimentares e não alimentares no território nacional.

#### 3.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A MARL, SA tem como missão proporcionar à população bens agroalimentares de elevada qualidade e variedade, através de uma infraestrutura de suporte ao comércio grossista. Assume-se como uma organização que pretende contribuir ativamente para a melhoria da sociedade, através de uma adequada gestão do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, de modo a permitir a comercialização e distribuição de uma vasta gama de produtos e serviços.

Na prossecução da sua missão, a MARL, SA ambiciona alcançar a visão de ser uma empresa líder no setor enquanto primeira escolha pela qualidade dos serviços e valor entregue aos seus clientes, suportado num modelo de atuação sustentável e reconhecido pela eficiência na gestão dos seus ativos.

A MARL, SA assume como fundamentais um conjunto de valores que são entendidos, observados e vividos por todos os colaboradores na sua prática profissional, expressando os valores e os princípios da organização, a sua reputação, a maneira de estar dos seus colaboradores, entre si e com os restantes *stakeholders*, sejam acionistas, fornecedores, clientes, parceiros ou a sociedade em geral, traduzindo-se, entre outros e de forma sintética:

**RESILIÊNCIA** | Porque vivemos tempos desafiantes caracterizados pela escassez de recursos, pela turbulência do presente, pela incerteza do futuro e pela complexidade do ambiente em que operamos.



Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'B', 'CR', and 'Dm'.

**EFICIÊNCIA** | Porque os recursos são escassos e importa garantir a otimização do esforço financeiro do Estado.

**COMPROMISSO** | Porque precisamos de estar comprometidos com a nossa missão e os resultados que pretendemos alcançar.

### 3.2. ORIENTAÇÕES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARL, SA.

A MARL, SA, em 2023, continuou a ser abrangida por um conjunto de medidas definidas para as empresas do setor empresarial do Estado, estipulado na Lei do Orçamento do Estado (LOE) para 2023 (Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro) e no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2023 (DLEO2023) (Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro), nomeadamente:

- A continuação de uma política de ajustamento dos quadros de pessoal, adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente, só podendo ocorrer aumento do número de trabalhadores nos termos do disposto no DLEO2023;
- A prossecução de uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais, excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, relativamente ao volume de negócios verificado em 2022;
- Manutenção dos gastos com pessoal, que se devem manter iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2022, corrigidos dos impactos de disposições legais, de indemnizações por rescisão e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo;
- A limitação do conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel, e encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, que se devem manter iguais ou inferiores aos registados em 2022. O acréscimo nestes gastos apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente sustentadas em análise custo-benefício, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa;
- No apuramento do crescimento global do endividamento das empresas públicas integradas no Setor Empresarial do Estado (SEE) são excluídos os novos investimentos com expressão material (que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento anual da empresa).

Foram ainda tidos em consideração o conjunto de legislação sobre o SEE (Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pelo artigo 20.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pelo artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), sobre os gestores públicos e outros diplomas legais e atos administrativos que estabelecem regras, recomendações e decisões de natureza fiscal ou outras, muitas vezes de forma pontual e para um período de tempo determinado.

### 3.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO ACIONISTA

Na sequência da eleição de novo Conselho de Administração, em março de 2021, foram emanadas pelo acionista orientações estratégicas, que presidem a atividade do Grupo SIMAB, desde essa data.

*Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large 'l' and several initials.*

A Deliberação Unânime por Escrito de 23 de março de 2021, com a eleição do Conselho de Administração da  *Holding SIMAB, SA*, solicitava a apresentação de uma proposta de objetivos, indicadores e metas, que constituiria a base dos contratos de gestão a celebrar, também decorrentes do artigo 18º do Estatuto do Gestor Público (DL n.º 71/2007, de 27 de março), sendo os principais de seguida sintetizados:

- a) Desenvolver as ações necessárias de modo a garantir a evolução do modelo de negócio da SIMAB, em termos que:
  - 1. Garantam o cumprimento de serviço público;
  - 2. Assegurem a rentabilidade económica e financeira da empresa;
  - 3. Preservem os valores ao nível de segurança e garantia de saúde pública do mercado abastecedor.
- b) Promover a eficácia e eficiência da SIMAB, com racionalização do seu desenvolvimento de negócio e da sua orgânica, garantindo a contenção de custos operacionais e adequação à dimensão e perfil de negócios.
- c) Promover a consolidação da estrutura financeira da Sociedade, preservando a remuneração do capital acionista.

Conforme solicitado, foi enviado no prazo definido de 45 dias, para ser alvo de concertação, uma proposta de objetivos, indicadores e metas, com vista à celebração do referido contrato de gestão.

No seguimento dos posteriores contatos, contributos e reuniões de trabalho, foi reenviado o documento revisto. Aguardando-se da parte da Acionista decisão sobre o mesmo, razão pela qual ainda não é possível de ser vertida neste documento, tal proposta relativa ao Contrato de Gestão, salientando-se, contudo, a existência e o prosseguimento de um Plano Estratégico

Pelo acima exposto, não existiram, em 2023, objetivos em vigor ao abrigo de Contratos de Gestão, aguardando-se, à data da elaboração do presente documento, o resultado da apreciação da proposta de objetivos e indicadores a constar nos Contratos de Gestão dos membros do CA para o atual mandato, os quais, uma vez aprovados, passarão a ser regularmente acompanhados.

#### 3.4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, foi dado início à elaboração de um novo documento de definição estratégica do Grupo SIMAB para o horizonte temporal 2022-2026 (PE 22-26), tendo em vista apontar um novo paradigma de gestão, mais consonante com os tempos desafiantes que se vive na atualidade, recentrando o foco do Grupo naquilo que é o seu papel de garantia das condições logísticas de abastecimento de produtos alimentares e não alimentares no território nacional.

Neste enquadramento e alinhadas com as orientações estratégicas do acionista foram estabelecidos cinco objetivos estratégicos que, pretende-se, garantirão a sustentabilidade da atividade da empresa e a criação de valor a longo prazo:

#### 1 | CRESCER & DIVERSIFICAR NA OFERTA

[Desenvolver sustentadamente a missão pública com foco no mercado nacional]

A integração no setor empresarial do Estado impõe ao grupo SIMAB uma responsabilidade acrescida para garantir a total observância da sua missão pública, em estreito alinhamento com as prioridades de política pública do país. No contexto atual em que Portugal se encontra devido aos grandes desafios internos provocados pela crise pandémica que assola o mundo, a prioridade de atuação do grupo terá como foco o mercado nacional, procurando em todos os momentos corresponder às necessidades

internas, de forma a contribuir para a resiliência de Portugal. A melhoria e alargamento dos serviços internos de apoio aos mercados abastecedores e externos e de apoio aos mercados municipais são fundamentais para garantir a qualidade de serviço, atratividade dos mercados e acrescentar valor aos seus clientes.

## 2 | MODERNIZAR ATIVOS

[Fortalecer infraestruturas operacionais e tecnológicas]

A capacidade do grupo SIMAB - promover a prestação da sua exigente missão pública - está dependente da boa operacionalidade das suas infraestruturas. Garantir estruturas modernas, funcionais e seguras é condição obrigatória para acompanhar o nível de exigência e expectativa dos operadores e restantes *stakeholders* dos mercados. Por outro lado, permite ainda assegurar as elevadas taxas de ocupação dos espaços, garantir a segurança dos seus utilizadores e melhorar a eficiência na gestão dos ativos. O contexto da crise pandémica veio reforçar a importância da resiliência das infraestruturas para minimizar efeitos negativos no funcionamento dos mercados e na prestação do seu serviço à sociedade. Os próximos anos serão marcados pelo aceleração da transição digital em todos os setores de atividade, pelo que o grupo SIMAB terá de corresponder aos desafios deste contexto, nomeadamente assegurando que a infraestrutura tecnológica acompanhe todos os requisitos impostos pelos seus clientes e *stakeholders*.

## 3 | REFORÇAR A EFICIÊNCIA & PROCESSOS

[Acelerar sustentabilidade económica e financeira e operar transição digital interna]

A melhoria da sustentabilidade económica e financeira é condição obrigatória e essencial em qualquer contexto empresarial, pelo que constituirá uma prioridade que terá de ser ainda mais reforçada nos próximos anos face aos potenciais efeitos económicos ainda incertos que poderão surgir derivado ao contexto da guerra. Por outro lado, o ambiente imprevisível, desconhecido e complexo que caracteriza hoje em dia o ambiente de negócios, obriga a que o grupo SIMAB consiga desenvolver agilidade estrutural de forma a corresponder com níveis de prontidão superiores a todas as exigências com que será confrontado no cumprimento da sua missão. Neste contexto, é fundamental investir na resiliência do seu modelo organizacional e funcional.

## 4 | REFORÇAR A ATUAÇÃO DOS RH

[Dinamizar competências com impacto na capacidade operacional para minimizar carências de RH]

O grupo SIMAB continua a atuar num contexto marcado pela forte escassez de recursos humanos, por um lado, e, por outro lado, o elevado grau de relevância e impacto da sua missão pública para a economia à escala nacional. Estamos conscientes da importância, ambição e desafio deste objetivo. Só uma estrutura de RH adequada e capacitada poderá enfrentar com responsabilidade os desígnios da sua missão. O alinhamento das equipas com os objetivos estratégicos e estratégias dos próximos anos, o reforço de uma gestão orientada para resultados ambiciosos e o desenvolvimento de uma cultura proativa e de elevada prontidão assumirão um papel ainda mais importante no contexto atual.

## 5 | CONTRIBUIR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

[Adicionar valor às políticas públicas através da articulação de *stakeholders* & meios]

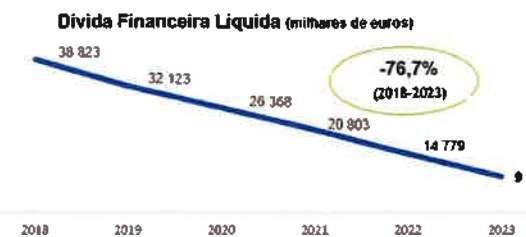
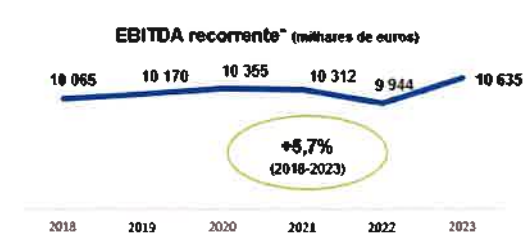
No contexto desafiante que irá marcar a nossa sociedade e o ambiente empresarial nos próximos anos, as políticas públicas necessitam de estar apoiadas numa abordagem colaborativa e proativa por parte de todos os seus *stakeholders*. Assegurar uma relação próxima, construtiva e estratégica com

*Handwritten notes:*  
PB  
CA  
H

*stakeholders*-chave, será crucial para alavancar o impacto do valor acrescentado das políticas públicas. O cumprimento da missão pública do grupo SIMAB não se pode esgotar apenas na boa gestão do funcionamento dos mercados, pelo que o grupo pretende assumir uma postura ativa e dinamizadora nas suas obrigações em matérias de responsabilidade social e ambiental, requeridas numa política de elevado compromisso com o desenvolvimento sustentável em todas as suas vertentes.

**4. SÍNTESE DE INDICADORES**

INDICADORES OPERACIONAIS					
2000 23 anos em funcionamento	212 M€	101 ha	840	93%	45%
Data de Início atividade	Investimento até a data	Área total	Operadores	Taxa Ocupação	RRR (Reciclagem/Recuperação/Resíduos)
INDICADORES FINANCEIROS					
14,5 M€	10,6 M€	71%	4,9 M€	5,74%	26%
Volume de Negócios	EBITDA recorrente	Margem EBITDA	Resultados Líquidos	RCP	Rácio de Endividamento



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## ATIVIDADE DA EMPRESA

### 5.1. PARCERIAS INSTITUCIONAIS E PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO

**PARCERIAS** – Preconizando uma política de promoção do desenvolvimento e crescimento dos seus clientes e no âmbito da Investigação & Desenvolvimento e Inovação, a MARL, SA esteve envolvida em diversas parcerias.

**Loures INOVA - Associação para a Inovação e Capacitação Empresarial – Loures Inova.**

O *Foodlab* do MARL, trata-se de um espaço, financiado PORLISBOA, pela Câmara Municipal de Loures e pelo MARL, que pretende dar resposta às *startups*, que se encontram incubadas no Loures INOVA – Centro de Negócios e Incubação, que passou a assumir nova identidade – Loures Innovation Hub.

O FoodLab, com uma área de 400m<sup>2</sup>, vai permite dar resposta operacional a projetos ligados à transformação alimentar, sendo também uma unidade industrial de produção que, com as características com que está dotada, é única no país, tendo a capacidade de ser também um hub de lançamento direcionado a todas as marcas que pretendam lançar-se no setor agroalimentar dos mercados nacionais e internacionais.



O FoodLab, encontra-se em fase de licenciamento, por parte dos organismos competentes, prevendo-se que inicie a sua atividade no primeiro semestre de 2024, podendo as empresas instaladas no Mercado, passar a dispor de um local onde possam trabalhar a inovação de serviços e produtos, impulsionando dessa forma o crescimento das empresas do setor agroalimentar e logística e dessa forma, indo dar resposta às necessidades de inovação deste setor.

**Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia (A2S) - A MARL, SA** colabora, na qualidade de associada, com a Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia (A2S), formalmente constituída em janeiro de 2015.

A2S é uma associação sem fins lucrativos e tem como finalidade a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural da região saloia; a implementação e gestão de projetos e programas nacionais, da União Europeia ou cofinanciados, por forma a dar resposta aos desafios e objetivos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Local preconizada para o território onde se insere (Loures, Mafra e Sintra).

No âmbito da colaboração entre o MARL e a A2S, no dia 27 de junho, foi apresentado nas nossas instalações, o projeto INCOMUN – INovação e CONhecimento no MUNdo Rural, com a presença do Secretário de Estado da Agricultura Gonçalo Rodrigues. O INCOMUN é um projeto de cooperação desenvolvido por um conjunto de Grupos de Ação Local (GAL) representativos da diversidade territorial do país nomeadamente a A2S, ADAE, ADIBER, ADRIMINHO, GAL Aveiro Norte, GAL Aveiro SUL, CoimbraMaisFuturo, ESDIME e IN LOCO e conta com o apoio do PDR2020.

No último trimestre do ano, a A2S, apresentou a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) para o período de para o período 2023-2027 para as zonas costeiras de Cascais, Mafra e Sintra. Esta Estratégia construída de forma participada por 40 entidades públicas e privadas da região, lideradas pela A2S, foi formalmente aprovada no passado mês julho pela Autoridade de Gestão do Programa Mar2030.

Handwritten initials and marks in blue ink, including a large 'B' and 'CR'.

Entre os principais objetivos destacam-se a dinamização da economia local, a melhoria da qualidade de vida das populações das zonas costeiras e o aumento do conhecimento sobre o oceano e a orla Costeira. Para a concretização destes objetivos estão disponíveis cerca de 3,1 milhões de euros para apoiar a fundo perdido iniciativas promovidas por entidades públicas e privadas com atuação na região.

**“Portugal Fresh”** - A MARL, SA manteve o protocolo de colaboração com a Portugal Fresh, associação que tem como finalidade promover a fruta, legumes e flores de Portugal, nacional e internacionalmente. Esta parceria pretende facilitar o acesso dos clientes da MARL, SA (operadores), a plataformas setoriais e detentoras do “know-how” necessário para o crescimento e expansão das empresas.

**Associações Representantes dos Clientes (Operadores)** – Para facilitar o acesso dos seus clientes (operadores) às associações que os representam, a MARL, SA disponibilizou-lhes espaço para o desenvolvimento de atividades, sempre com o propósito comum de defesa e harmonização dos respetivos interesses. No MARL, estão presentes associações de vários setores, designadamente a ASSOMARL – Associação dos Operadores de Frutas do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, ANAEF – Associação Portuguesa dos Grossistas de Hortofrutícolas, e a ALIF - Associação da Indústria Alimentar pelo Frio, com as quais a MARL, SA comunica e consulta, com objetivo de que a sua ação esteja alinhada com os interesses e preocupações dos seus clientes.

**BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME** – No âmbito da colaboração entre a MARL, SA e o Banco Alimentar contra a Fome, mantiveram-se os acordos de cedência de espaço assinados em anos anteriores, assim como a estreita colaboração com os seus responsáveis, permitindo que permaneçam todo o ano no Mercado para a recolha diária de produtos junto dos operadores.

No passado mês de maio, foi realizada uma ação de agradecimento por parte do Banco Alimentar Contra a Fome, às 10 empresas, instaladas no MARL, que mais contribuíram com doações de bens alimentares frescos, excedentes de produtos hortofrutícolas, que apesar de não poderem ser comercializados, podem ser consumidos em condições de higiene e segurança alimentar.

Os voluntários do BA, também percorreram os Pavilhões de Hortofrutícolas, para agradecer aos operadores a disponibilidade demonstrada percorreram os pavilhões do MARL a agradecer aos operadores os seus contributos para esta causa.

**MOVIMENTO “UNIDOS CONTRA O DESPERDÍCIO ALIMENTAR” (UCDA)** - A SIMAB aderiu ao movimento cívico ‘Unidos Contra o Desperdício’ (UCDA), comprometendo-se a lutar ativamente contra o desperdício alimentar na sua atividade, envolvendo em todas as etapas da produção, transformação, distribuição e logística os agentes que possam contribuir para a sua redução.

Para contrariar este problema mundial, com impactos a vários níveis, foi criado em Portugal o UCDA, um movimento cívico e nacional, congregador e agregador, que une a sociedade num combate ativo e positivo ao desperdício alimentar, reforçando a importância de cada um de nós nesta luta. O UCDA conta com o Alto Patrocínio do Presidente da República e com o apoio do Secretário-Geral da ONU.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Com o objetivo de facilitar o aproveitamento de excedentes, tornando habitual a luta contra o desperdício alimentar, incentivar e facilitar a doação das sobras, bem como promover um consumo responsável, o UCDA foi fundado por várias entidades, congregadas pela Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, sendo um Movimento com várias vozes e diferentes tons, que une e congrega empresas, instituições, o público e o privado e as várias gerações em torno do objetivo único de lutar contra o desperdício alimentar.

No Grupo SIMAB, as boas práticas implementadas têm sido e permaneceram em 2023:

- Os operadores dos mercados abastecedores doam alimentos ao Banco Alimentar contra a fome;
- No MARL, os subprodutos de 'categoria 3' são encaminhados para rações animais;
- Implementação da 'Rota de Orgânicos' no MARL, através da qual se encaminha, para destino final, a maioria dos orgânicos para uma central de compostagem;
- 'Associação 5 ao Dia' – capacitação de crianças a reduzir o desperdício alimentar, com o foco nas frutas e legumes.



## 5.2. ÁREA COMERCIAL

Em 2023, a evolução comercial foi positiva, as empresas grossistas de hortofrutícolas continuam a apresentar, na generalidade, maior capacidade de adaptação, tendo, em muitos casos, havido mesmo um aumento do seu volume de negócios, pelo facto de os compradores, designadamente os formatos tradicionais de comércio, isto é, operadores de mercados municipais, mercearias, frutarias e minimercados, mas também os hipermercados e supermercados, terem visto, como sempre identificámos, a procura aumentar e, igualmente, em virtude do aumento do comércio online, da entrega ao domicílio e do aumento das encomendas através das redes sociais e mesmo telefónicas, para os quais muitas reorientaram parte da sua atividade. A generalidade dos contratos, cujo prazo terminou em 2023, foram renovados, de salientar a formalização em regime de concessão de 5 contratos a 5, 10 e 25 anos.

No sector do Pescado, verificou-se uma consolidação da atividade de algumas instaladas, que devido às alterações que se tem vindo a registar na comercialização por grosso de pescado fresco, têm assumido a contratualização de mais espaços de venda e de logística de forma a dar resposta às necessidades em especial dos clientes do canal HORECA.

Destaque ainda para as negociações em curso, com vista à contratualização de uma área de cerca de 10.000 m<sup>2</sup>, que permitirá a construção de um edifício com 6.000 m<sup>2</sup>, e de um entrepiso num edifício já existente, com um operador logístico, que deverá estar concluída no primeiro trimestre de 2024.

Com especto negativo, a rescisão do contrato de utilização como uma empresa de soluções logísticas que tinha sediado no MARL os serviços administrativos, numa área de cerca de 270 m<sup>2</sup>, localizada no Edifício NAC (Núcleo Administrativo e Comercial). A rescisão contratual foi motivada pela necessidade de crescimento da empresa, em área de armazenagem, não dispondo o MARL da área pretendida.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**GRANDES CLIENTES / OUTRAS ÁREAS** – 2023 foi um ano relevante na consolidação e expansão da atividade de empresas instaladas no MARL. A logística e os transportes continuaram a revelar-se fatores determinantes para o desenvolvimento das transações comerciais. Por seu turno, a localização privilegiada do MARL (fácil acesso aos principais eixos rodoviários do país, proximidade ao Aeroporto de Lisboa e aos principais portos marítimos nacionais) impõe-se como fator diferenciador para as empresas de transporte e de logística.

Uma das empresas que desenvolve atividade num dos entrepostos do setor hortofrutícola, fortaleceu a sua posição, com a contratualização de mais uma área de 121 m<sup>2</sup>, passando a dispor de uma área de armazém e logística alimentar superior a 4.000 m<sup>2</sup>.

Na área da logística e transportes, uma das empresas instalada na Plataforma dos Álamos, contratualizou uma área adicional de escritórios, de 135 m<sup>2</sup>, assim como realizou obras de beneficiação no espaço, localizado no Topo Norte do Pavilhão R02, de forma a melhor adaptá-lo à necessidade de crescimento da empresa.

**SETOR HORTOFRUTÍCOLA (PLATAFORMA DOS ÁLAMOS)** – O setor do comércio hortofrutícola é o que regista uma atividade de maior dinamismo no MARL, mantendo uma taxa de ocupação de quase 100% e refletindo, assim, a dinâmica das empresas instaladas nos respetivos pavilhões, onde se verifica a absorção de espaços através da cedência de posição contratual. Em 2023 foram formalizadas 20 cessões de posição, 10 novos contratos, 5 dos quais foram celebrados em regime de concessão.

A organização e distribuição física dos pavilhões, por dimensão e tipologia (entrepósitos, grossistas, médios grossistas e produtores), facilitam uma maior e mais pormenorizada monitorização das atividades dos clientes da MARL, SA, deixando perceber as carências e dificuldades de cada um dos grupos, independentemente da sua dimensão ou especificidade.

A este propósito, são notórias as sinergias nas trocas comerciais entre operadores de diferentes dimensões, relevando-se o facto dos grossistas a operar no mercado internacional - que se especializaram, entretanto, na importação de produtos hortofrutícolas mais específicos - efetuarem as suas trocas comerciais com médios grossistas igualmente instalados no MARL, que posteriormente os transacionam para o retalho.

As rescisões verificadas nos pavilhões de venda do setor hortofrutícola foram pontuais e a elevada procura permitiu a quase imediata contratualização dos mesmos. Das 6 rescisões contratuais, apenas duas ocorreram de forma unilateral, sendo que apenas não foi possível chegar a um acordo de pagamento com uma das empresas, para recuperação dos valores em dívida, tendo o processo seguido para contencioso.

Quanto ao pavilhão A10, destinado aos pequenos grossistas, composto por 188 espaços de 17m<sup>2</sup>, é caracterizado por uma ocupação de pequenas e microempresas, ou mesmo por empresários em nome individual, sendo alguns deles produtores agrícolas. Durante o ano em apreço, foram celebrados 3 contratos de utilização, com o pagamento de taxa de acesso e 8 cedências de posição.

No que diz respeito ao Pavilhão dos Produtores (A03), registaram-se 260 inscrições de produtores, tendo-se verificado uma diminuição do número de inscritos em relação ao ano anterior - menos 11, facto que configura alguma redução na atividade deste pavilhão. Este é um pavilhão muito visitado pelos utentes do Mercado, onde se efetua a venda direta produtor/comprador, em espaços de 3m<sup>2</sup>, de acordo com diferentes modalidades de reserva: mensal, alguns dias ao mês e diária.

Neste setor, salienta-se ainda a ocupação de três entrepostos (A09, A11 e A12) por empresas importadoras/exportadoras, de logística e transportes de produtos hortofrutícolas.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the letters 'CR' and 'DS']*

**SETOR DO PESCADO E POLIVALENTE (PLATAFORMA DO ROUCO)** – O pavilhão do pescado (R07) do MARL é a única infraestrutura do país com número de controlo veterinário e licença sanitária, a par de outros serviços de apoio às transações dos grossistas, nomeadamente câmaras de frio e gelo laminado, o que representa uma mais-valia para as empresas do setor, a quem se impõem exigências higiossanitárias cada vez mais preponderantes na comercialização de pescado fresco.

A taxa de ocupação deste pavilhão manteve -se estável, tendo sido formalizadas 4 rescisões contratuais, 2 das quais, ocorrem por incumprimento contratual, sendo que foi possível recuperar os valores em dívida com uma das empresas, através da formalização e um acordo de pagamento. Quanto à outra empresa não foi possível chegar a um acordo, encontrando-se o processo em fase de recuperação da dívida por via judicial.

Em 2023, foram renovados 4 contratos, com empresas que desenvolviam atividade no pavilhão do pescado, uma das quais, ainda contratualizou uma área adicional de 160 m<sup>2</sup>, passando a dispor de uma área total de cerca de 440 m<sup>2</sup>. Esta empresa dedica-se à venda por grosso de pescado fresco, assim como à distribuição de pescado na zona da grande Lisboa e Alentejo.

A quantidade de pescado fresco que entra no MARL e que se destina à grande distribuição é hoje assaz significativa, mas este canal é cada vez mais seletivo na escolha que faz dos fornecedores. Os grossistas, pela sua dimensão, desenvolveram, entretanto, uma dinâmica de transações em grande quantidade e qualidade, o que lhes possibilita a aposta em clientes de maior dimensão (grandes superfícies, exportações, e outros grupos de grande e média dimensão).

O Pavilhão Polivalente registou uma taxa de ocupação de 100%, este pavilhão funciona essencialmente como entreposto, no qual desenvolvem atividade empresas de diversos setores de atividade. Em 2023, foram formalizados, 3 novos contratos, assim como foram renovados os contratos cujos prazos terminaram no decurso do ano.

**SETOR DAS FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS** – é o setor de atividade que apresenta uma menor rotatividade de operadores, nos últimos anos tem vindo a registar uma redução do número de empresas que desenvolvem atividade no pavilhão R02. Em 2023 ocorreram 2 rescisões contratuais, salientando-se a expansão da atividade de uma das empresas que já desenvolvia atividade no pavilhão, em cerca de 33,2 m<sup>2</sup>, passando a ocupar uma área total de cerca de 140,00m<sup>2</sup>. Esta nova contratualização, vem consolidar a tendência já verificada no ano anterior, de algumas das empresas instaladas estarem a apostar na expansão da atividade no Pavilhão R02.



## TAXA DE OCUPAÇÃO

O quadro seguinte apresenta as taxas de ocupação dos pavilhões principais do MARL a 31 de dezembro de 2023:

### Ocupação dos Pavilhões

Pavilhão	Nº Espaços				Tx Ocup 31/12/23
	Total	Ocupados 31/12/2022	Ocupados 31/12/2023	Disponíveis 31/12/2023	
<b>Pavilhões Principais - Plataforma dos Álamos</b>					
A01	72	72	72	0	100%
A04*	72	72	72	0	100%
A05	36	36	36	0	100%
A06	72	72	72	0	100%
A07	36	35	36	0	100%
A08	72	72	72	0	100%
A10	188	188	188	0	100%
A11	4	4	4	0	100%
<b>Pavilhões Principais - Plataforma do Rouco</b>					
R02	92	70	71	21	77%
R04	60	59	60	0	100%
R07	120	101	101	19	84%

\* um espaço encontra-se ocupado pelo Banco Alimentar

### 5.3. MARKETING INSTITUCIONAL

As ações de marketing institucional associadas ao funcionamento quotidiano do MARL – assentes na informação, divulgação e promoção do Mercado Abastecedor e dos seus operadores e clientes – visam, no essencial, (i) acrescer a proximidade de relação da MARL, SA com os seus clientes e restantes *stakeholders*; (ii) reforçar a atividade comercial, socioeconómica e ambiental da empresa; e, (iii) aumentar a notoriedade e *goodwill* do MARL enquanto equipamento público e plataforma de referência na cadeia agroalimentar e no sistema logístico alimentar e não alimentar, a nível nacional e internacional (produção, transformação, comercialização e distribuição).

Em 2023 foi dada continuidade à implementação do modelo de marketing institucional da MARL, SA, resultado das linhas gerais de orientação estabelecidas pelo Conselho de Administração e declinado, em particular, para iniciativas de comunicação do MARL.

Em termos de atividade de marketing institucional, destacaram-se ações nos domínios da identidade gráfica corporativa e comunicação *above* e *below the line* – imprensa escrita, sítio institucional, redes sociais, plataforma automática de marketing e anúncios rádio.

Neste âmbito há a destacar as seguintes atividades, iniciativas e momentos:

#### - WORKSHOP 'REDE FOODLINK'

No âmbito da parceria 'FOODLINK'- transição alimentar na AML, a SIMAB/MARL participou no workshop da 'Rede FOODLINK', realizado nos dias 6, 7 e 8 de março, que se realizou no ICS ULisboa, numa perspetiva de capacitação interna sobre a 'Estratégia de Planeamento Alimentar da Área Metropolitana de Lisboa'.

Handwritten initials and marks in the top right corner, including a checkmark, 'PB', 'CR', and 'DS'.

Durante estes dias foram vários os temas abordados e discutidos, nomeadamente:

- Ponto de situação: 'Estratégia de Planeamento Alimentar Metropolitano + Projeto Europeu FoodCLIC';
- 'Mapeamento de Parques Agroalimentares: validação de critérios';
- 'Mapeamento de Parques Agroalimentares: Validação e priorização dos territórios com potencial e identificação de dinâmicas locais para a sua implementação';
- 'Identificação de indicadores para caracterização e diagnóstico do sistema alimentar metropolitano';
- 'Mapeamento de atores do sistema alimentar metropolitano, redes locais e iniciativas alimentares';
- 'Planeamento alimentar estratégico e Parques Agroalimentares: o caso da Área Metropolitana de Madrid'.

#### - REUNIÕES PLENÁRIAS DA 'REDE FOODLINK'

A SIMAB/MARL participou em abril na reunião plenária da 'Rede FOODLINK', da qual é membro fundador, que decorreu na Escola Básica/ JI Alice Vieira, nos Olivais, organizada pela Junta de Freguesia de Olivais. Nesta ocasião, foram realizadas visitas ao projeto 'Hortas e Compostagem', ao refeitório onde se desenvolvem os projetos 'Eu Digo Não Ao Plástico', 'Missão Zero Desperdício Alimentar' e 'Refeitório Escolar Saudável e Amigo do Ambiente'. Durante a reunião plenária foi realizado um ponto de situação em relação aos exercícios trabalhados no workshop de 6, 7 e 8 de março.

A SIMAB/MARL esteve presente, também em maio na reunião plenária da rede metropolitana FOODLINK - transição alimentar na AML, a qual decorreu em Oeiras, no INIAV.

A SIMAB/MARL esteve, também, presente em setembro, na reunião temática dedicada ao eixo estratégico 'Valorização dos Resíduos Orgânicos Alimentares' enquadrada no projeto 'FOODLINK – Estratégia para a Transição Alimentar na AML', promovida pela AML / CCDRLVT / ICS e que se realizou na VALORSUL.

#### - SESSÃO DE LANÇAMENTO DA ESTRATÉGIA PARA A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA AML

A SIMAB/MARL esteve presente na sessão de lançamento da 'Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa', que decorreu no dia 7 de junho. A Área Metropolitana de Lisboa e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), com a colaboração do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, desenvolveram a 'Estratégia para a Transição Alimentar' enquanto instrumento de base territorial e intersectorial para o planeamento sistémico da alimentação na Área Metropolitana de Lisboa.

#### - REUNIÃO TEMÁTICA : ESTRATÉGIA PARA A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA AML NO MARL

A SIMAB/MARL acolheu no dia 7 de setembro, no MARL, a reunião temática dedicada ao eixo estratégico 'Transformação e Distribuição Agroalimentar', enquadrada no projeto 'FOODLINK – Estratégia para a Transição Alimentar na AML', promovida pela AML / CCDRLVT / ICS.

#### - LOURES INNOVATION HUB



Preconizando uma aposta no desenvolvimento das empresas já instaladas nos Mercados Abastecedores do Grupo, mas também no apoio ao desenvolvimento de novas empresas, produtos e serviços que possam impulsionar o desenvolvimento do setor agroalimentar e da logística nacionais - no âmbito da componente

*[Handwritten signatures and initials]*

de 'Investigação & Desenvolvimento e Inovação' – a SIMAB e a MARL (esta entidade enquanto um dos líderes deste movimento associativo, juntamente com o MUNICÍPIO DE LOURES e com o INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO) têm tido uma participação ativa, no papel de promotores técnicos, do LOURES INNOVATION HUB.

**- MARL RECONHECIDO PELO BANCO ALIMENTAR**

No mês de maio, o MARL foi reconhecido como empresa solidária pelo Banco Alimentar (BA).

O MARL cede instalações (espaço climatizado) para que o BA possa efetuar recolhas diárias de excedentes de produtos hortofrutícolas frescos, junto dos operadores que, apesar de não poderem ser comercializados, podem ser consumidos em condições de higiene e segurança alimentar garantidas e, assim, contribui para que os cabazes, entregues às famílias carenciadas e vulneráveis, estejam enriquecidos do ponto vista nutricional, bem como apoia a luta contra o desperdício alimentar.



Diversos voluntários do BA percorreram os pavilhões do MARL a agradecer aos operadores os seus contributos para esta causa.

**- 5º MEETING 'AGRICULTURA BIOLÓGICA'**



Em março de 2023, a MARL participou no '5º Meeting Agricultura Biológica em Loures', organizada pela CM Loures em parceria com a AGROBIO, no âmbito da promoção do desenvolvimento rural, com especial enfoque no modo de produção biológica (MPB).

Esta iniciativa, que teve como objetivo discutir as oportunidades e desafios, bem como propor medidas ou iniciativas para o desenvolvimento da agricultura biológica no território de Loures, contou com a participação de produtores locais e de diferentes entidades e partes interessadas.

Foram discutidas e apresentadas propostas pelos participantes considerando as oportunidades e sinergias que podem potenciar e consolidar o cluster da agricultura biológica, em Loures e promover a economia local.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

#### - DIRETOR-GERAL DE MERCADO DA ROMÉNIA NO MARL

A 5 de maio, o Diretor-Geral do Mercado Central AgroTransilvania Cluj, na Roménia, visitou o MARL, onde foi recebido pelo Presidente do Grupo SIMAB.

Durante este dia foram também visitados alguns dos mercados retalhistas de Lisboa, nomeadamente, o Mercado Municipal de Benfica, o Mercado Municipal de Campo de Ourique e o Mercado Municipal da Ribeira.



#### - SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, COMÉRCIO E SERVIÇOS VISITA O MARL

O MARL e a sua Comissão Executiva, presidida por Jorge Reis, recebeu a 10 de maio a visita do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, Nuno Fazenda, que se fez acompanhar pelo Secretário-Geral da Economia, João Rolo e pela Diretora-Geral das Atividades Económicas, Fernanda Dias, bem como de elementos das suas equipas, no âmbito do trabalho de proximidade do Ministério da Economia.



A oportunidade permitiu troca de impressões sobre vários processos em curso, bem como a reflexão sobre novos projetos interdisciplinares, nomeadamente em matéria de combate ao desperdício alimentar.

O foco foi a visita ao MARL e o contato com várias empresas e produtores aí instalados.

#### - COMITIVA DA CHINA VISITA O MARL

A 9 de junho, uma comitiva da China, por ocasião de uma viagem de trabalho à Europa e aos seus diversos mercados abastecedores, visitou o MARL.

A delegação, encabeçada por Ye Canjiang, Presidente do Mercado Abastecedor de Guangzhou Jiangnan, era composta por 12 elementos e ligada à promoção do comércio internacional chinês.

#### - VISITA DA EQUIPA TÉCNICA DA GAIN - GLOBAL ALLIANCE FOR IMPROVED NUTRITION MOÇAMBIQUE À SIMAB

A GAIN - Moçambique visitou a SIMAB e Portugal nos dias 6, 7 e 8 de fevereiro. Durante a visita, a equipa conheceu o MARL, o Mercado Municipal do Livramento e o Mercado Abastecedor de Setúbal, o Mercado Municipal de Campo de Ourique e o Mercado Municipal da Ribeira em Lisboa, e ainda o Mercado Municipal de Braga e o MARB.



Tratou-se de uma visita técnica muito interessante para os visitantes e foi possível constatar diversas formas de construção, gestão e promoção de Mercados Municipais Retalhistas e Grossistas, conhecimentos importantes para o desenvolvimento do trabalho de parceria entre a GAIN - Moçambique e a SIMAB.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**- LANÇAMENTO DO PROJETO 'INCOMUM'**

No dia 27 de junho, no auditório do MARL, às 14 horas, teve lugar o seminário de lançamento do projeto 'INCOMUM - INovação e CONhecimento no MUNdo Rural', com a presença do Secretário de Estado da Agricultura Gonçalo Rodrigues.

Para além da apresentação do projeto, o seminário incluiu momentos de debate sobre a temática da transferência de inovação para os territórios rurais, bem como uma visita guiada às instalações do 'Food Market', 'Kitchen Lab' e 'Food Lab', do Loures Innovation Hub. Durante este seminário foram ainda celebrados acordos de cooperação entre a parceria do projeto com o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV) e a Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local – Minha Terra.

O INCOMUM é um projeto de cooperação desenvolvido por um conjunto de Grupos de Ação Local (GAL) representativos da diversidade territorial do país nomeadamente a A2S, ADAE, ADIBER, ADRIMINHO, AVEIRO NORTE, AVEIRO SUL, COIMBRA MAIS FUTURO, ESDIME e IN LOCO e conta com o apoio do PDR 2020.

**- INQUÉRITO SOBRE MOBILIDADE A EMPRESAS E TRABALHADORES DO MARL**



Em parceria com a Divisão de Gestão da Mobilidade da Câmara Municipal de Loures, realizaram-se inquéritos a empresas sediadas no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL), visando avaliar o padrão de mobilidade das pessoas e a importância que os transportes públicos podem assumir no dia-a-dia dos trabalhadores desta plataforma logística de base agroalimentar, no que concerne às suas deslocações diárias

pendulares cas/trabalho/casa.

Da análise dos resultados obtidos, resultou um reforço de horários e paragens das carreiras em circulação e a criação de um acesso de nova linha ao interior do MARL, bem como a extensão de uma linha até à estação da CP de Santa Iria da Azóia (esta com terminal dentro do recinto do MARL).

**- SÍTIO (SITE)**

Ao longo do ano foram sendo atualizadas as informações – sobre relatórios das empresas, notícias, eventos, atividade dos operadores, otimização de recursos energéticos, ambiente, entre outras. É de referir que, em termos de comunicação institucional, no sítio do MARL e por solicitação dos operadores, são disponibilizados os relatórios das análises à água e do controlo de pragas.

**REDES SOCIAIS**



[INÍCIO](#) [MARL](#) [SERVIÇOS E SERVIÇOS](#) [CONTACTOS](#) [SÍTIOS](#) [COMUNICAÇÃO](#) [CONTACTOS](#) [CONTACTOS](#) [CONTACTOS](#) [CONTACTOS](#) [CONTACTOS](#) [CONTACTOS](#)

**Setores de Atividade**

<b>HORTOFRUTÍCOLA</b> <a href="#">Ver lista de operadores</a>	<b>PESCADO</b> <a href="#">Ver lista de operadores</a>	<b>FLORES</b> <a href="#">Ver lista de operadores</a>
<b>RESTAURAÇÃO</b> <a href="#">Ver lista de operadores</a>	<b>LOGÍSTICA</b> <a href="#">Ver lista de operadores</a>	<b>SERVIÇOS</b> <a href="#">Ver lista de operadores</a>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'L' and 'R' at the top, and 'CR' and 'DS' below.

Neste domínio, continuou a dinamização da atividade de comunicação institucional do MARL através das redes sociais, nomeadamente nas páginas oficiais no 'Facebook', 'LinkedIn' e 'Instagram', por meio da inserção regular de conteúdos.

Além da divulgação de participações em eventos, encontros e reuniões de trabalho, procedeu-se à emissão de peças promocionais do Mercado e dos seus operadores, inserções em datas festivas ou alusivas a datas especiais, notícias da União Mundial de Mercados Abastecedores (WUVM), bem como informações relacionadas com a atividade diária e regular do Mercado.

No final do ano, a página do 'Facebook' do MARL tinha conquistado mais 6.738 novos seguidores.



#### - IMPRENSA ESCRITA

Foi publicada, no dia 20 de julho no jornal 'Diário de Notícias' (DN), uma peça sobre o MARL, integrada na reportagem especial '24 Horas na Vida de Portugal' e enquadrada no debate parlamentar sobre o 'Estado da Nação'.

Trata-se de uma reportagem realizada pela primeira vez pelo DN em 2013, e que agora, passados dez anos, escolheu um dos mercados do Grupo SIMAB para ilustrar, a par de outras atividades diversas, parte de um dia na vida de pessoas e atividades do nosso país.



*[Handwritten signature and initials]*

### - COMUNICAÇÃO EXTERIOR BANDEIRAS



No âmbito da política de marketing institucional do Grupo SIMAB e, em termos de comunicação não verbal, verificou-se a necessidade de voltar a dotar os recintos dos mercados abastecedores com bandeiras apropriadas de referência institucional (SIMAB, MARL, União Europeia, WUWM; etc.).

Esta ação foi fundamental para conferir maior identificação, credibilidade e notoriedade a estes equipamentos e aos investimentos associados, decorrente da ação pública de estruturação pelo Grupo SIMAB de uma rede de mercados abastecedores, a nível nacional, enquanto centros logísticos estratégicos de base agroalimentar.

### - COMUNICAÇÃO EXTERIOR (MUPIS)

Em 2023, no recinto do MARL, foram revitalizados os 13 mupis que se encontravam desativados - apesar de não causarem à data qualquer impedimento físico operacional no Mercado, nem colocarem em causa a segurança de pessoas -, eram elementos visualmente negativos para o espaço e ambiência do MARL.



Deste modo, reabilitou-se estes equipamentos exteriores para efetuar, dentro do espaço do MARL e face à diversidade de operadores económicos aqui existentes, campanhas de comunicação institucional relacionadas com as temáticas dos mercados alimentares, as quais visam aumentar o goodwill e notoriedade do universo SIMAB e dos seus Mercados.

### - LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Ao longo dos anos os Mercados Abastecedores do Grupo têm vindo a crescer e a aumentar e melhorar o número de instalações e serviços prestados, nomeadamente ao nível de novos operadores, gestão de resíduos, áreas de serviço, mobilidade elétrica, tecnologias e comunicação institucional.



Aquando da sua entrada em funcionamento, há mais de 20 anos, foi realizada uma reportagem fotográfica para fins comerciais e institucionais nos quatro Mercados do Grupo; contudo, e desde essa data, ao longo dos anos não foram realizadas mais

nenhumas reportagens específicas para este efeito, sendo bastante deficitário o banco de imagens existente, em especial para efeitos de comunicação institucional do Grupo.

Desta forma, foi realizada em 2023 a recolha de imagens nos Mercados do Grupo SIMAB, a qual incidiu, naturalmente, também no MARL, quer ao nível da sua 'vida diária' e dinâmicas comerciais (operadores, clientes, movimentos, transações, etc.), quer em termos das questões mais técnicas de construção, equipamentos, manutenção e gestão quotidiana dos mercados.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

#### - CAMPANHA 'PORTUGAL SOU EU'

O Grupo SIMAB e a AIP - enquanto órgão operacional da campanha nacional "Portugal Sou Eu", coordenada pelo IAPMEI - mantiveram o protocolo de colaboração que prevê, no essencial, a adesão das empresas do Grupo - entre as quais a MARL, SA - ao programa, bem como a promoção e difusão conjuntas das iniciativas a levar a cabo no Mercado quadro desta campanha promocional de apoio à economia de base nacional (por exemplo, através da divulgação do logotipo da campanha junto dos operadores e, de modo próprio e/ou por via destes, em produtos e serviços disponibilizados no MARL).

#### 5.4. ÁREA OPERACIONAL

Relativamente à área operacional do MARL, decorreram em 2023 os concursos públicos internacionais para a seleção dos prestadores de serviços de limpeza exterior e remoção de resíduos sólidos, limpeza interior e manutenção, tendo vencido os referidos concursos públicos as mesmas entidades que já asseguravam essa prestação de serviços.

No que concerne à segurança e vigilância, após deliberação favorável à MARL, S.A. por parte dos órgãos judiciais competentes, efetivou-se, a 1 de abril de 2023, a entrada de um novo prestador de serviços.

Adjudicaram-se ainda procedimentos para prestação de serviços para a Eco Área, para a Desinfestação, Manutenção dos Equipamentos de Incêndio e para a retirada de contentores asséticos, tendo-se neste último, alargado o número de equipamentos instalados.

**LIMPEZA E RESÍDUOS** - Nesta área voltou a verificar-se um aumento dos valores de reciclagem/valorização de resíduos face ao ano anterior. A taxa de reciclagem, em 2022, foi de 39,45%, passando para 44,74% em 2023.

**SEGURANÇA** - Em 2023 entrou em funções um novo prestador de serviços. No sentido de assegurar o normal funcionamento do Mercado e de preservar a capacidade de atuação em matérias que, em algumas situações, se encontram vedadas à equipa de segurança, mantivemos, os elementos gratificados da GNR, serviço iniciado em contexto da Pandemia Covid 19. A presença destes elementos proporciona uma capacidade de atuação mais alargada.

O horário da equipa de segurança foi, também, parcialmente reformulado, uma vez que, cada vez mais, se verifica que a atividade do Mercado ocorre mais cedo.

**INTERVENÇÕES EM EDIFÍCIOS, INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS** - Ao nível das intervenções de reposição e alargamento da capacidade produtiva dos equipamentos e instalações da MARL, SA, no ano de 2023, destacamos as seguintes intervenções:

- Reabilitação de coberturas e fachadas do edifício da *Science for You*;
- Reabilitação de coberturas e sistemas de drenagem do edifício da *Feelgreen*;
- Reabilitação das coberturas nos edifícios do NAC, B05 e R02;
- Reabilitação e marcação do pavimento no Pavilhão A03;
- Reformulação das instalações sanitárias do Pavilhão A03 e introdução de uma para indivíduos com mobilidade condicionada;
- Início da reabilitação da galeria exterior do piso 2 do NAC e das fachadas;

1  
PB  
CR  
D

- Instalação da UPAC no Pavilhão R04 e lançamento do procedimento para a instalação de duas novas UPACs;
- Reformulação do sistema de som do Mercado, possibilitando, assim, a individualização das comunicações para os diferentes pavilhões de venda;
- Adjudicação do procedimento de instalação do sistema de incêndio no Pavilhão A05, a concluir no início de 2024;
- Monitorização do talude sul (muro M1) e início da limpeza do mesmo;
- Instalação de zonas gradeadas para deposição de cartão em 9 locais no Mercado e aquisição de contentores para deposição de resíduos, aumentando, desta forma, os pontos de deposição seletiva;
- Reparação dos *chillers* do Pavilhão A06, A07 e A08;
- Lançamento do procedimento para aquisição de projetores LED para as torres de iluminação e para os cais dos pavilhões, a instalar durante o ano de 2024, para melhoria das condições de luminosidade e segurança;
- Continuação da reformulação da iluminação do edifício do NAC, área de escritórios, com instalação de lâmpadas LED e sensores de presença;
- Reformulação dos acessos à plataforma dos Álamos, com a introdução de nova barreira à entrada;
- Aquisição de cestos de retenção e grelhas de pavimento;
- Instalação de uma nova porta seccional no Pavilhão A10 e de uma nova cortina rápida no R07;
- Trabalhos de reparação na rede viária do MARL – reparações pontuais ao nível do betuminoso e das infraestruturas;
- Limpeza global dos espaços verdes adjacentes ao sistema viário do Mercado;
- Foi atualizado o documento referente às medidas de autoproteção/MAPs, encontrando-se em fase final de revisão, tendo-se agendado nova ação de atualização dos colaboradores, calendarizada para o início de 2024;
- Reforço do sistema de CCTV do Mercado – aquisição de novos equipamentos (câmaras) para reforço do sistema de videovigilância do Mercado;
- Aquisição de 12 novos equipamentos rádio;
- Conclusão da empreitada de reabilitação dos PTS;
- Aquisição de sinalética e baias de proteção;
- Compra de uma nova plataforma elevatória de 18 metros;
- Aquisição de novas unidades de climatização para o piso dos escritórios (4).

**REGULAMENTO INTERNO DO MERCADO** – Ao abrigo do Regulamento Interno do Mercado (RI) foram aplicados, em 2023, 26 registos de ocorrência (13 em 2022).

*[Handwritten signatures and initials]*

### 5.5. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Em 2023, a área de Sistemas de Informação deu continuidade ao plano que visa alcançar uma gestão eficiente dos equipamentos e serviços que lhe estão afetos, numa perspetiva de grupo e com enquadramento na prestação de serviços da MARL, SA à SIMAB, SA, e, por inerência, a todas as empresas do Grupo.

Do conjunto de iniciativas e atividades realizadas, destacam-se:

- Gestão dos serviços DNS ("*domain name services*") do domínio MARL.PT; gestão dos serviços internos de DNS do domínio MARL.PT; manutenção/inserção de informação interna na intranet; "*help desk*" aos sistemas de informação; apoio aos utilizadores da Plataforma Eletrónica de Contratação; "*updates*" e "*upgrade*" do ERP Primavera; "*updates*" e "*upgrade*" do Sistema de Gestão de Contratos; "*updates*" do "*firewall*"; atualização do antivírus no Grupo SIMAB; licenciamento "Microsoft", que abrange o licenciamento das componentes de servidor, de servidor de correio, de servidor de base de dados e de gestão de rede. No que diz respeito a "*desktop's*", abrange o sistema operativo, a "*suíte*" de aplicativos para escritório e ligação aos servidores;
- Aquisição de equipamentos periféricos para reforço da atividade dos colaboradores, nomeadamente, novos monitores, ratos ergonómicos;
- Aquisição de novos servidores e storage para virtualização;
- Migração para a versão V10 do ERP Primavera;
- A gestão da segurança da rede através do Panorama (gestão centralizada), permite a criação de políticas consolidadas, com funcionalidade líder do setor e uma base de regras eficiente, obtendo informações sobre o tráfego e ameaças em toda a rede do Grupo SIMAB;
- O *IoT Security* gera automaticamente recomendações e políticas de segurança para controlar o tráfego de dispositivos, bem como a criação automática de atributos para os vários equipamentos/dispositivos que serão aplicados nas políticas de gestão das *Firewalls*;
- Negociação do contrato das multifunções.

### 5.6. EFICIÊNCIA DE RECURSOS E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A MARL, SA prosseguiu os seus esforços para reduzir os impactos ambientais resultantes da atividade do Mercado. Alinhada com a política do Grupo SIMAB, manteve o acompanhamento das temáticas relativas à eficiência de recursos, designadamente os procedimentos já existentes de controlo e monitorização dos diversos consumos de energia e de água.

Neste contexto, nos últimos anos destaca-se a consolidação do funcionamento diário da 'Eco-Área' do MARL, para a qual diariamente os retalhistas (compradores) que acedem ao Mercado são direcionados, de modo a aí depositarem eventuais resíduos nos contentores separativos que aí se encontram (papel/cartão, madeiras, plásticos, indiferenciados), bem como para o reforço da rota de orgânicos e alargamento da recolha seletiva aos operadores mais relevantes, designadamente os instalados na plataforma superior.

Desde 2020 que tem sido relevante a eficiência criada neste processo de depósito, seleção e triagem, recolha e transporte, tendo sido criados hábitos e mudanças comportamentais bastante positivos junto dos operadores e seus clientes, quer promovendo a higio-sanidade e qualidade geral do espaço de Mercado, quer potenciando a operação e reduzindo os custos de limpeza.



Estas ações permitem melhorar a eficiência operacional e a monitorização do desempenho da atividade, nas suas diferentes componentes operacionais, e garantir acrescidos níveis de serviço e governabilidade, para além da prossecução dos objetivos de responsabilidade ambiental.

Os indicadores de 2023, relativos à eficiência dos recursos são, na sua generalidade, positivos face ao ano 2022, com destaque para os indicadores relativos aos resíduos, evidenciando os resultados do investimento realizado na eficiência na recolha e seleção de resíduos suscetíveis de recuperação e valorização.

INDICADORES	2021	2022	2023	Δ% 23/22
Água: Consumo efetivo na atividade* (m <sup>3</sup> )	51.029	42.402	31.117	✓ -27%
Indicador Eficiência Água-Vol Neg (m <sup>3</sup> /m€) <sup>(1)</sup>	3,8	3,1	2,1	✓ -31%
Indicador Eficiência Água/Nº Visitas Mercado (litros/Un)	34	28	20	✓ -27%
Energia MT: Consumo excluindo redébitos aos Operadores (MWh)	3,0	2,7	2,5	✓ -8%
Indicador Eficiência Energia-Vol Neg (kWh/m€) <sup>(2)</sup>	222,2	197,7	172,5	✓ -13%
Resíduos Reciclagem/Recuperação [RRR]: (ton) <sup>(3)</sup>	2.003	2.435	2.991	✓ 23%
Indicador RFR no total de Resíduos Mercado (%)	34%	39%	45%	✓ +5,3 p.p
Investimento: Investimento Eficiência de Recursos - IER (m€)	194	69	44	✗ -37%
Indicador Peso IER no Invest Total, s/ Invest Expansão (%)	18%	14%	4%	✗ -10 p.p

\* excluindo redébitos aos Operadores e, em 2021, excluindo abastecimento de Bombeiros em Incêndio nas proximidades do MARL (1.000 m<sup>3</sup>)

<sup>(1)</sup> metro cúbico por mil euros de volume de negócios (recorrente)

<sup>(2)</sup> kilowatt hora por mil euros de volume de negócios (recorrente)

<sup>(3)</sup> Recicáveis [Papel/Cartão; Plástico/Filme; Vidro] + Orgânicos [Reutilizáveis p/ Energia e na agricultura] + Pescado rejeitado [Transformação em Subprodutos cat.3]

Mantiveram-se ativos dois pontos distintos de carregamento de baterias de veículos elétricos nos parques de estacionamento do MARL, contribuindo para um Mercado Abastecedor cada vez mais verde e ecológico, sustentável com soluções amigas do ambiente.

Instalação de pontos de carregamento próprios, por parte de alguns operadores do mercado, no espaço de estacionamento previsto contratualmente, para as respetivas frotas de viaturas.

Este incentivo à mobilidade elétrica é um importante contributo para a mobilidade sustentável e para o aumento da eficiência energética no transporte, com soluções para os seus clientes, ou potenciais clientes, com viaturas elétricas que, através de cartão, de acesso aos postos de acesso público da Rede, de comercializador de eletricidade para a Mobilidade elétrica (CEME), terão acesso a carregamento rápido ou semi-rápido, dentro das instalações do MARL, que passa a estar identificado como local na rede Mobi.E.

As ações desenvolvidas fortalecem o objetivo estratégico de posicionar o MARL como uma plataforma logística cada vez mais eficiente, ambientalmente sustentável e, através das potenciais poupanças na racionalização dos consumos, alavancar ainda mais o seu crescimento económico.



Alinhada com os objetivos globais do ECO.AP 2030, do Plano Nacional Energia e Clima 2030, a MARL e as restantes empresas, no cumprimento da RCM n.º 104/20, de 24 de novembro através dos gestores de energia e recursos (GER), designados, procedem ao registo dos dados referentes às instalações e frotas, bem como consumos de energia, água, materiais, entre outras informações, no portal Barómetro ECO.AP, utilizando as funcionalidades disponibilizadas, sendo a monitorização efetuada por este portal.



Por Despacho do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Economia<sup>1</sup>, área governativa das empresas do Grupo SIMAB, foram estabelecidos os objetivos e/ou metas para o triénio 2022 -2024, tendo por referência o ano de 2019.

O desempenho, durante o ano 2023, revela o alinhamento da MARL com as orientações da tutela setorial e com os objetivos constantes do Plano Nacional Energia e Clima 2030.



**RECURSOS ENERGÉTICOS** - Em linha com metas nacionais, o Grupo SIMAB tem vindo a promover, nos últimos anos, a dinamização de medidas que fomentem a redução dos consumos de energia, através da eficiência na utilização dos recursos.

Em 2023, o consumo de energia elétrica (média tensão) efetivo do MARL<sup>2</sup> atingiu os 2.509 Mwh, registando um decréscimo de 8% face a 2022.

No âmbito da eficiência energética, da redução e racionalização de consumos, as ações já implementadas ao longo dos últimos anos têm permitido que o MARL apresente, anualmente, reduções do consumo de energia conforme verificado no gráfico representado.



\*S/Operadores

O perfil de consumo de energia do MARL, decorrente da atividade do Mercado e do complexo do tipo industrial em que a mesma se realiza, assenta, essencialmente, em três grandes componentes consumidoras de energia e responsáveis pelos consumos registados: (i) o sistema de "avac" existente na maioria dos pavilhões; (ii) o consumo de energia decorrente do fornecimento de água ao Mercado, no sistema de bombagem de água da estação elevatória e de bombas de circulação do reservatório; e (iii) a

iluminação, interior e exterior, do Mercado.

Manutenções de beneficiação em sistemas de AVAC, em particular nos equipamentos de determinados pavilhões hortofrutícolas efetuadas em 2022 e 2023, desencadearam eficiências no consumo de energia, na medida em que minimizou picos de consumo de energia.

Em 2023, foi instalada uma unidade de produção de autoconsumo (UPAC), de pequena dimensão, com objetivo de alimentar o gerador de um dos Pavilhões.

Com vista ao incremento na incorporação de energias renováveis no consumo final de energia, através de soluções de autoconsumo, o MARL, em 2023, procedeu ao estudo e iniciou procedimento contratual

<sup>1</sup> Despacho n.º 1475/2022, de 7 de fevereiro de 2022

<sup>2</sup> Deduzido de Repasses de energia a uma minoria dos clientes, restantes estabelecem contrato direto com fornecedor de energia.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

para o fornecimento e instalação de Sistema Fotovoltaico de autoconsumo (UPAC), em áreas ainda não abrangidas, a instalar em dois edifícios distintos, composto no total por 162 módulos fotovoltaicos, com capacidade de produção de 89,1 Kwp. A sua execução e entrada em pleno funcionamento está projetada para o primeiro semestre de 2024.

**RECURSOS HÍDRICOS** - A MARL, SA tem vindo a implementar medidas de racionalização do consumo de água, medição correta dos consumos a repassar, controlo da sua utilização e sensibilização de todos os intervenientes para a necessidade de otimizar o consumo deste recurso natural essencial.

De entre os procedimentos e equipamentos para racionalização do consumo de água, importa destacar os seguintes:

- Monitorização através de "software" de monitorização e gestão de consumos hídricos e energéticos (telemetria), o que permite uma maior eficiência operacional, quer na recolha de dados de faturação, redébito dos consumos aos operadores, quer no armazenamento dos mesmos, e essencialmente pela eficiência na implementação de medidas e ações corretivas para evitar desperdícios de água e melhor racionalização deste recurso;
- Monitorização técnica de verificação de equipamentos de medição dos consumos de água;
- Reabilitação dos reservatórios existentes no MARL, cuja estrutura indicava possíveis perdas de água;
- Controlo e sensibilização junto do prestador de serviços relativamente à água utilizada para limpeza de pavilhões, recinto, contentores e veículos destinados ao transporte de resíduos;
- Racionalização ainda mais reforçada, com consumo zero, da gestão da rega dos espaços verdes, face aos indicadores de seca extrema conhecidos e seguindo as orientações ministeriais (Ambiente e Agricultura);
- Substituição de algumas espécies, por espécies com necessidades hídricas mais reduzidas, em trabalho realizado no âmbito da valorização e requalificação dos espaços verdes existentes no Mercado, estando a promover a biodiversidade;
- Acompanhamento de utilizações indevidas da rede de incêndios, procedendo a verificações regulares da violação da selagem efetuada aos hidrantes.

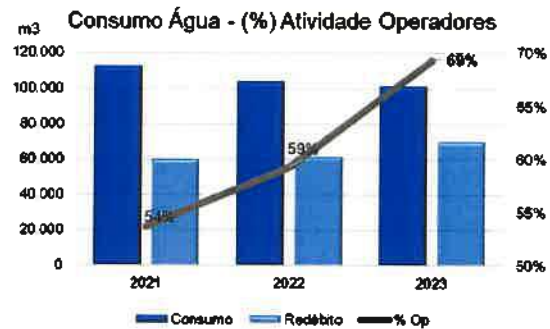


Durante o ano de 2023 foram consumidos um total geral 101 412 m<sup>3</sup> de água da rede de abastecimento, sendo que foram efetuados redébitos aos operadores no valor de 70 295 m<sup>3</sup>, o que representa cerca de, 69% do total de água consumida no Mercado e que decorre do uso direto dos operadores nos seus espaços, consumo que lhe é debitado na exata proporção do seu consumo, através de registos em contadores individualizados.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Apenas 31% (31 117 m<sup>3</sup>) dizem respeito à atividade do MARL, nomeadamente na limpeza e lavagem das zonas comuns (interior dos pavilhões e vias) e disponibilização nas instalações.

Em 2023, sem descurar os níveis de limpeza, quando comparado com 2022, foi possível reduzir o consumo de água em cerca de 27%, devido ao reforço da monitorização diária e da verificação de equipamentos de medição.



**RESÍDUOS** – No ano de 2023, manteve-se a estrutura global de funcionamento do sistema de recolha de resíduos, sendo os resíduos orgânicos e indiferenciados entregues diretamente nas centrais de tratamento e passando os restantes pela Eco Área.

Estas operações são ainda complementadas pela recolha de esfervite no pavilhão do pescado, e por uma terceira entidade que assegura o transporte e tratamento dos resíduos valorizáveis depositados na Eco Área, (cartão, plástico, madeira e vidro).

É ainda assegurada a recolha de pescado rejeitado desnaturado, através de uma empresa devidamente licenciada para a transformação de subprodutos de baixo risco de origem animal, de categoria 3. Os subprodutos são conservados em câmaras de refrigeração disponibilizadas pela MARL, SA, em contentores próprios fornecidos pela empresa responsável pela sua recolha, que procede à sua higienização após cada descarga.

Tem-se procurado desenvolver o sistema de recolha seletiva no Mercado. Assim, para além de se continuarem a desenvolver ações para aumentar os canais de entrega de resíduos recicláveis, foram ainda instaladas nove zonas gradeadas na plataforma dos Álamos para depósito de cartão e foi introduzida a recolha seletiva no Pavilhão das Flores.

Estas medidas contribuíram para o aumento global da reciclagem no Mercado, atingindo a mesma o valor de 44,74% em 2023, quando em 2022 foi de 39,45%.

Infra os principais indicadores referentes aos resíduos do MARL no ano de 2023, face a 2022:



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**5.7. PROVEDOR DO CLIENTE**

O Conselho de Administração da MARL, SA manteve em 2023 a figura do Provedor do Cliente, de modo a dar continuidade a um contacto mais personalizado com o cliente, o que agiliza o tratamento, análise, encaminhamento e resposta das reclamações recebidas.

Em 2023, registou-se um total de 21 reclamações, das quais 28% provenientes dos pavilhões hortofrutícolas, 19% do setor do pescado e as restantes de outros utentes do Mercado. Houve o registo de 1 (um) reclamação efetuada diretamente no IMPIC, que também foi respondida diretamente no site.

Quanto ao registo global de reclamações, não se verificou acréscimo significativo relativamente ao ano anterior (apenas 5%). Das reclamações, com mais incidência registam-se as da limpeza com 33%, segurança, com 33%, manutenção com 19% e as relativas ao pórtico com 9,5%.

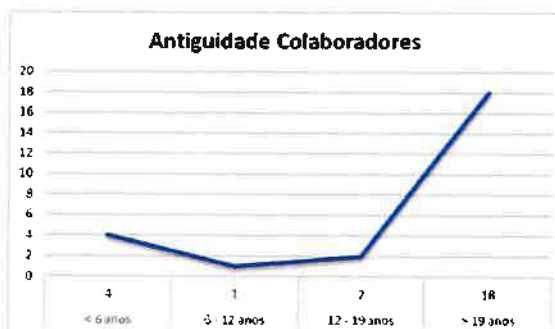
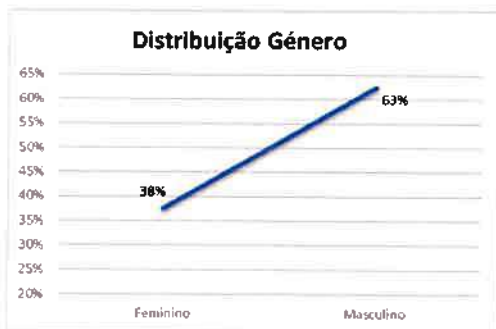
O tratamento das reclamações continua a ser individualizado, consoante o assunto, sendo a resposta enviada ao respetivo reclamante, tão breve quanto possível.

**5.8. CAPITAL HUMANO**

A 31 de dezembro de 2023, a MARL, SA empregava um total de 25 trabalhadores, dos quais um trabalhador se encontrava cedido a uma entidade externa.

Da análise da sua distribuição por género resulta que 38% eram do género feminino e 63% do género masculino, salientando-se que três cargos de direção de primeira linha são desempenhados por mulheres (Direção Comercial, Direção de Compliance e Direção Financeira).

A antiguidade média dos trabalhadores da MARL, SA é de 18 anos, sendo que 72% do total estão na empresa desde a sua constituição.



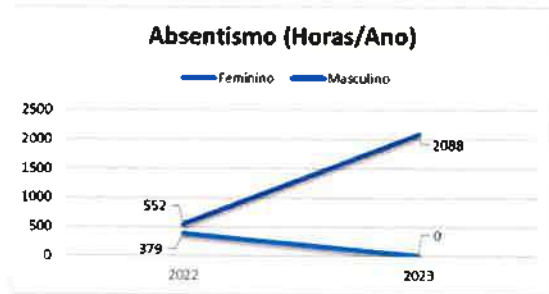
A idade média dos trabalhadores é de 49 anos, sendo que apenas cinco deles (20%) se encontram em faixas etárias com menos de 45 anos.

Relativamente a habilitações literárias, dez (40% do total) dos 25 trabalhadores têm cursos superiores, sendo cinco deles do género feminino, enquanto os restantes 32% e 28% ficaram pelo ensino secundário e ensino básico, respetivamente.



*[Handwritten signatures and initials]*

Em 2023, o absentismo registou um total de 2088 horas, representando cerca de 4% do tempo potencial de trabalho (face aos 2% de 2022). Do total de horas de absentismo, 51% decorreram de doença com baixa médica. Face ao ano transato, registou-se assim um aumento do número de horas de ausência ao trabalho em 124%.



Em 2023, a SIMAB, SA continuou a apoiar a MARL, SA nas áreas transversais de suporte, como sejam recursos humanos, sistemas de informação, financeira, jurídica e área técnica, trabalhos que se estendem a todas as empresas participadas a quem esta presta este tipo de serviços.

Relativamente à análise dos indicadores, para 2023, de igualdade de género, absentismo, horas de formação e valores de remuneração, registaram-se os seguintes que se apresentam de seguida.

Indicadores	Mulheres	Homens
Nº Trabalhadores	9	16
<i>Peso Género (% N.º M/ N.º H)</i>	36%	64%
N.º Horas Absentismo	0	2.088
<i>Peso Género (% N.º M/ N.º H)</i>	0%	100%
Total Horas Formação	181	405
N.º trabalhadores abrangidos	5	14
<i>% Género (N.º Horas Formação M/H)</i>	31%	69%
Retribuição Base Anual	221.295	220.323
<i>Rácio da retribuição base - Trabalhadores (M/H)</i>	50%	50%
Remunerações Totais Anuais (€)	307.254	314.697
<i>% remunerações totais anuais - Trabalhadores (M;H)</i>	49,4%	50,6%
Remuneração Total Anual média/colaborador (€)	34.139	20.980
<i>Rácio da remuneração total - Trabalhadores (M/H)</i>		162,7%

l  
B  
CR  
Ay

## FORMAÇÃO



No âmbito da gestão de recursos humanos da empresa, no que respeita a políticas de valorização do conhecimento e capacitação profissional, em 2023 registou-se um total de 586,5 horas de formação na MARL, SA, a qual envolveu 19 trabalhadores da empresa em oito ações de formação.

Fase ao ano transato, registou-se um aumento de 4% no número anual de horas de formação.

Importa referir a realização das seguintes:

- Formação Profissional de 'Curso de Especialização e Compras e Contratação Pública', ministrada pela XNI9 Consulting num total de 20 horas e com participação de uma trabalhadora, com o objetivo de capacitar os trabalhadores com ferramentas essenciais às funções desenvolvidas.
- Formação em informática (Excel Inicial), ministrada por Andréa Santos num total de 16 horas e com participação de três trabalhadores, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos nesta ferramenta tão importante para tarefas do dia-a-dia.
- Formação em 'Gastos IRC' promovida APOTEC – Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade, com duração de oito horas e participação de uma trabalhadora.
- Formações em 'Orçamento de Estado 2023' promovida pela Ordem de Contabilistas Certificados, no total de 21 horas, para um total de três trabalhadores.
- Formação de 'Delegado Sindical', no total de 28 horas, promovida pelo STML – Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, com participação de 1 trabalhador.
- Formação em 'Fiscalização de Obras Públicas', ministrada pela MIROMA, num total de 8 horas, com a participação de um trabalhador.
- Formação em Interna Inicial de conhecimento e adaptação aos procedimentos internos da empresa, num total de 40 horas, para um novo trabalhador.
- Formação em "Ergonomia", ministrada pela AERLIS, num total de 25 horas, com a participação de 11 trabalhadores.
- Formação em 'Revisão de Preços', ministrada pela MIROMA, num total de 4 horas, com a participação de 3 trabalhadores.
- Formação em 'Portal Base – Contratação Pública', ministrada pela INA, num total de 4 horas, com a participação de 2 trabalhadores.
- Formação em 'O Regime das Empreitadas de Obras Públicas', ministrada pela APCP – Associação Portuguesa dos Contratos Públicos, num total de 8 horas, com a participação de um trabalhador.
- Formação em 'Gestão de Riscos de Cibersegurança nas Organizações', ministrada pela PTSOC – Centro de Operações de Segurança, num total de 10 horas, com a participação de um trabalhador.

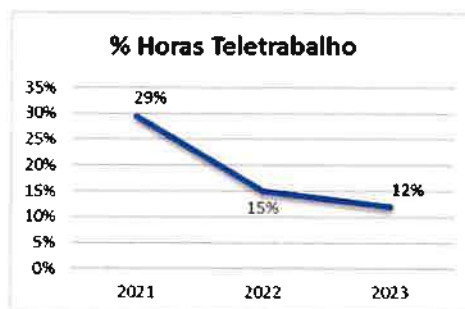
*Handwritten signatures and initials: l, PB, CA, J.*

**Formações diversas de curta duração:**

- Participação no Webinar 'Direitos e Deveres dos Trabalhadores', ministrada pela CICCOPN, num total de 1 hora, com a participação de 2 trabalhadores.
- Participação no 'Congresso dos 15 anos do Código dos Contratos Públicos', realizado na Assembleia da República, com duração de 8 horas, com a participação de 2 trabalhadores.
- Formação em 'Cibersecurity', ministrada pela MEO, num total de quatro horas, com a participação de 1 trabalhadores.
- Participação no 'Código dos Contratos Públicos e o Futuro Inteligente da Contratação Pública', realizado na Assembleia da República, com duração de 7,5 horas, com a participação de 1 trabalhadores.
- Participação no Webinar 'Faturação Eletrónica', ministrada pela ACP, num total de 1,5 horas, com a participação de 2 trabalhadores.

**TELETRABALHO**

Ao longo do ano 2023, a MARL, SA, na sequência da evolução do quadro de saúde pública relacionado com a pandemia da COVID-19, considerou as recomendações emanadas pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS); como tal, a empresa foi gradualmente ajustando a realidade da sua atividade (também) ao teletrabalho, de forma a salvaguardar a saúde dos seus trabalhadores, e promovendo a conciliação da vida profissional com a familiar, assegurando sempre o funcionamento ininterrupto do Mercado.



Verifica-se que durante este ano estiveram em regime de teletrabalho 46% dos trabalhadores da MARL, SA, equivalente a 12% das horas trabalhadas.

**CONVERSAS À VOLTA DO MERCADO**

Numa política de valorização dos recursos humanos da MARL, SA, do modelo de gestão e daqueles que são os objetivos, desígnios e resultados dos trabalhos desenvolvidos no Mercado Abastecedor, foi mantida a participação de todos os trabalhadores, com o intuito de valorização profissional, partilha de experiências, conhecimentos e convívio entre todos, designada "Conversas à Volta do Mercado".

**HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

Em 2023, 24 trabalhadores realizaram exames médicos, na sua generalidade exames periódicos de rotina, de acordo com o previsto em função da idade; um trabalhador realizou exames ocasionais, decorrentes de baixa médica prolongada.

Durante este ano, foi efetuada visita e análise das condições de trabalho por entidade certificada, não tendo daí decorrido qualquer anomalia ou falha relevantes.

A atividade da MARL, SA exige dos trabalhadores, designadamente daqueles afetos à área técnica e operacional, a execução recorrente de tarefas ao ar livre, ao longo de todo o ano. Para tal, a empresa faculta fardamento adequado ao clima e à estação do ano, de acordo com exigências estabelecidas na legislação relativa ao equipamento de proteção individual e de segurança (EPIS).

## SEGUROS NO TRABALHO

A MARL, SA proporciona a todos os seus trabalhadores um seguro de saúde, que pretende garantir a comparticipação de despesas médicas por sistema de reembolso, com limites definidos nas condições gerais, bem como facultar acesso à rede de prestadores de serviços da seguradora com a obtenção de desconto sobre o preço normal dos cuidados de saúde. Quanto ao seguro de acidentes de trabalho, conforme obrigatoriedade legal, todos os trabalhadores estão abrangidos.

Este ano, verificou-se dois incidentes, no âmbito dos acidentes de trabalho, que espoletou o acionar do respetivo seguro, originando a ausência dos trabalhadores em 712 horas de trabalho.

## 5. RESPONSABILIDADE SOCIAL

PROGRAMA 5 AO DIA – A MARL, SA, enquanto associado fundador, colabora e acompanha a atividade da Associação 5 ao Dia desde a sua implementação no ano letivo 2006/2007, tendo este ano comemorado quinze anos de existência.



O Programa 5 ao Dia, enquanto expressão da atividade da Associação 5 ao Dia, tem por objetivo a promoção do consumo diário de, pelo menos, cinco porções de frutas e legumes, junto de crianças em idade escolar e, mais recentemente, junto dos seniores, de modo a potenciar uma alimentação saudável e promover a alteração de hábitos alimentares com vista à promoção de estilos de vida saudáveis, contribuindo para a prevenção de diversas doenças crónicas associadas à alimentação.

Com base na evidência científica, que nos relembra que o consumo insuficiente dos hortofrutícolas é considerado fator preponderante no aparecimento de doenças não transmissíveis, o 'Programa 5 ao Dia' vê assim reforçada a sua pertinência a nível nacional, decorrendo as suas atividades nas instalações dos Mercados Abastecedores do Grupo SIMAB, nomeadamente no MARL. Aqui, são desenvolvidas diversas atividades lúdicas-pedagógicas que permitem, a todos os participantes, o contacto direto com os hortofrutícolas, estimulando o interesse e o gosto pelo seu consumo, culminando com a visita guiada ao Mercado, possibilitando o conhecimento do seu funcionamento e dos espaços onde se comercializam os diversos produtos hortofrutícolas. Associadas a esta vertente estão as emblemáticas atividades práticas, didáticas e criativas, adaptadas às diversas faixas etárias.

A par dos Mercados Abastecedores geridos pela SIMAB (Lisboa, Braga, Évora e Faro), são ainda associados desta entidade o Mercado Abastecedor da Região de Coimbra; Horta Caramela; Rijk Zwaan; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Eporifrutas; SABSEG – Corretor de Seguros e Two4three – Investments, SA.

Todos estes parceiros têm como principais objetivos a divulgação da mensagem '5 ao Dia', através de suportes de comunicação disponíveis nas referidas instituições e realização de ações conjuntas de sensibilização comunitária, perspetivando o crescimento da Associação a nível nacional e conseqüentemente a promoção dos Mercados Abastecedores. Relativamente às sessões ocorridas no MARL, destaca-se a prontidão da Eporifrutas para receber todos os participantes, proporcionando-lhes uma visita guiada às suas instalações, e a cedência gratuita do transporte, por parte da Câmara Municipal de Loures, a todas as escolas do seu município, aumentando consideravelmente a sua participação.

*[Handwritten signature and initials in blue ink]*

No ano 2023, confirmando as expectativas criadas com a retoma da tão desejada normalidade, assistiu-se a uma grande adesão à marcação das visitas escolares ao 'Programa 5 ao Dia', com especial destaque para as escolas de toda a Área Metropolitana de Lisboa. Também a ida do 'Programa 5 ao Dia' às escolas, acabou por ser uma alternativa que se consolidou este ano, permitindo alcançar uma maior abrangência nas áreas envolventes dos mercados abastecedores. A participação sénior também foi uma aposta crescente este ano, proporcionada pela dinamização do protocolo de colaboração celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), relembrando, por intermédio de sessões adaptadas a estas faixas etárias, que a importância das cinco porções de hortofrutícolas é transversal a todas as idades.

Paralelamente a estas atividades, foram igualmente desenvolvidas algumas iniciativas pontuais, das quais se destaca a participação da Associação 5 ao Dia na primeira edição do "Festival Desporto e Saúde", organizado pela Câmara Municipal de Loures, onde, e graças ao apoio do associado Eporifrutas (também operador do MARL), houve oportunidade para oferecer mais de 150kg de fruta aos participantes de todas as faixas etárias, objetivando a sensibilização da população para a saúde e bem-estar, como promotores de uma melhoria na qualidade de vida, numa iniciativa que envolveu mais de 70 entidades diferentes.

Confirmando o sucesso do trabalho desenvolvido ao longo dos tempos, no ano 2023 destacam-se as 4.150 crianças participantes nas sessões do Programa 5 ao Dia no MARL, atingindo este ano o seu recorde no número de participantes. Destas, 3.811 foram recebidas no MARL e 339 foram contempladas com a ida do Programa 5 ao Dia às escolas.

Refira-se que desde o início desta iniciativa já participaram nas sessões do Programa 5 ao Dia, no MARL, mais de 50.000 crianças.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## 6. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os riscos a que a MARL, SA se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos.

A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

**Risco de Crédito** - O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade das contas a receber; o perfil de risco do cliente e as condições financeiras dos clientes.

Nos últimos três anos as perdas por imparidade em dívidas a receber representaram em média 0,15% do volume de negócios, valor que se revela absolutamente imaterial.

**Risco de Liquidez** – A MARL, SA está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro. A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez da MARL, SA é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Adotar, ao nível da gestão do risco de liquidez, uma política de manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados, respetivamente por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo; e,
- Alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com maturidade dos seus ativos.

A MARL, SA tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de investimento e detém uma carteira de financiamentos de longo prazo<sup>3</sup>, constituída por empréstimos de médio/longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. Para além do passivo bancário, a empresa financia-se por via de prestações acessórias de capital, integrada numa política de concentração de crédito bancário na empresa mãe.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a empresa tem a capacidade financeira para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos.

<sup>3</sup> Em novembro de 2014, a SIMAB, SA e as suas participadas obtiveram despacho<sup>3</sup> favorável ao pedido de exceção deste regime<sup>3</sup>, autorizando assim o acesso a financiamento junto de instituições de crédito, quer através da contratação de novos financiamentos, quer através da cessação de posição contratual em contratos de financiamento vigentes entre empresas do Grupo SIMAB, quer ainda em situações de renovação ou prorrogação de financiamentos.

*[Handwritten signatures and initials]*

A MARL, SA detém uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis;
- Programas de papel comercial, com compromissos de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida consistente com os ativos de longo prazo; e,
- Manutenção de uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis.

Os montantes apresentados no quadro são os fluxos de caixa contratuais a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos):

milhares de euros	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
<b>Financiamentos</b>	4 393,7	4 791,3	0,0

**Risco de taxa de juro** – A totalidade da dívida financeira da MARL, SA está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a MARL, SA ao risco de fluxos de caixa. A empresa não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão de risco financeiro<sup>4</sup>.

**Risco de câmbio** - A empresa não se encontra sujeita ao risco de taxa de câmbio.

**7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA**

A presente análise económico-financeira sintetiza os resultados, assim como a situação patrimonial e financeira, da MARL, SA, a 31 de dezembro de 2023.

Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e respetivas notas anexas.

Os números de 2023 evidenciam que, apesar do contexto adverso que marcou os últimos três anos, nomeadamente pela pandemia Covid-19 e pela guerra na Europa e no médio oriente, na economia do país e do mundo, a MARL, SA reforçou neste período a sua estratégia de crescimento centrado no cliente, na eficiência interna e no desenvolvimento dos colaboradores.

**8.1 PERFORMANCE ECONÓMICA**

A MARL, SA encerrou o ano de 2023 com um Resultado Líquido de 4.896,2 milhares de euros, representando um crescimento de 270,2 milhares de euros (+5,8%) relativamente ao exercício anterior.

*Handwritten notes and signatures:*  
 l / B  
 C  
 P

A empresa apresentou margens operacionais positivas, ao nível do *EBITDA* e do *EBIT*, respetivamente, de 71% e 46%, acima do ano anterior em 0,7 p.p. e 2,1 p.p., respetivamente.

No exercício económico de 2023, o *EBITDA* totalizou 10.635,3 milhares de euros, situando-se acima do ano anterior, em 691,9 milhares de euros (+7%). O *EBIT* ascendeu a 6.951,3 milhares de euros, acima do valor registado em 2022, no montante de 691,1 milhares de euros (+11%).

A evolução decorre do efeito conjugado de um aumento nos rendimentos operacionais, em 845,9 milhares de euros (+6%) que mais do que compensou o aumento nos gastos operacionais, em 154 milhares de euros (+3,6%).

A evolução, na análise aos rendimentos operacionais, é maioritariamente impactada pela evolução favorável dos rendimentos *core*, as taxas de utilização, que crescem 818,2 milhares de euros (+8%).

Ao nível dos gastos operacionais, a evolução é, em grande parte, impactada pela evolução dos gastos com pessoal, que crescem em 113,3 milhares de euros (+13,5%), maioritariamente justificado pelo efeito do absentismo e atualização salarial obrigatória<sup>5</sup>.

O resultado líquido alcançado, no exercício de 2023, correspondente a uma margem líquida sobre os rendimentos operacionais de 32,6% e a uma rentabilidade do capital próprio de 5,67%.

**Síntese da Demonstração dos Resultados**

milhares de euros	2021	2022	2023	2023/2022	
				ABS	%
Volume de Negócios	13 799,9	13 721,8	14 539,3	817,5	6,0%
FSE + CMV	(2 694,9)	(3 081,5)	(3 107,0)	25,4	0,8%
Gastos com pessoal	(945,7)	(839,0)	(952,3)	113,3	13,5%
Outros Rendimentos e Ganhos	73,7	69,8	98,3	28,5	40,8%
Outros gastos e perdas operacionais	(299,3)	(312,2)	(316,5)	4,3	1,4%
Imparid. de div. a receber (perdas/revers.)	(13,3)	(7,3)	(18,4)	11,0	n.d.
Subsídios ao Investimento	391,9	391,9	391,9	-	0,0%
<b>EBITDA</b>	<b>10 312,1</b>	<b>9 943,4</b>	<b>10 635,3</b>	<b>691,9</b>	<b>7,0%</b>
Depreciações	(3 680,4)	(3 683,2)	(3 684,0)	0,8	0,0%
<b>Resultados operacionais (EBIT)</b>	<b>6 631,7</b>	<b>6 260,2</b>	<b>6 951,3</b>	<b>691,1</b>	<b>11,0%</b>
Encargos Financeiros	(134,5)	(128,6)	(433,6)	305,0	237,1%
<b>Resultados antes de imposto (EBT)</b>	<b>6 497,2</b>	<b>6 131,6</b>	<b>6 517,7</b>	<b>386,1</b>	<b>6,3%</b>
Imposto sobre o rendimento	(1 620,0)	(1 505,6)	(1 621,5)	115,9	7,7%
Imposto estimado para o exercício	(1 611,1)	(1 501,2)	(1 620,4)	119,2	7,9%
Imposto diferido	(8,9)	(4,3)	(1,1)	(3,2)	-74,2%
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>4 877,2</b>	<b>4 626,0</b>	<b>4 896,2</b>	<b>270,2</b>	<b>5,8%</b>
Margem EBITDA (%)	72%	70,1%	70,8%	0,7 p.p.	
Margem EBIT (%)	46%	44,1%	46,3%	2,1 p.p.	
Margem Líquida	34%	32,6%	32,6%	0 p.p.	

**RENDIMENTOS OPERACIONAIS** – Os rendimentos operacionais ascenderam a 15.029,4 milhares de euros, apresentando um crescimento de 845,9 milhares de euros (+6%), face ao ano anterior.

Destaca-se o aumento dos rendimentos *core*, as taxas de utilização, com um peso de 74% na estrutura de rendimentos, que crescem 818,2 milhares de euros (+8%).

<sup>5</sup> Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro e Decreto-Lei n.º 26-B/2023, de 18 de abril

1/ B  
 CR  
 Ds

**Rendimentos Operacionais**

milhares de euros	2021	2022	2023	2023/2022		Estrutura
				ABS	%	
Taxas de Utilização	10 209,6	10 225,3	11 043,4	818,2	8,0%	73,5%
Taxas de Utilização sazonais	711,9	646,2	727,3	81,2	12,6%	4,8%
Taxas de Acesso Produtores	106,5	104,7	108,2	3,5	3,4%	0,7%
Portagens	700,0	700,0	754,7	54,7	7,8%	5,0%
Venda de Frio	160,1	112,2	105,5	-6,7	-6,0%	0,7%
Outras prestações de serviços	276,5	238,2	190,1	-48,1	-20,2%	1,3%
Outros Rendimentos Operacionais	465,5	461,7	490,1	28,4	6,1%	3,3%
<b>Sub-total (Total Rendimentos cash)</b>	<b>12 630,1</b>	<b>12 488,2</b>	<b>13 419,3</b>	<b>931,2</b>	<b>7,5%</b>	<b>89,3%</b>
Integração Taxas de Acesso (Plena)	45,4	122,1	50,0	-72,2	-59,1%	0,3%
Integração Taxas de Acesso (Recorrente)	1 589,9	1 573,2	1 560,1	-13,1	-0,8%	10,4%
<b>Total Rendimentos Operacionais</b>	<b>14 265,4</b>	<b>14 183,5</b>	<b>16 029,4</b>	<b>845,9</b>	<b>6,0%</b>	<b>100,0%</b>

A performance nos **rendimentos operacionais**, comparativamente ao ano anterior, reflete maioritariamente o efeito conjugado da evolução das seguintes subrubricas:

- i. Crescimento dos rendimentos *core*, as taxas de utilização, em 818,2 milhares de euros (+8%), espelhando maioritariamente a atualização dos preços unitários em 8,1%;
- ii. Crescimento nos rendimentos de taxas de utilização dos lugares sazonais, em 81,2 milhares de euros (+12,6%), refletindo o efeito conjugado da atualização do preço unitário (+8,1%) e um maior número de reservas;
- iii. Crescimento dos rendimentos das portagens em 54,7 milhares de euros (+7,8%);
- iv. Decréscimo nos rendimentos provenientes da integração plena de taxas de acesso por motivo de rescisão contratual, em 72,2 milhares de euros (-59,1%) e na integração recorrente de taxas de acesso, em 13,1 milhares de euros (-0,8%), decorrente quer de rescisões contratuais operadas quer do fim do prazo de alguns contratos;
- v. Evolução desfavorável em "outras prestações de serviços", em 48,1 milhares de euros (-20,2%), maioritariamente, impactada pelos rendimentos provenientes de taxas de cedência de posição contratual, que se situam abaixo do ano anterior, em 53,5 milhares de euros (-40%).



A evolução das **taxas de utilização**, incluindo lugares sazonais, por unidade de negócio apresenta-se da seguinte forma:

**Taxas de Utilização/Pavilhão (incluindo sazonais)**

milhares de euros	2021	2022	2023	2023/2022		Estrutura
				ABS	%	
Pavilhão A01	565,1	601,9	653,9	52,0	8,6%	5,6%
Pavilhão A03	795,0	730,6	818,6	88,0	12,0%	7,0%
Pavilhão A04	579,6	605,5	653,5	48,0	7,9%	5,6%
Pavilhão A05	552,5	562,8	617,7	54,8	9,7%	5,2%
Pavilhão A06	566,6	572,7	626,9	54,2	9,5%	5,3%
Pavilhão A07	461,4	480,9	512,5	31,6	6,6%	4,4%
Pavilhão A08	573,3	580,4	633,1	52,6	9,1%	5,4%
Pavilhão A09	225,9	227,3	235,0	7,7	3,4%	2,0%
Pavilhão A10	384,7	392,8	427,0	34,2	8,7%	3,6%
Pavilhão A11	168,8	177,0	197,9	20,9	11,8%	1,7%
Pavilhão R02*	276,3	273,7	296,7	23,0	8,4%	2,5%
Pavilhão R04	552,3	555,5	638,8	83,3	15,0%	5,4%
Pavilhão R07	1 251,3	1 225,2	1 306,9	81,7	6,7%	11,1%
NAC	288,0	272,6	289,1	16,5	6,1%	2,5%
Outras Áreas	1 822,4	1 730,7	1 842,0	111,3	6,4%	15,6%
CTT Expresso	1 858,1	1 881,7	2 021,2	139,6	7,4%	17,2%
<b>Total</b>	<b>10 921,4</b>	<b>10 871,4</b>	<b>11 770,8</b>	<b>899,3</b>	<b>8,3%</b>	<b>100,0%</b>

\* Exclui entreposto logístico que é incluído em "outras áreas"

A evolução dos rendimentos das taxas de utilização traduz o efeito conjugado da atualização dos preços unitários, em 8,1%, e impactado por uma ocupação média inferior ao período homólogo do ano anterior, em alguns edifícios, nomeadamente no pavilhão do pescado (R07), no NAC e outras áreas, neste último caso impactado pela saída de um organismo público, que ocupava uma área no edifício C01 (-43,3 milhares de euros). Saliencia-se, no entanto, o impacto favorável nos rendimentos, obtido por via da negociação de condições comerciais favoráveis à MARL, SA na comercialização de espaços desocupados por via de rescisões contratuais;

Os rendimentos provenientes do **pórtico**, com um peso de 5% na estrutura de rendimentos, ascenderam a 754,7 milhares de euros, apresentando-se acima do ano anterior em 54,7 milhares de euros (+7,8%). Em 2023, foi ultrapassado o limite mínimo da contrapartida paga à MARL, SA, que se traduziu num aumento de receitas (+7,8%), refletindo um aumento do preço unitário e um aumento residual do número de saídas de viaturas.

Os rendimentos provenientes da **venda de frio** ascenderam, em 2023, a 105,5 milhares de euros apresentando-se abaixo de 2022, em 6,7 milhares de euros (-6%), na linha de evolução dos últimos anos, traduzindo uma redução das quantidades (kwht) vendidas, em razão de paragens verificadas no funcionamento de *chillers* e da opção dos operadores pela instalação de frio próprio, que vem assumindo cada vez maior expressão.

A rubrica de **outras prestações de serviços** ascendeu a 190,1 milhares de euros, em 2023, apresentando-se abaixo de 2022, em 48,1 milhares de euros (-20,1%). Esta rubrica inclui, maioritariamente: rendimentos de cedência de posição contratual (78,7 milhares de euros), que justificam, maioritariamente, a evolução registada na rubrica (-53,4 milhares de euros); taxa variável sobre volume de negócios de clientes (21,6 milhares de euros); aluguer de câmaras de frio (6,3 milhares de euros); venda de água salgada (0,8 milhares de euros); taxa de consumo de energia (45,1 milhares de euros); serviços de reparações a pedido de operadores (21,6 milhares de euros); taxas de alterações contratuais (7,6 milhares de euros); venda de subprodutos do pescado (5,4 milhares de euros).

No que respeita aos **outros rendimentos operacionais**, em 2023, ascenderam a 490,1 milhares de euros, situando-se acima de 2022, em 28,4 milhares de euros (+6,1%). Esta rubrica inclui, maioritariamente os rendimentos decorrentes da integração contabilística de subsídios ao

*Handwritten notes and signatures:*  
- A checkmark and initials "PB" at the top right.  
- A signature "Ck" in the middle right.  
- Another signature "Jh" at the bottom right.

investimento (391,9 milhares de euros). Inclui ainda; serviços prestados, no âmbito de Contrato de Gestão celebrado com a SIMAB, SA, relativamente a apoio na área financeira, recursos humanos, informática e área técnica (39,6 milhares de euros); rendimentos de juros de mora cobrados a clientes (22,7 milhares de euros); rendimentos de aplicação de penalidades por incumprimento do Regulamento Interno (4,5 milhares de euros); indemnizações de seguros (3,6 milhares de euros) e correções de exercícios anteriores (20,3 milhares de euros).

Os rendimentos provenientes da **integração de taxas de acesso**, que representam 12% do total dos rendimentos operacionais, encontram-se abaixo de 2022, em 85,3 milhares de euros (-5%), em resultado dos seguintes efeitos:

- (i) variação desfavorável, em 13,1 milhares de euros (-0,8%), nos rendimentos relativos a integração recorrente de taxas de acesso, refletindo rescisões contratuais, cujo impacto superou as novas contratualizações com taxas de acesso, correspondente a 5 contratos (4 contratos em 2022); e,
- (ii) variação desfavorável nos rendimentos decorrentes da integração plena de taxas de acesso, no montante de 72,2 milhares de euros (-59,1%), correspondente a 8 contratos (13 contratos, em 2022).

**GASTOS OPERACIONAIS** – Os gastos operacionais (exceto depreciações, imparidades e provisões), representam 29,1% dos rendimentos operacionais<sup>6</sup> e ascenderam, em 2022, ao montante de 4.375,7 milhares de euros, traduzindo um aumento de 142,8 milhares de euros (+3,4%), maioritariamente apurado nos gastos com pessoal (+113,3 milhares de euros).

**ESTRUTURA GASTOS OPERACIONAIS**



Em 2023, os gastos operacionais (CMV + FSE's + Gastos com Pessoal) representam 27% dos rendimentos operacionais.

Com a inclusão das depreciações, imparidades e provisões, com um peso de 46% na estrutura de gastos do MARL, os gastos operacionais ascenderam a 8.078,1 milhares de euros e registam um aumento de 154,8 milhares de euros (+2%), face ao ano anterior.

**Gastos Operacionais**

milhares de euros	2021	2022	2023	2023/2022		Estrutura	% RO
				ABS	%		
FSE's	2 694,9	3 081,5	3 107,0	25,4	0,8%	38,5%	20,7%
Pessoal	945,7	839,0	952,3	113,3	13,5%	11,8%	6,3%
Outros Gastos Operacionais	299,3	312,3	316,4	4,1	1,3%	3,9%	2,1%
<b>Subtotal (Gastos operacionais cash)</b>	<b>3 939,9</b>	<b>4 232,9</b>	<b>4 375,7</b>	<b>142,8</b>	<b>3,4%</b>	<b>54,2%</b>	<b>29,1%</b>
Depreciações	3 680,4	3 683,2	3 684,0	0,8	0,0%	45,6%	24,5%
Imparidades+Provisões/(reversões)	13,3	7,2	18,4	11,2	154,4%	0,2%	0,1%
<b>Total Gastos Operacionais</b>	<b>7 633,7</b>	<b>7 923,3</b>	<b>8 078,1</b>	<b>154,8</b>	<b>2,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>53,7%</b>

Em 2023, os gastos com **Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**, que representam 38,5% da estrutura de gastos e 20,7% dos rendimentos operacionais, totalizaram o montante de 3.107 milhares de euros e registaram um aumento de 25,4 milhares de euros (+0,8%), face a 2022.

<sup>6</sup> Excluindo integração contabilística de subsídios ao investimento.



A evolução resulta, assim, do efeito conjugado das variações das subrubricas, conforme se apresenta:

**Estrutura dos Fornecimentos e Serviços Externos**

milhares de euros	2021	2022	2023	2023/2022		Estrutura
				ABS	%	
Eletricidade	353,8	632,6	413,8	-218,8	-34,6%	13,3%
Água	183,1	164,7	137,0	-27,6	-16,8%	4,4%
Manutenção	201,3	215,4	222,3	6,9	3,2%	7,2%
Deslocações e Estadas	0,2	3,4	2,4	-1,1	-31,3%	0,1%
Limpeza	976,8	1 030,4	1 260,2	229,7	22,3%	40,6%
Segurança	414,5	389,6	379,0	-10,7	-2,7%	12,2%
Trabalhos Especializados	317,4	380,0	337,7	-42,3	-11,1%	10,9%
Honorários	54,7	89,5	55,9	-33,6	-37,5%	1,8%
Seguros	95,0	99,8	111,6	11,8	11,8%	3,6%
Comunicação	12,5	11,6	11,8	0,2	1,6%	0,4%
Rendas e Alugueres	46,7	33,2	34,4	1,2	3,7%	1,1%
Combustíveis	4,3	4,5	2,1	-2,4	-53,7%	0,1%
Gas	0,0	0,0	114,4	114,4	n.d.	3,7%
Materiais	2,5	2,2	4,6	2,4	111,8%	0,1%
Contencioso e Notariado	1,0	1,7	1,0	-0,7	-41,0%	0,0%
Publicidade	19,7	9,1	3,6	-5,5	-60,5%	0,1%
Outros	11,4	13,8	15,2	1,4	10,4%	0,5%
<b>Total FSE's</b>	<b>2 694,9</b>	<b>3 081,5</b>	<b>3 107,0</b>	<b>25,4</b>	<b>0,8%</b>	<b>100,0%</b>

i. **Limpeza:** regista um aumento de 229,7 milhares de euros (+22,3%), impactado por:

- (i) aumento no valor da prestação de serviços de limpeza exterior (+45,6 milhares de euros), refletindo o sucessivo agravamento de preços de preços resultante dos concursos públicos lançados, acomodando os aumentos relativos às negociações dos acordos coletivos das empresas do setor;
- (ii) aumento nos gastos com tratamento de resíduos sólidos orgânicos (+45,2 milhares de euros), que começou a ser cobrado a partir de janeiro de 2023 (23,18€/ton);
- (iii) aumento nos gastos com tratamento de resíduos indiferenciados, em 76,4 milhares de euros (+35%), refletindo, por um lado, o agravamento do preço unitário (€/ton) em 19% e o tempo de paragem e conseqüente recurso a outro prestador de serviços com preço mais elevado (+125%) e, por outro lado, um aumento da quantidade de resíduos produzidos no Mercado (+8,2%);
- (iv) decréscimo nos rendimentos decorrentes da valorização de recicláveis, (-15,5 milhares de euros), traduzindo a redução de preço na valorização de recicláveis (papel, plástico, vidro) e;
- (v) aumento dos gastos com manutenção e limpeza de espaços verdes adjacentes às vias e ao edificado, que se revelaram inadiáveis por questões de segurança do Mercado (+38,4 milhares de euros).

Salienta-se a melhoria na eficácia na triagem de resíduos e a conseqüente redução do peso de resíduos indiferenciados no total de resíduos produzidos no Mercado, em 5 pontos percentuais, que permitiu mitigar o impacto decorrente do aumento do preço unitário do tratamento de resíduos indiferenciados (+19%), em janeiro de 2023 e do aumento da quantidade de resíduos produzidos no Mercado (+8,2%), em 2023.

ii. **Gás:** regista o montante de 114,3 milhares de euros, decorrente de uma fuga identificada no primeiro trimestre de 2023 e que conduziu à alteração de infraestruturas com criação de instalação próprias pelos consumidores de gás no Mercado;

Importa referir que foram adotadas medidas de controlo e contenção de custos, incluindo o corte de despesas acessórias, por forma a mitigar o efeito desfavorável registado nestas rubricas, sem, contudo, comprometer as condições de operacionalidade do Mercado. Neste contexto, registam-se reduções nas rubricas de:

- i. **Água:** reduz em 18,4 milhares de euros (-10,1%), refletindo uma redução do consumo (m3) (-27%);
- ii. **Eletricidade:** diminui em 218,8 milhares de euros (-34,6%). Importa, no entanto, referir que, o gasto de 2022 incorpora o montante de 87,7 milhares de euros, referente ao mecanismo MIBEL, atribuível ao contexto geopolítico. Expurgando este impacto, os gastos com eletricidade registam uma diminuição de 131,1 milhares de euros (-24,1%), refletindo uma redução quer do consumo (kwh) em cerca de 8%, quer do preço unitário da energia;
- iii. **Trabalhos especializados:** diminui em 42,3 milhares de euros (-11,1%), refletindo o fim de prestação de serviços de *helpdesk* na área de informática, para colmatar saída de trabalhador, em março de 2022, que foi substituído no final de 2022;
- iv. **Honorários:** apresenta uma diminuição de 33,6 milhares de euros (-37,5%), refletindo o fim de prestações de serviços em regime de recibos verdes, na área técnica e na área operacional, cuja substituição não ocorreu em virtude da necessária prudência, num contexto de incerteza e de ocorrência de situações não previstas.

Os gastos com pessoal, que representam cerca de 6,3% dos rendimentos operacionais e um peso de 11,8% na estrutura de gastos operacionais, ascenderam a 952,3 milhares de euros, situando-se acima do ano anterior, em 113,3 milhares de euros (+13,5%).

**Gastos com Pessoal**

milhares de euros	2021	2022	2023	2023/2022	
				ABS	%
Remun. dos Órgãos Sociais	154,8	155,8	155,2	-0,6	-0,4%
Remunerações do Pessoal	616,9	537,0	622,0	84,9	15,8%
Encargos sobre Remunerações	140,2	122,4	140,3	18,0	14,7%
Seguros Acid. Trab.	3,1	2,9	3,5	0,6	22,2%
Outros Gastos com Pessoal	30,7	21,0	30,0	9,0	42,9%
<b>Total</b>	<b>945,7</b>	<b>839,0</b>	<b>952,3</b>	<b>113,3</b>	<b>13,5%</b>

A variação nos gastos com o pessoal, face a 2022, resulta do efeito conjugado de:

- i. Efeito líquido do absentismo registado em 2022 e em 2023 (+69,5 milhares de euros), impactado pela licença sabática de um trabalhador que regressou à empresa em março de 2023 e saída de três trabalhadores, um dos quais no final de 2021 e dois no primeiro semestre de 2022, cuja substituição só ocorreu no último trimestre de 2022;
- ii. Atualização salarial obrigatória (+29,8 milhares de euros), decorrente de imposições legais, nomeadamente, Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro e Decreto-Lei n.º 26-B/2023, de 18 de abril, que determinam a atualização do valor das remunerações da Administração Pública, preconizando uma estratégia de valorização dos recursos humanos;
- iii. Atualização do subsídio de alimentação, preconizando uma política de uniformização do Grupo (+3,9 milhares de euros);
- iv. Formação (+2,9 milhares de euros);
- v. Indemnização por rescisão por mútuo acordo, em 2023 (+1,4 milhares de euros);




- vi. Despesas com recrutamento (+3,6 milhares de euros);
- vii. Outros gastos com pessoal (seguro de saúde e acidentes de trabalho, apoio extraordinário a colaboradores para fazer face ao aumento do preço dos combustíveis, higiene e saúde no trabalho, fardamento, etc.) (+3 milhares de euros).

Os **Outros Gastos Operacionais** ascenderam a 316,4 milhares de euros, registando um aumento de 4,1 milhares de euros (+1,3%), face ao ano anterior, e integram maioritariamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (263,5 milhares de euros).

**DEPRECIACÕES** – Os Gastos Operacionais “non cash” (depreciações, imparidades de dívidas a receber e provisões), correspondem a 24,5% dos rendimentos operacionais e ascenderam a 3.684 milhares de euros, situando-se em linha com o valor registado no ano anterior.

**RESULTADOS FINANCEIROS** – Os encargos financeiros fixaram-se, no final do ano de 2023, em 433,6 milhares de euros, o que representa um aumento de 305 milhares de euros (+237,1%), face a 2022. Não obstante esta evolução, a redução da dívida financeira e a manutenção do *all in spread* das operações, na sequência das negociações mantidas com a banca comercial, permitiu mitigar o impacto da evolução desfavorável das taxas de juro de referência (Euribor), refletindo o agravamento das condições do mercado financeiro, a partir do segundo semestre de 2022.

**IMPOSTO** - A linha de imposto regista, em 2023, o montante de 1.621,5 milhares de euros e reflete: (i) imposto corrente, estimado para o período, no montante de 1.620,4 milhares de euros e (ii) imposto diferido, no montante de (1,1 milhares de euros), com origem em diferenças entre a base fiscal e contabilística.

## 8.2 PERFORMANCE FINANCEIRA

**BALANÇO E ESTRUTURA FINANCEIRA** – A evolução das principais rubricas do balanço é apresentada de forma sintética, no quadro seguinte:

### Balanço Sintético

milhares de euros	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	2023/2022	
				ABS	%
Ativo Não Corrente	117 053,4	113 760,5	111 120,3	(2 640,2)	-2,3%
Capital Circulante Líquido	86,3	166,1	2,0	164,0	-98,8%
Outros	(5 497,5)	(5 714,1)	(5 664,6)	(49,5)	-0,9%
Diferimentos	(13 400,8)	(11 672,7)	(10 076,7)	(1 596,0)	-13,7%
<b>Capital investido</b>	<b>98 241,4</b>	<b>96 539,7</b>	<b>95 381,0</b>	<b>(1 158,7)</b>	<b>-1,2%</b>
Dívida Financeira*	21 035,6	14 900,8	9 184,9	(5 715,9)	-38,4%
Caixa e Depósitos Bancários	232,2	121,4	156,7	35,3	29,0%
<b>Dívida Financeira Líquida</b>	<b>20 803,4</b>	<b>14 779,4</b>	<b>9 028,3</b>	<b>(5 751,2)</b>	<b>-38,9%</b>
Capital Social	30 000,0	30 000,0	30 000,0	-	0,0%
Reservas e Resultados Retidos	47 438,0	51 760,3	56 352,8	4 592,5	8,9%
<b>Fundos Acionistas</b>	<b>77 438,0</b>	<b>81 760,3</b>	<b>86 352,8</b>	<b>4 592,5</b>	<b>5,6%</b>

\*Inclui Prestações Acessórias de Capital

A posição financeira da empresa assenta no ativo total líquido no montante de 112.523,1 milhares de euros, repartido por 111.122,4 milhares de euros (98,8%) e 1.400,6 milhares de euros (1,2%), de não corrente e corrente, respetivamente.

O passivo ascendeu a valores de 26.170,3 milhares de euros, 16.909,2 milhares de euros (64,6%) e 9.261,1 milhares de euros (35,4%), não corrente e corrente, respetivamente.

Em termos de análise do equilíbrio financeiro, constata-se uma estrutura de capital, repartida em 76,7% (71,1%, em 2022) por capitais próprios e 23,3% (28,9%, em 2022) por capitais alheios

Da comparação da posição financeira da empresa, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as variações mais relevantes encontram-se nas seguintes rubricas:

- O **ativo tangível e intangível líquido** diminui em 2.556,5 milhares de euros (-2,3%) decorrente, maioritariamente do efeito conjugado das depreciações do exercício, que ascenderam a 3.684 milhares de euros e investimento total realizado em 2023, que ascendeu a 1.128,8 milhares de euros.

O **capex**, no montante de 1.128,8 milhares de euros reporta-se a: (i) intervenções nos edifícios (663,2 milhares de euros); (ii) intervenções e reparações no reservatório de água (52,1 milhares de euros); (iii) reparações nos postos de transformação (96,2 milhares de euros); (iv) intervenção na rede de gás (17,4 milhares de euros); (v) aquisição de equipamento CCTV (48,1 milhares de euros); (vi) aquisição de servidores e outro hardware (76,7 milhares de euros); (vii) intervenções na Ecoárea (12,7 milhares de euros); (viii) aquisição de plataforma elevatória (20 milhares de euros); (ix) intervenções no equipamento de frio (24,6 milhares de euros); (x) software (33,9 milhares de euros); (xi) aquisição equipamento segurança (15,8 milhares de euros); (xii) aquisição de equipamento de ar condicionado (6,8 milhares de euros); (xiii) aquisição equipamento LED (16,8 milhares de euros); (xiv) UPS (11,2 milhares de euros); (xv) Unidade de Produção para Autoconsumo (3,2 milhares de euros) e (xvi) outros equipamentos, como portas, baias, vãos, carretéis e equipamento diverso (30,3 milhares de euros);

- **Redução dos ativos por impostos diferidos**, no montante de 2 milhares de euros decorrente, essencialmente, da reversão dos ativos por impostos diferidos decorrente do registo de perdas por imparidade de ativos fixos, em anos anteriores;
- **Aumento nas dívidas de clientes conta corrente**, em 69,3 milhares de euros (+7,2%), face a 31 de dezembro de 2022, traduzindo um PMR de 23 dias, em linha com o registado no ano anterior;
- **Aumento de outras contas a receber** em 56,4 milhares de euros (+41,4%), referente a rendimentos de portagens relativos ao exercício de 2023, apurados e faturados em 2024;

O reforço da capacidade de geração de *cash flow* operacional aliado a uma política de investimento criteriosa permitiram à empresa fortalecer a sua estrutura financeira, com o passivo a diminuir de forma sustentada e a representar, no final de 2023, 23,3% do total do ativo (vs 28,9% no final de 2022).

O passivo, incluindo os diferimentos, a 31 de dezembro de 2023, ascendeu a 26.170,3 milhares de euros, reduzindo 7.098,2 milhares de euros (-21,3%), quando comparado com 31 de dezembro de 2022.

As principais variações registam-se nas seguintes rubricas:

- **Dívidas a fornecedores conta corrente**, que registaram uma redução de 4,1 milhares de euros (-1,1%). O prazo médio de pagamentos (PMP)<sup>7</sup> situou-se em 34 dias, que compara com 35 dias, em 2022;
- **Diferimentos**, que registam uma redução de 1.596 milhares de euros (-15,8%), decorrente, essencialmente, do efeito conjugado da integração em rendimentos do exercício de taxas de acesso e do registo de taxas de acesso associadas a novos contratos;
- **Financiamentos obtidos**, que reduzem em 5.715,9 milhares de euros (-38,4%), traduzindo: (i) amortização de duas prestações de capital do empréstimo do Banco Europeu de Investimento, em 2 777,8 milhares de euros; (ii) amortizações, contratualmente previstas, de programas de

<sup>7</sup> Calculado nos termos da RCM n.º 34/2008 com a alteração introduzida pelo despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril

*Handwritten notes:*  
A/B  
C/B  
D/B

emissão de papel comercial, no montante de 1 200 milhares de euros; (iii) aumento, em 210,7 milhares de euros, na utilização de linhas de crédito sob a forma de descoberto autorizado e (iv) amortização de prestações acessórias de capital, no montante de 1.948,8 milhares de euros.

**Posição financiamento**

milhares de euros	31/12/2022	Utiliz. / (Amortiz)	31/12/2023
<b>Linhas curto prazo</b>			
Descobertos Bancários	205,0	210,7	415,7
Outros*	0,2	(0,0)	0,2
<b>Linhas MLP prazo</b>			
Financiamento Invest.	9 722,2	(2 777,8)	6 944,4
Empréstimo	0,0	0,0	0,0
Papel Comercial	2 400,0	(1 200,0)	1 200,0
Prestações Acessórias Capital	2 573,4	(1 948,8)	624,6
<b>Total</b>	<b>14 900,8</b>	<b>(5 715,9)</b>	<b>9 184,9</b>

\* Cartão de Crédito IGCP

Os **capitais próprios** ascenderam a 86.352,8 milhares de euros, representando um aumento de 4.592,5 milhares de euros (+5,6%), face a 31 de dezembro de 2022.

A rentabilidade dos capitais próprios situou-se em 5,67%. A componente operacional deste valor equivale a 9,3%. O efeito de alavancagem financeira e o efeito fiscal contribuem negativamente para o resultado.

<b>Rendibilidade dos Capitais Próprios</b>	2021	2022	2023
<b>(1) Política de Investimento</b>	<b>0,090</b>	<b>0,086</b>	<b>0,093</b>
EBITDA/VN	0,747	0,725	0,731
VN/Ativo	0,120	0,119	0,127
<b>(2) Política de Financiamento</b>	<b>0,936</b>	<b>0,868</b>	<b>0,810</b>
Ativo/CP	1,485	1,407	1,321
RAI/EBITDA	0,630	0,617	0,613
<b>(3) Efeito Fiscal</b>	<b>0,751</b>	<b>0,754</b>	<b>0,751</b>
RL/RAI	0,751	0,754	0,751
<b>Rendibilidade do Capital Próprio</b>	<b>6,30%</b>	<b>5,66%</b>	<b>5,67%</b>
<b>Rendibilidade do Capital Próprio</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
(1) RL/VN	0,35	0,34	0,34
(2) VN/Ativo	0,12	0,12	0,13
(3) Ativo/CP	1,49	1,41	1,32
<b>Rendibilidade do Capital Próprio</b>	<b>6,30%</b>	<b>5,66%</b>	<b>5,67%</b>
<b>Outras Rendibilidades</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Rendibilidade do Ativo Total = (EBITDA/Ativo)	9,0%	8,6%	9,3%
Rendibilidade Bruta das vendas = (EBITDA/VN)	74,7%	72,5%	73,1%
Rendibilidade antes de Impostos = (RAI/VN)	47,1%	44,7%	44,8%
Rendibilidade Líquida das vendas = (RL/VN)	35,3%	33,7%	33,7%

*Handwritten notes and signatures:*  
 l  
 B  
 CR  
 J

**FLUXOS DE CAIXA** – A atividade operacional da empresa gerou um fluxo líquido de 7.097,3 milhares de euros, suficiente para fazer face ao financiamento do investimento, que mobilizou fluxos monetários no montante de 947,9 milhares de euros.

O *cash flow* disponível para o serviço da dívida, no montante de 6.270,8 milhares de euros, foi suficiente para fazer face às obrigações decorrentes do serviço da dívida, designadamente, amortizações de capital no âmbito de financiamentos de médio/longo prazo e programas de emissão de papel comercial (plano de amortizações contratualizadas), juros de financiamento e outros encargos, que ascenderam a 4.376,2 milhares de euros, e permitiu ainda amortizar prestações acessórias de capital, no montante de 1.948,8 milhares de euros.

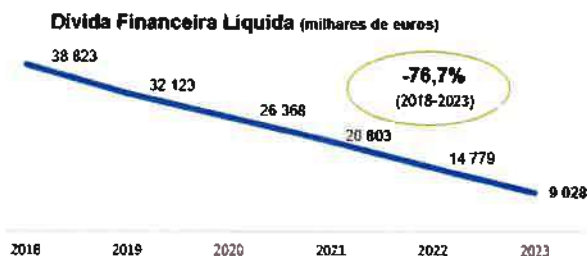
**Demonstração sintética de Fluxos de Caixa**

milhares de euros	2021	2022	2023
<b>Caixa no início do período</b>	<b>114,2</b>	<b>232,2</b>	<b>121,4</b>
<b>Cash Flow Atividades Operacionais</b>	<b>6 761,6</b>	<b>6 617,9</b>	<b>7 097,3</b>
Recebimentos de Clientes	15 530,2	15 707,3	16 596,6
Pagamento Fornecedores	(4 006,9)	(4 183,4)	-4 726,4
Pagamentos Pessoal	(895,3)	(789,1)	-953,9
Outros pagamentos/recebimentos operacionais	(3 866,4)	(4 116,9)	-3 819,0
<b>Cash Flow Atividades de investimento</b>	<b>(1 039,1)</b>	<b>(514,8)</b>	<b>-947,9</b>
<b>Cash Flow disponível para serviço da dívida</b>	<b>5 836,7</b>	<b>6 335,3</b>	<b>6 270,8</b>
<b>Serviço da Dívida</b>			
Juros e outros encargos	(158,0)	(78,8)	-398,4
Amortização empréstimos MLP <sup>(1)</sup>	2 060,3	(1 371,1)	-1 200,0
Amortização capital (BEI)	(2 777,8)	(2 777,8)	-2 777,8
<b>Free Cash Flow</b>	<b>4 961,3</b>	<b>2 107,6</b>	<b>1 894,6</b>
Recebimento/(Amortização) de empréstimos <sup>(2)</sup>	(3 838,0)	(1 278,2)	210,9
Recebimento/(Amortização) de empréstimos acionistas	(891,0)	(708,0)	-1 948,8
<b>Variação de Caixa</b>	<b>118,0</b>	<b>(110,8)</b>	<b>35,3</b>
<b>Caixa no final do período</b>	<b>232,2</b>	<b>121,4</b>	<b>156,7</b>

<sup>(1)</sup> Inclui Amortização de Papel Comercial (amortizações contratualizadas)

<sup>(2)</sup> Inclui efeito líquido de aumentos/reduções de emissão de Papel Comercial

**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA** – Em resultado do reforço da capacidade de geração de “*cash flow*”, a dívida financeira líquida da MARL, SA tem diminuído de forma progressiva e consistente, ascendendo a 9.028,3 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de 5.751,2 milhares de euros (-38,9%), face a 31 de dezembro de 2022 e de 29.795,2 milhares de euros (-76,7%), face a 2018.



O Grupo SIMAB tem vindo a procurar as melhores alternativas de financiamento junto da Banca, tendo em vista a otimização dos seus financiamentos, quer ao nível do custo, quer ao nível do tipo de produto contratado e garantias conexas, procurando ajustar a maturidade destes à dos investimentos que financiam.

Em resultado desta política e da procura de melhores condições no mercado, no final de 2021, foi contratualizada pela MARL, SA uma operação de financiamento, sob a forma de Programa de Emissão de Papel Comercial, no montante de 3 600 milhares de euros, com prazo de 3 anos e possibilidade de denúncia anual por ambas as partes, que permitiu refinar um PPC que a empresa detinha,

*Handwritten notes and signatures in blue ink.*

do mesmo montante e maturidade, em condições de *pricing* mais favoráveis, concretizando uma redução de 65 pontos base no *all in spread*, face ao PPC amortizado. De igual modo, na sequência de negociação com a banca comercial, foi possível reduzir o *all in spread* de uma linha de financiamento sob a forma de descoberto bancário.

Do total da dívida financeira, em 31 de dezembro de 2023, 6.944,4 milhares de euros (75,6%) respeita ao financiamento obtido junto do BEI (com aval do Estado Português); 1.200 milhares de euros (13%) correspondem a Programas de Emissão de Papel Comercial; 415,9 milhares de euros (4,5%) a utilização linhas de apoio à tesouraria sob a forma de descoberto bancário e 624,6 milhares de euros (6,8%) respeita a prestações acessórias de capital, realizadas pelo acionista SIMAB.

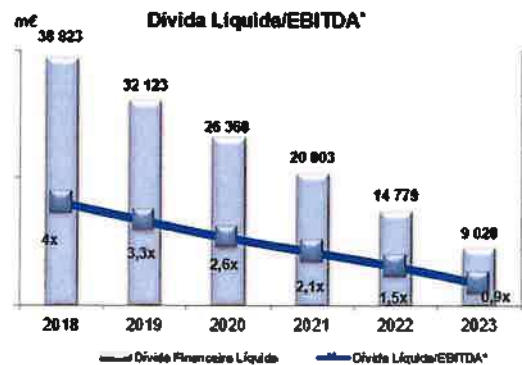


**Dívida Financeira em 31 de dezembro**

milhares de euros	2018	2019	2020	2021	2022	2023
BEI	20 833,3	18 055,6	15 277,8	12 500,0	9 722,2	6 944,4
Empréstimos Bancários MLP	1 179,2	847,0	510,8	171,1	0,0	0,0
Papel Comercial	3 200,0	9 850,0	5 300,0	3 600,0	2 400,0	1 200,0
Linhas Curto Prazo	642,5	382,0	1 221,2	1 483,2	205,2	415,9
Prestações Acessórias	13 384,5	3 119,4	4 172,4	3 281,4	2 573,4	624,6
<b>Total</b>	<b>39 239,5</b>	<b>32 253,9</b>	<b>28 482,1</b>	<b>21 035,6</b>	<b>14 900,8</b>	<b>9 184,9</b>
Disponibilidades	416,1	130,7	114,2	232,2	121,4	156,7
<b>Dívida Líquida</b>	<b>38 823,5</b>	<b>32 123,2</b>	<b>26 367,9</b>	<b>20 803,4</b>	<b>14 779,4</b>	<b>9 028,3</b>

**ESTRUTURA DE CAPITAL** – Em 2023, a MARL, SA voltou a apresentar melhorias substanciais em termos de rácios financeiros. A capacidade de geração de *cash flow* associada ao esforço de dotar a empresa com uma estrutura de capitais mais sólida permitiu uma redução do passivo da empresa e o reforço do peso relativo dos capitais próprios de 51%, no final de 2018 para 77%, em 2023.

A solidez ao nível da atividade operacional da MARL, SA, em 2023, encontra-se evidenciada no EBITDA<sup>8</sup>, que ascendeu a 10.243,4 milhares de euros, demonstrando a importância do autofinanciamento enquanto fonte de fundos da empresa.



<sup>8</sup> Excluindo integração de subsídios ao investimento.

O rácio de Dívida Líquida/EBITDA<sup>8</sup> situou-se em 0,9x, que compara com 1,5x, em 2022, e 4x, em 2018, refletindo não só o reforço da capacidade de libertação de fundos operacionais como também o esforço de redução do endividamento.

<sup>8</sup> Excluindo subsídios ao investimento

*Handwritten signatures and initials:*  
 l / PB  
 CR  
 DS

Estrutura de capital	2019	2020	2021	2022	2023
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo)	56,0%	61,1%	65,3%	71,1%	76,7%
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo)	127,3%	157,3%	188,0%	245,8%	330,0%
Endividamento (Passivo/Capital total)	44,0%	38,9%	34,7%	28,9%	23,3%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	21,4%	23,3%	24,9%	26,3%	35,4%

## 8. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da MARL, SA propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2023, no montante de 4.896.163,09 euros (quatro milhões, oitocentos e noventa e seis mil, cento e sessenta e três euros e nove cêntimos) tenha a seguinte distribuição:

- 489.616,31 euros (quatrocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e dezasseis euros e trinta e um cêntimos) sejam transferidos para Reservas Legais, correspondente a 10%, nos termos da al. a) do artigo 18.º dos estatutos da sociedade;
- 4.406.546,78 euros (quatro milhões, quatrocentos e seis mil, quinhentos e quarenta e seis euros e setenta e oito cêntimos) sejam mantidos em Resultados Transitados.

## 9. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Conselho de Administração aprovou o Relatório e Contas de 2023 da MARL, SA e respetivas Demonstrações Financeiras, em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de março de 2024.

A MARL, SA não tem dívidas ao Estado ou à Segurança Social.

A "empresa-mãe" da MARL, SA, a SIMAB, SA, é detida a 100% pela Parpública, SGPS, SA.

## 10. PERSPETIVAS FUTURAS

No cumprimento das orientações definidas pelo acionista ao Conselho de Administração eleito em março de 2021 assentará a atividade futura do MARL. Assim, tais orientações visam o cumprimento do modelo de negócio definido, garantindo o cumprimento do serviço público, o preservar dos valores ao nível da segurança e saúde pública do mercado abastecedor.

Com dinamização comercial junto dos atuais e potenciais operadores, numa perspetiva de consolidação dos setores mais dinâmicos e incremento da atividade nos setores que apresentam maiores dificuldades, promovendo a eficiência e a eficácia, mas também assegurando a necessária preservação e modernização dos ativos e a sua capacitação, contribuindo desde logo para a crescente e fundamental sustentabilidade, ambiental e financeira.

Fruto dos relacionamentos institucionais que o MARL tem, enquanto membro da *World Union of Wholesale Markets*, sabemos da referência internacional que somos e do valor que assim proporcionamos aos nossos operadores. Contudo, porque nos comparamos com países com maiores recursos materiais, e completando o mercado mais de 20 anos, devemos manter a disponibilidade de aprendizagem e de *benchmarking*, para que a evolução dos próximos 20 anos não seja menor que a verificada.

Só assim continuaremos a justificar a escolha pelos operadores pelos nossos espaços. Só com mais valor entregue, continuaremos a posicionar-nos como primeira escolha no contexto

*[Handwritten signatures and initials]*

geográfico em que estamos inseridos. Só assim também, asseguraremos a rentabilidade futura da exploração.

No âmbito de uma estratégia de comercialização de novos espaços, estão a decorrer diversos contactos e negociações com entidades nas áreas de logística, e outras, a que importa dar continuidade, para que seja possível potenciar receitas para cobertura de novos investimentos indispensáveis à recuperação, manutenção e dinamização das infraestruturas e equipamentos do Mercado. Esforço que deve ser incrementado. De igual modo, ao nível das atividades complementares.

Assim sendo, de um modo geral, a atividade da Empresa será norteadada pelos seguintes eixos estratégicos:

- Crescer e diversificar na oferta;
- Modernizar ativos;
- Reforçar a eficiência e processos;
- Reforçar a atuação dos recursos humanos; e,
- Contribuir para a prossecução de políticas públicas.

Neste quadro de reposicionamento estratégico, a MARL, SA pretende adotar uma postura ativa na promoção de desenvolvimento regional no domínio agroalimentar e logístico, bem como através do incremento das atividades complementares presentes no mercado.

A MARL, SA mantém a visão de liderar o setor enquanto primeira escolha pela qualidade dos serviços e valor entregue aos seus clientes, suportado num modelo de atuação sustentável e reconhecido pela eficiência na gestão dos seus ativos.

As possibilidades de expansão do MARL, a médio prazo, deverão continuar a ser equacionadas com os diferentes parceiros públicos e privados.

Sublinhamos os valores que caracterizam o MARL: Resiliência, Eficiência e Compromisso. Estamos convictos que os desafios vão ser debelados e as oportunidades, reais e promissoras, que também existem, serão concretizadas, com tal mentalidade.

A personificação desses valores assenta nos nossos colaboradores. Por isso também propusemos alterações a este nível, permitindo subtrair à gestão dos recursos humanos, a aleatoriedade, em detrimento do concretizar do reconhecimento do empenho e dedicação.

A subida de preços da eletricidade, dos combustíveis, entre outros, que resultam da crise geopolítica gerada pela guerra na Ucrânia e no Médio Oriente, obriga a repensar na programação das atividades para 2024, sendo essencial a continuação do acompanhamento muito próximo da evolução financeira das empresas que integram o Universo Empresarial da SIMAB, reforçando-se mecanismos de acompanhamento e análise da informação financeira de cada uma das empresas, para além do acompanhamento e informações disponibilizadas às empresas que exercem atividade nos Mercados Abastecedores.

À presente data não pode ser olvidado o regresso da guerra ao território europeu. Para além das preocupações democráticas e humanitárias que genericamente nos tocam, o reflexo é já bem real e impactante na realidade do MARL, desde logo aumento fortíssimo de custo de energia e o aumento dos preços das diversas prestações de serviços.

Podendo-se estimar em centenas de milhares de euros, tal não deixará de condicionar as escolhas estratégicas do exercício de 2024. Neste cenário, a aposta em energias renováveis e em equipamentos mais eficientes terá de ser uma realidade.

## 11. REFERÊNCIAS FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Acionistas a confiança e o apoio prestados, bem como a colaboração dos membros dos outros Órgãos Sociais, que permitiram dar continuidade ao desenvolvimento do projeto e à concretização dos objetivos do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa.

Aos operadores, um especial agradecimento pelo interesse demonstrado na afirmação do projeto, claramente manifestado através da sua instalação e aposta no sucesso do Mercado.

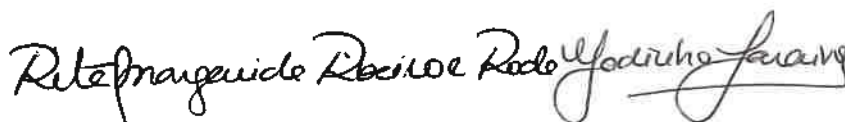
Aos colaboradores, uma palavra especial de agradecimento pela disponibilidade, flexibilidade e dedicação demonstrados na prossecução das suas funções, em mais um ano atípico e num contexto geopolítico inesperado.

A finalizar, uma palavra de apreço às empresas responsáveis pela execução das diferentes prestações de serviços, assim como às instituições financeiras que participam na materialização deste projeto.

O Conselho de Administração da MARL, SA,



Jorge Proença dos Reis



Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva

Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini

Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini



Fernando Jorge Rodrigues Antunes



Luís Manuel dos Santos Matias

São Julião do Tojal, 12 de março de 2024



## 12. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

### INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA EMPRESA

(Nos termos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nenhum dos elementos do Conselho de Administração era detentor de quaisquer ações ou obrigações em 31 de dezembro de 2023, nem realizou transações com quaisquer títulos da Empresa.

#### FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único, Ricardo Jorge Pinto Dias, não detinha quaisquer ações ou obrigações em 31 de dezembro de 2023, não tendo realizado quaisquer transações com quaisquer títulos da Empresa.

1/2  
B  
C  
D

CUMPRIMENTO  
DAS ORIENTAÇÕES  
LEGAIS



## ÍNDICE

<b>II. Cumprimento das Orientações Legais.....</b>	<b>2</b>
1. Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento .....	2
2. Gestão do Risco Financeiro.....	7
3. Limite de crescimento do endividamento .....	9
4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a Fornecedores e atrasos nos pagamentos ("arrears") .....	10
5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do "acionista" emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas.....	10
6. Cumprimento das diligências com vista a solucionar situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal de Contas .....	11
7. Cumprimento das orientações legais ao nível das Remunerações.....	11
8. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP).....	13
9. Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 16 do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.....	13
10. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens [Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março].....	13
11. Elaboração e divulgação do Plano para a igualdade anual [artigo n.º 7.º da Lei 62/2017 e artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho] .....	14
12. Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção [n.º 1 do artigo n.º 46.º do RJSPE] e do Plano de Gestão de Risco e Infrações Conexas [artigo 6.º do RGPC].....	14
13. Aplicação das Normas de Contratação Pública.....	15
14. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).....	17
15. Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais [artigo 133.º do Decreto Lei n.º 10/2023 de 8 de fevereiro] .....	17
16. Recursos Humanos e massa salarial (artigo 131.º do DLEO 2023   Despachos de 15 de dezembro de 2022 e 12 de maio de 2023 do SETF).....	22
17. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE) [artigo 28.º do RJSPE, artigo 105.º da LOE 2023, de 30 de dezembro e artigo 91.º do DLEO 2023].....	22
18. Recomendações na sequência de auditorias do Tribunal de Contas .....	23
19. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.ºB ou 508.ºG do CSC.....	23
20. Informação divulgada no sítio da internet do SEE (portal da DGTF).....	24

## II. Cumprimento das Orientações Legais

Para efeitos da demonstração do cumprimento das orientações legais da MARL, SA foi seguida a estrutura constante do ofício SAI\_DGTF/2024/269 de 06 de fevereiro de 2024 da Direção Geral de Tesouro e Finanças.

A MARL, SA procedeu ao acompanhamento mensal do grau de cumprimento dos objetivos impostos pela Lei do Orçamentos do Estado (LOE), aprovado pela Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO2023).

### 1. Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

- a) *Indicar os objetivos definidos pelo acionista para 2023, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.*

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARL, SA.

Na sequência da nomeação do atual Conselho de Administração em Assembleia Geral na empresa mãe SIMAB, SA e, por inerência, na MARL, SA, as orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração para o mandato 2021/2023, encontram-se ainda em fase de aprovação pelo acionista.

Sem prejuízo de se aguardar a formalização dos Contratos de Gestão, a MARL, SA efetuou a monitorização dos objetivos e indicadores quantitativos, tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento de 2023, aprovado pelas tutelas<sup>1</sup>.

Os objetivos quantitativos da MARL, SA estão alinhados com os objetivos estratégicos definidos ao nível da *holding* e com as orientações da tutela financeira e setorial para o Grupo SIMAB bem como com as orientações definidas pela tutela financeira para as empresas do Setor Empresarial do Estado<sup>2</sup>.

Os objetivos, assim estabelecidos, traduzem-se, no geral, na obtenção de uma variação positiva do *EBITDA*, diminuição do peso dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal face ao volume de negócios, redução da dívida, aumento da rentabilidade acionista e redução dos prazos de pagamento a fornecedores, dando, na generalidade, cumprimento às orientações da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

- b) *Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2022, caso este tenha sido aprovado, designadamente quanto ao volume de negócios, resultados e nível de endividamento, apresentando, para o efeito, os valores orçamentados, executados e respetivos desvios, bem como a justificação para incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicáveis.*

O PAO2023 foi elaborado nos termos do n.º 1 do Despacho n.º 252/2022-SET de 18 de agosto de Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em que foram determinadas um conjunto de orientações específicas para a elaboração dos PAO's das empresas públicas não financeiras do SEE.

O PAO2023 da MARL, SA foi aprovado por Despacho conjunto das tutelas financeira e setorial<sup>1</sup>.

Neste contexto, sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores, face aos objetivos definidos no âmbito do PAO2023:

<sup>1</sup> Despacho n.º 346/2023-SET de 09/08/2023 e Despacho SETCS de 17/08/2023 - Relatório de Análise 170/2023 da UTAM, de 17/07/2023

<sup>2</sup> Despacho n.º 252/2022 -SET de 18 de agosto

*Handwritten signatures and initials:*  
P.B.  
C.A.  
J.S.

Unid: euro

Indicadores	PAO 2023	Executado 2023	Desvio (+/-)	Observações/medidas
<b>Resultado Líquido</b>	4 619 129,97 €	4 896 163,09 €	277 033,12 €	
<b>EBITDA</b>	10 409 936,35 €	10 635 285,95 €	225 349,60 €	
<b>Resultado Operacional<sup>1)</sup> (EBIT)</b>	6 571 948,66 €	6 969 539,70 €	397 591,04 €	
<b>Volume de Negócios<sup>2)</sup></b>	14 637 487,85 €	14 539 308,04 €	-98 179,81 €	
<b>Endividamento<sup>4)</sup></b>	9 549 964,40 €	9 184 917,09 €	-365 047,31 €	
<b>Dívida Financeira Líquida<sup>3)</sup>/EBITDA</b>	91,19%	84,89%	-6,3 p.p	
<b>Disponibilidades<sup>5)</sup></b>	57 623,98 €	156 656,23 €	-214 280,21 €	
<b>Eficiência Operacional (FSE+GcP)/VN</b>	28,24%	27,92%	-0,32 p.p	

- 1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.
- 2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.
- 3) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.
- 4) Passivo remunerado
- 5) Caixa conforme Balanço
- 6) Adicionar linhas com a identificação de mais indicadores, designadamente de atividade, atendendo à natureza da empresa/setor de atividade.

› **EBITDA (resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações)**

EBITDA (valores em euros)	2023	PAO23	2023/PAO2023	
			ABS	%
Rendimentos Operacionais	15 029 374,9	15 096 112,7	-66 737,8	-0,4%
Gastos Operacionais	-4 394 088,9	-4 686 176,4	-292 087,5	-6,2%
<b>EBITDA</b>	<b>10 635 286,0</b>	<b>10 409 936,3</b>	<b>225 349,6</b>	<b>2,2%</b>

- O desvio favorável do **EBITDA**<sup>3</sup>, em 225,3 milhares de euros (+2,2%), face ao previsto em sede de PAO2023, traduz o efeito conjugado de um desvio desfavorável nos rendimentos operacionais, em 66,7 milhares de euros (-0,4%) e de um desvio favorável dos gastos operacionais, em 292,1 milhares de euros (-6,2%). De notar que a evolução nos gastos operacionais reflete, em grande parte, o impacto da conjuntura geopolítica nos gastos com eletricidade relativa ao mecanismo MIBEL (248,8 milhares de euros), previsto em sede de orçamento, não tendo sido registado qualquer impacto deste mecanismo, em 2023.
- O desvio registado nos **rendimentos operacionais** (-66,7 milhares de euros) é, maioritariamente, apurado na integração de taxas de acesso (-74 milhares de euros), registada quer na integração plena por motivo de rescisão contratual (-10,8 milhares de euros), quer na integração recorrente (-63,1 milhares de euros), esta última relativa a um novo edifício, com início de atividade adiada para 2024. A rubrica é ainda influenciada pelo desvio desfavorável nas subrubricas de "taxas de cedência de posição contratual" (-53,8 milhares de euros); "taxas de consumo de energia" (-61,8 milhares de euros) e venda de frio (-19 milhares de euros). Em sentido inverso, destaca-se a evolução favorável dos rendimentos provenientes do pátio (+54,7 milhares de euros), taxas de utilização dos lugares sazonais (+32,8 milhares de euros), taxas de utilização (+26 milhares de euros) e "outros rendimentos operacionais" (+28,4 milhares de euros).
- O desvio favorável nos **gastos operacionais**, no montante de 292,1 milhares de euros (-6,2%) resulta do efeito conjugado de:
  - i. desvio favorável em **FSE's**, no montante de 305,2 milhares de euros (-8,9%), evolução maioritariamente impactada pela rubrica de eletricidade, que apresenta um desvio favorável de 350,1 milhares de euros (-45,8%), uma vez que, em 2023, não se registou qualquer impacto desfavorável do mecanismo MIBEL nos gastos com energia, previsto em sede de orçamento, pelo montante de 248,8 milhares de euros.

<sup>3</sup> Apurado de acordo com SNC



Expurgando o impacto geopolítico previsto no PAO2023 (248,8 milhares de euros), os gastos com FSE apresentam um desvio favorável, no montante de 56,4 milhares de euros (-1,8%), conforme mais à frente se detalha.

- ii. Desvio favorável nos **gastos com pessoal**, em 18 milhares de euros (-1,9%), maioritariamente justificado por: (i) absentismo registado em 2023 (-17,8 milhares de euros), incluindo o impacto decorrente de rescisão contratual ocorrida no primeiro semestre e admissão de novo colaborador para substituição; (ii) adiamento da implementação de um Plano de Carreiras, previsto em sede de orçamento (-10 milhares de euros) e (iii) atualização remuneratória decorrente de imposições legais<sup>4</sup> (+8,4 milhares de euros).

### ) Eficiência Operacional

#### EBITDA

(milhares de euros euros)	2023	PAO23	2023/PAO2023	
			ABS	%
(1) Volume de Negócios [VN]	14 539 308,0	14 637 487,9	-98 179,8	-0,7%
(2) Gastos Operacionais	4 059 301,1	4 382 472,6	-323 171,4	-7,4%
FSE's	3 106 952,0	3 412 122,2	-305 170,2	-8,9%
Gastos c/ Pessoal	952 349,2	970 350,3	-18 001,2	-1,9%
(i) Efeito geopolítico <sup>(1)</sup>		-248 802,4		
(3) Gastos Operacionais Ajustados [GO] = (2) - (i)	4 059 301,1	4 133 670,2	-74 369,0	-1,8%
<b>(3)/(1) (GO)/VN</b>	<b>27,92%</b>	<b>28,24%</b>	<b>-0,32 p.p.</b>	

(1) Impacto do contexto geopolítico de agravamento de custos de eletricidade (mecanismo mibel), previsto em sede de orçamento (248 milhares de euros) e que não se verificou.

- O **peso dos gastos operacionais** (FSE's + RH) no volume de negócios, excluindo impacto do efeito geopolítico nos gastos com eletricidade decorrente do mecanismo MIBEL (248,8 milhares de euros), previsto em sede de PAO2023, situou-se abaixo do valor previsto em sede de PAO2023, em 32 pontos base;
- O **volume de negócios** apresenta um desvio desfavorável, no montante de 98,2 milhares de euros (-0,7%), traduzindo maioritariamente o efeito conjugado da evolução nas seguintes subrubricas:
  - Taxas de utilização (+26 milhares de euros);
  - Taxas de utilização sazonais (+32,8 milhares de euros);
  - Portagens (+54,7 milhares de euros);
  - Venda de frio (-19 milhares de euros);
  - Taxas de cedência de posição (-53,8 milhares de euros);
  - Outras Prestações de Serviços, incluindo taxas de consumo de energia, reparações solicitadas por operadores, aluguer câmara de frio, inscrições de lugares sazonais e outros (-65 milhares de euros);
  - Integração de taxas de acesso (-74 milhares de euros).
- Os **gastos operacionais (FSE + RH)**, expurgado o efeito geopolítico relativo ao impacto do mecanismo MIBEL nos gastos com eletricidade, apresentam um desvio favorável de 74,4 milhares de euros (-1,8%) evidenciando o esforço de racionalização e de contenção de custos, necessário para acomodar o desvio desfavorável registado em algumas rubricas, por força de

<sup>4</sup> Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro e Decreto-Lei n.º 26-B/2023, de 18 de abril que aprovam medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas.

*[Handwritten signatures and initials: PB, CT, AS]*

situações não previstas em sede de orçamento, sem, contudo, comprometer as condições de operacionalidade do mercado. Neste contexto, a evolução dos gastos operacionais reflete, maioritariamente:

- i. Desvio favorável em **FSE** (excluindo efeito geopolítico), em 56,4 milhares de euros (-1,8%), em resultado do efeito conjugado de variações nas diversas subrubricas que integra, destacando-se:
  - (i) Trabalhos especializados: desvio favorável, em 45,5 milhares de euros (-11,9%), refletindo, assessorias técnicas previstas em sede de orçamento, que não se verificaram e consultadoria na área de informática, orçamentada nesta rubrica e registada em honorários;
  - (ii) Honorários: desvio favorável de 43,7 milhares de euros (-43,9%), refletindo o fim de prestações de serviços em regime de recibos verdes, na área técnica e na área operacional, cuja substituição não ocorreu em virtude da necessária prudência na gestão operacional, num contexto de incerteza e de ocorrência de situações não previstas em sede de orçamento;
  - (iii) Conservação e reparação: situa-se abaixo do previsto no PAO2023, em 63,1 milhares de euros (-22,1%), traduzindo o adiamento de intervenções para anos subsequentes;
  - (iv) Eletricidade: expurgando o impacto geopolítico previsto em orçamento, situa-se abaixo do PAO2023, em 101,3 milhares de euros (-19,7%), refletindo um consumo inferior ao previsto e uma redução do preço unitário;
  - (v) Água: apresenta um desvio favorável, em 82,7 milhares de euros (-37,6%), espelhando um consumo (m<sup>3</sup>) inferior ao previsto;
  - (vi) Gás: regista o montante de 114,4 milhares de euros, decorrente de uma fuga identificada e reparada no primeiro trimestre de 2023 e que conduziu à alteração de infraestruturas com criação de instalação próprias pelos consumidores de gás no Mercado;
  - (vii) Limpeza, que se apresenta acima do orçamento, em 170,9 milhares de euros (+15,7%), maioritariamente apurado em gastos com tratamento de resíduos sólidos (+149,5 milhares de euros) impactado pelas paragens no prestador de serviços por período superior ao previsto e conseqüente recurso a outro prestador de serviços com preço unitário mais elevado (+125%) e pelo decréscimo nos rendimentos decorrentes da valorização de recicláveis, (47,5 milhares de euros), traduzindo a redução de preço na valorização de recicláveis.
- ii. Desvio favorável em **gastos com pessoal** (expurgando o impacto de imposições legais), no montante de 18 milhares de euros (-1,9%), traduzindo, maioritariamente, o efeito conjugado das seguintes situações:
  - (i) atualizações remuneratórias decorrentes de imposições legais<sup>5</sup> (+8,4 milhares de euros);
  - (ii) adiamento da implementação de um Acordo de Empresa (-10 milhares de euros), incluindo um regime de carreiras, uma tabela salarial, um modelo de avaliação e mecanismos de progressão de carreiras, previsto em sede de orçamento 2023, e adiado para 2024 por se encontrar condicionado à aprovação do Acordo de Empresa pelo Acionista, conforme despacho de aprovação do PAO2023<sup>6</sup>;

<sup>5</sup> Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro e Decreto-Lei n.º 26-B/2023, de 18 de abril

<sup>6</sup> Despacho n.º 346/2023-SET de 09/08/2023 e Despacho SETCS de 17/08/2023 - Relatório de Análise 170/2023 da UTAM, de 17/07/2023

*[Handwritten signatures and initials]*

- (iii) absentismo registado em 2023, quantificado em 17,8 milhares de euros;
- (iv) indemnizações por rescisão contratual por mútuo acordo (+1,4 milhares de euros).

› **Dívida Financeira Líquida**

A dívida financeira líquida situou-se abaixo do previsto no orçamento, em 365 milhares de euros (-3,8%), evolução parcialmente impactada pelo adiamento da execução do Plano de investimentos.

- c) *No que aos investimentos diz respeito, proceder à apresentação de um quadro, devendo, nos casos em que se observe a execução de investimentos não previstos no PAO aprovado, ou, estando previstos no PAO aprovado, excederem o valor orçamentado, explicitando se o mesmos foram objeto de autorização autónoma pelas tutelas e em que termos.*

Pretende-se com este ponto evidenciar a execução do Plano de Investimentos para 2023 (por projeto), apresentando, para o efeito, quadro com identificação dos valores previstos, executados e respetivos desvios.

No que concerne ao investimento realizado, em 2023, totalizou um montante de 1.128,8 milhares de euros, correspondente a uma taxa de execução de 54,4%, do qual passa em curso para 2024, o valor de 379 milhares de euros, maioritariamente correspondente a empreitadas de intervenção em coberturas e pinturas de edifícios (299,6 milhares de euros) e aquisição e instalação de servidores (74,9 milhares de euros), perspetivando-se a sua conclusão no primeiro trimestre de 2024. A execução do Plano de Investimentos apresentou-se da seguinte forma:

Plano de Investimento	PAO 2023	Total Executado 2023	Fontes de financiamento						Desvio (PAO vs Executado)	Observações/medidas
			Autofinanciamento (Receltas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitá- rios	PRR	Outras		
Beneficiação de coberturas Edifícios	448 112,27 €	81 883,59 €	81 883,59 €						-366 228,68 €	
Sinalética	30 000,00 €	15 795,00 €	15 795,00 €						-14 205,00 €	
Obras decorrentes das MAP's	45 000,00 €	0,00 €	0,00 €						-45 000,00 €	
Intervenções nos PT's dos Pavilhões	258 524,87 €	96 211,74 €	96 211,74 €						-162 313,13 €	
Execução de sumidouros e ramais ligação	2 000,00 €	0,00 €	0,00 €						-2 000,00 €	
Juntas dilatação (pavimento + edifícios)	6 000,00 €	0,00 €	0,00 €						-6 000,00 €	
Reparação interior Célula 2 Reservatório de Água	57 528,72 €	52 088,72 €	52 088,72 €						-5 440,00 €	
Beneficiação Edifícios e Infraestruturas	807 013,41 €	581 294,24 €	581 294,24 €						-225 719,17 €	
Reparação de tubagens de frio dos pavilhões + Dep. Inércia	240 000,00 €	24 583,64 €	24 583,64 €						-215 416,36 €	
Rede de gás	0,00 €	17 405,38 €	17 405,38 €						17 405,38 €	
Projetos e Fiscalização	21 840,00 €	0,00 €	0,00 €						-21 840,00 €	
Licenciamentos	21 300,00 €	0,00 €	0,00 €						-21 300,00 €	
Up-Grade GTC	150 000,00 €	0,00 €	0,00 €						-150 000,00 €	
Software	33 876,38 €	33 876,38 €	33 876,38 €						0,00 €	
Carretéis	0,00 €	2 200,00 €	2 200,00 €						2 200,00 €	
Barreiras para controlo de Acesso	2 000,00 €	9 518,22 €	9 518,22 €						7 518,22 €	
Aquisição de câmaras de CCTV	20 000,00 €	48 083,87 €	48 083,87 €						28 083,87 €	
Cantidões de Água	5 250,00 €	0,00 €	0,00 €						-5 250,00 €	
Execução de turo captação água subterrânea	40 000,00 €	0,00 €	0,00 €						-40 000,00 €	
Aquisição de Equipamento LED	19 500,00 €	16 788,22 €	16 788,22 €						-2 711,78 €	
Substituição das UPS dos pavilhões (Alamos e Rouco)	9 000,00 €	11 150,45 €	11 150,45 €						2 150,45 €	
Instalação UPAC'S	100 000,00 €	3 185,00 €	3 185,00 €						-96 815,00 €	
Projeto Eco Area	0,00 €	4 782,15 €	4 782,15 €						4 782,15 €	
Contentores Lixo	10 000,00 €	7 932,00 €	7 932,00 €						-2 068,00 €	
Plataforma Elevatória	0,00 €	19 990,00 €	19 990,00 €						19 990,00 €	
Aquisição de Cortinas Rápidas/Portas/Faixas acústicas	9 450,00 €	4 485,20 €	4 485,20 €						-4 964,80 €	
Aquisição de ventiladores para frigoríficos	7 000,00 €	0,00 €	0,00 €						-7 000,00 €	
Grilhas e cestos de retenção + tempos saneamento	28 400,00 €	2 480,00 €	2 480,00 €						-25 920,00 €	
Sistema de Som dos Pavilhões	0,00 €	4 722,00 €	4 722,00 €						4 722,00 €	
Equipamento Ar Condicionado	1 850,00 €	6 630,00 €	6 630,00 €						4 780,00 €	
Hardware	0,00 €	76 670,56 €	76 670,56 €						76 670,56 €	
Outros equipamentos	5 000,00 €	6 880,55 €	6 880,55 €						1 880,55 €	
<b>Valor total do investimento</b>	<b>2 074 347,75 €</b>	<b>1 128 832,92 €</b>	<b>1 128 832,92 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-945 514,83 €</b>	

Os desvios verificados respeitam a investimentos adiados para 2024 e/ou necessidade de reafecção de montantes entre rubricas.

Acresce que a incerteza associada à atual conjuntura aliada ao agravamento de custos de investimento, levou ao adiamento de decisões de investimento, sendo que a sua concretização foi também impactada pela falta de oferta do mercado, com vários concursos públicos a ficarem desertos, levando a uma reprogramação da despesa, que se perspetiva concretizar em 2024.

- d) *Na eventualidade da existência de contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrados com o Estado, a empresa deverá apresentar a execução face ao explicitado nos instrumentos de planeamento.*

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

A MARL, SA não celebrou qualquer contrato-programa com o Estado, pelo que a al. d) deste ponto não é aplicável.

- e) *Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das administrações Públicas, incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.*

A MARL, SA não integra o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, pelo que a al. e) deste ponto não é aplicável.

## 2. Gestão do Risco Financeiro

Os riscos a que a MARL, SA se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos.

A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

**Risco de Crédito** - O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade das contas a receber; o perfil de risco do cliente; e as condições financeiras dos clientes.

**Risco de Liquidez** – A MARL, SA está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro. A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez da MARL, SA é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Adotar, ao nível da gestão do risco de liquidez, uma política de manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados, respetivamente por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo; e,
- Alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com maturidade dos seus ativos.

A MARL, SA tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de investimento e detém uma carteira de financiamentos de longo prazo, constituída por empréstimos de médio/longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. Para além do passivo bancário, a empresa financia-se por via de prestações acessórias de capital, integrada numa política de concentração de crédito bancário na empresa mãe.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a empresa tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos. A MARL, SA detém uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis;

- Programas de papel comercial;
- Planeamento financeiro anual detalhado;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida consistente com os ativos de longo prazo; e,
- Manutenção de uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis.

O objetivo da MARL, SA, em relação à gestão de capital é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente da dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão de risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da sociedade, com uma remuneração adequada dos capitais investidos e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

Destacam-se algumas das mais importantes operações de financiamento que caracterizam o passivo bancário da MARL, SA:

- Financiamento contratado com o Banco Europeu de Investimento (BEI), em condições de maturidade, carência e taxas de juro bastante favoráveis (Euribor3m + 0,12%), quando comparadas com as condições normalmente oferecidas no mercado financeiro pela banca comercial e de investimento, cujo caital em dívida, a 31 de dezembro de 2023, ascende a 6.944,4 milhares de euros. No âmbito deste financiamento foi obtida garantia pessoal (fiança) do Estado Português, para o cumprimento das obrigações de capital e juros;
- Um Programa de Emissão de Papel Comercial, contratualizado com a Banca Comercial, em novembro de 2021, com um montante máximo de utilização de 1.200 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2023 e possibilidade de denúncia anual por ambas as partes. Esta linha permitiu refinar um PPC, do mesmo montante e maturidade, em condições de *pricing* mais favoráveis, concretizando uma redução de 65 pontos base no *all in spread*, face ao PPC amortizado;
- Dois contratos de crédito por descoberto em conta (Grupado), que inclui a SIMAB, MARL e MARE, com um limite global de 2.700 milhares de euros. Em 31 de dezembro de 2023, estas linhas encontravam-se utilizadas, pela MARL, SA, em 415,9 milhares de euros; e,
- Prestações acessórias, de capital, realizadas pelo acionista SIMAB, SA no montante de 624,6 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2023.

A totalidade da dívida financeira da MARL, SA está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a MARL, S.A ao risco de fluxos de caixa.

A empresa não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão de risco financeiro<sup>7</sup>.

A dívida financeira da MARL, SA tem diminuído de forma progressiva e consistente, ascendendo a 9.184,9 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2023, que compara com 14.900,8 milhares de euros, em 2022 (-38,4%) e com 32.253,9 milhares de euros em 2019 (-71,5%). A empresa tem vindo assim a reforçar a sua estrutura de capital, de forma consolidada, por via do reforço da sua capacidade de autofinanciamento.

**Dívida Financeira em 31 de dezembro**

Euro	2023	2022	2021	2020	2019
BEI	6 944 444	9 722 222	12 500 000	15 277 778	18 055 556
Empréstimos Bancários MLP	0	0	171 056	510 758	846 956
Papel Comercial	1 200 000	2 400 000	3 600 000	5 300 000	9 850 000
Linhas Curto Prazo	415 873	205 204	1 483 170	1 221 213	381 966
Prestações Acessórias	624 600	2 573 400	3 281 400	4 172 400	3 119 400
<b>Total</b>	<b>9 184 917</b>	<b>14 900 826</b>	<b>21 035 626</b>	<b>26 482 148</b>	<b>32 253 878</b>
Disponibilidades	156 656	121 406	232 231	114 226	130 689
<b>Dívida Líquida</b>	<b>9 028 261</b>	<b>14 779 420</b>	<b>20 803 395</b>	<b>26 367 922</b>	<b>32 123 189</b>

A redução do passivo bancário nos últimos anos permitiu mitigar o impacto da evolução dos mercados financeiros, nomeadamente das taxas de juro de mercado, a partir de 2023.

A evolução, face a 2022, espelha o agravamento das taxas de juro de referência (Euribor), refletindo as condições atuais do mercado financeiro, mantendo-se o *all in spread* das operações, na sequência das negociações mantidas com a banca comercial.

Ano	2023	2022	2021	2020	2019
Encargos Financeiros (€)	433 617,83 €	128 634,30 €	134 527,32 €	214 289,48 €	289 082,93 €
Taxa Média de Financiamento (%)	3,60%	0,72%	0,57%	0,73%	0,81%

Unid: euro

O cálculo da taxa média ponderada do custo do passivo de financiamento tem subjacente não só os juros suportados, mas também as comissões financeiras e a periodização das despesas na montagem de financiamento.

### 3. Limite de crescimento do endividamento

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2023 – LOE2023), apurado de acordo com a fórmula definida no n.º 1 do artigo 134.º do Decreto-lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO 2023) e tendo em conta os novos investimentos, o crescimento do endividamento, em 2023, face a 2022, é limitado a 2%.

Nos anos de 2023 e 2022 não ocorreram aumentos de capital.

Em 2023, não se realizaram investimentos com enquadramento no conceito "novo investimento com expressão material", definido nos termos do artigo 134.º do DLEO 2023.

A taxa de variação do endividamento remunerado é calculada nos termos do n.º 1 do artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 10/2023 de 8 de fevereiro, na definição conferida pelo Despacho n.º 252/2022 -SET de 18 de agosto, apresentando-se como segue:

$$\frac{(\text{Financiamento Remunerado}_{2023} - \text{Financiamento Remunerado}_{2022}) + (\text{Capital}_{2023} - \text{Capital}_{2022}) - \text{Novos Investimentos}_{2023}}{(\text{Financiamento Remunerado}_{2022} + \text{Capital}_{2022})} = -12,73\%$$

#### Endividamento

Ano	2023	2022
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio	29 999 999,76 €	29 999 999,76 €
Financiamento remunerado	9 184 917,09 €	14 900 826,13 €
Novos investimentos com expressão material em 2023	0,00 €	
<b>Varição do Endividamento</b>	<b>-12,73%</b>	

Unid: euro

A MARL, SA cumpre assim os limites de endividamento legalmente definidos, tendo o passivo remunerado, em 2023, diminuído em 5.715,9 milhares de euros (-38,4%).

Importa referir que, em novembro de 2014, a SIMAB, SA e as suas participadas obtiveram despacho<sup>8</sup> favorável ao pedido de exceção que permite às empresas do Grupo SIMAB<sup>9</sup> o acesso a financiamento junto de instituições de crédito, quer através da contratação de novos financiamentos, quer através da cessão de posição contratual em contratos de financiamento vigentes entre empresas do Grupo SIMAB, quer ainda em situações de renovação ou prorrogação de financiamentos.

<sup>8</sup> Despacho n.º 2318/2014 – SET

<sup>9</sup> Nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na redação que lhe foi conferida pelo artigo 20.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro

#### 4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a Fornecedores e atrasos nos pagamentos (“arrears”)

Em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, apresenta-se de seguida a evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e a divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

PMP	2023	2022	Variação 23/22	
			Valor	%
<b>Prazo (dias)</b>	34	35	-1	-2,5%

O indicador do (PMP)<sup>7</sup> foi de 34 dias, menos 1 dia (-2,5%), face ao registado em 31 de dezembro de 2022.

Foram incluídos no cálculo deste indicador apenas os saldos de curto prazo, ou seja, os saldos que decorrem da atividade e investimentos correntes.

##### ▪ Divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”)

No que respeita à divulgação de informação dos atrasos de pagamento definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, a MARL, SA apresenta, à data de 31/12/2023, os seguintes atrasos nos pagamentos:

Unid: euro

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-180 dias	180-360	> 360 dias	
<b>Aq. de Bens e Serviços</b>	102 984 €	0 €	0 €	20 524 €	
<b>Aq. de Capital</b>	75 952 €	0 €	0 €	0 €	
<b>Total</b>	<b>178 935 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>20 524 €</b>	

O «atraso no pagamento» corresponde ao não pagamento de fatura relativa ao fornecimento dos bens e serviços após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

As dívidas a fornecedores foram calculadas de acordo com o mesmo critério do prazo médio de pagamentos apresentado no ponto anterior.

Foram excluídos do cálculo deste indicador os saldos estaveis, nomeadamente, relativos a cauções e documentos não validados para pagamento e reclamados junto do respetivo fornecedor.

O valor evidenciado com antiguidade superior a 360 dias, no montante de 20,5 milhares de euros, refere-se a dívida para a qual foi negociado um plano de pagamentos em prestações, que está a ser cumprido mensalmente.

#### 5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do “acionista” emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

As contas da MARL, SA referentes ao exercício de 2022, foram aprovadas em Assembleia Geral de 31 de março de 2023<sup>10</sup>, estando presentes ou representados todos os acionistas.

Não existiram recomendações dos acionistas, aquando da aprovação de contas 2022.

<sup>10</sup> Ata n.º 57

*[Handwritten signatures and initials]*

**6. Cumprimento das diligências com vista a solucionar situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal de Contas**

Não foram feitas quaisquer reservas na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício de 2022.

**7. Cumprimento das orientações legais ao nível das Remunerações**

Em 2023, a MARL, SA aplicou as orientações relativas às remunerações vigentes em 2023 dos órgãos sociais, nomeadamente a redução remuneratória decorrente da aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

**a) Remunerações dos Órgãos Sociais**

No exercício de 2023 apresentaram-se em funções os órgãos nomeados para o mandato 2021/2023, em Assembleia Geral datada de 31 de março de 2021, na sequência da realização de Assembleia Geral eletiva na SIMAB, SA, acionista maioritário.

**▪ Mesa da Assembleia Geral**

Mesa da Assembleia Geral						Unid: euro
Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Número de Senhas Pagas	Valor Bruto Auferido no Ano (€)	
2021-2023	Presidente	Ricardo Jorge Colaço Leão <sup>(1)</sup>	200,00 €	0	0,00 €	
2021-2024	Secretário	João Diogo Santos Moura <sup>(2)</sup>	100,00 €	1	100,00 €	
					100,00 €	

<sup>(1)</sup> Nomeado em AG de 12 de novembro de 2021 (Ata n.º 54)

<sup>(2)</sup> Nomeado em AG de 09 de novembro de 2022 (Ata n.º 56)

Em Assembleia Geral (AG) de 31 de março de 2021, ficou por nomear o Secretário da mesa da Assembleia Geral, tendo sido nomeado em AG realizada em 09/11/2022.

O Presidente da Assembleia Geral, nomeado em AG de 31/03/2021, exerceu funções até 12 de novembro de 2021, data em que foi nomeado o atual presidente.

No exercício de 2023, foi processada senha de presença ao Secretário da mesa da Assembleia Geral.

**▪ Conselho de Administração**

Em 31 de março de 2021, foram nomeados novos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2021/2023:

Mandato CA (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRL ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				Indicação do número total de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Vão	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e forma	
2021-2023	Presidente	Jorge Proença dos Reis	Ata n.º 52 da AG	31/03/2021	Não	n.a.	n.a.	n.a.	1
2021-2023	Vogal executivo	Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva	Ata n.º 52 da AG	31/03/2021	Não	n.a.	n.a.	n.a.	1
2021-2023	Vogal executivo	João Miguel Castro Fonseca <sup>(3)</sup>	Ata n.º 57 da AG	31/03/2023	Não	n.a.	n.a.	n.a.	1
2021-2023	Vogal não executivo	Luís Manuel dos Santos Matias	Ata n.º 54 da AG	12/11/2021	Não	n.a.	n.a.	n.a.	1
2021-2023	Vogal não executivo	João Henrique Rosa Quaresma <sup>(4)</sup>	Ata n.º 56 da AG	09/11/2022	Não	n.a.	n.a.	n.a.	1
2021-2023	Vogal não executivo	Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeira-Tamagnini	Ata n.º 56 da AG	09/11/2022	Não	n.a.	n.a.	n.a.	1

(1) Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista nos n.ºs 6 e 8 do artigo 29.º do EGP; Indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

(3) Renunciou ao cargo, com efeitos a 30/09/2023.

(4) Renunciou ao cargo com efeitos a 30/11/2023

O Conselho de Administração em funções foi nomeado em Assembleia Geral realizada em 31/03/2021, para o mandato 2021/2023. Em Assembleia Geral de 9 de novembro de 2022, foram nomeados dois vogais não executivos, representantes dos acionistas Câmara Municipal de Lisboa e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, respetivamente, tendo este último apresentado renúncia ao cargo a 30 de novembro de 2023. À data de elaboração deste Relatório já se encontra designado por cooptação, em reunião de Conselho de Administração de 21 de fevereiro de 2024, Fernando Jorge Rodrigues Antunes, enquanto vogal não executivo, representante do acionista Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Em Assembleia Geral de 31 de maro de 2023, foi nomeado um dos vogais executivos, em representao do acionista SIMAB, SA, que apresentou renuncia a 31 de agosto de 2023 e que ainda no foi substituído.

As remuneraes do Conselho de Administrao em funes em 2023, foram deliberadas em Assembleia Geral de 12 de maio de 2021.

Os membros executivos do Conselho de Administrao da MARL, SA (Comisso Executiva) no auferem diretamente qualquer remunerao, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Pblico, apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente pela SIMAB, SA à MARL, SA.

O Desempenho de Cargos Sociais foi estabelecido em AG de 12 de maio de 2021, nos seguintes montantes:

- Presidente (DCS SIMAB) – Remunerao mensal, 14 meses, determinada no valor de Euro 4 130.
- Vogais Executivos (DCS SIMAB) - Remunerao mensal, 14 meses, determinada no valor de Euro 3 385.

**Conselho de Administrao**

Unid: euro

Membro do CA (Nome)	Remunerao mensal fixada - EGP			
	Fixado	Classificao	Remunerao mensal bruta ()	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representao
Jorge Proena dos Reis	S	C <sup>(1)</sup>	0,00 	n.a
Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva	S	C <sup>(1)</sup>	0,00 	n.a

(1) - Classificao atribuída na Holding [SIMAB]

Relativamente aos vogais no executivos:

**Conselho de Administrao**

Unid: euro

Membro do CA (Nome)	Remunerao mensal fixada - EGP			
	Fixado	Classificao	Remunerao mensal bruta ()	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representao
Luis Manuel dos Santos Matias	S	C <sup>(1)</sup>	190,00 	n.a
Joo Henrique Rosa Quaresma (*)	S	C <sup>(1)</sup>	0,00 	n.a
Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini	S	C <sup>(1)</sup>	0,00 	n.a

(1) - Classificao atribuída na Holding [SIMAB]

(\*) Renunciou ao cargo, com efeitos a 30/11/2023

No que diz respeito a outros gastos com rgos Socias, acresce o seguro de acidentes de trabalho indexado à remunerao do vogal no executivo Luis Manuel do Santos Matias, que representou um gasto anual de EUR 12,26 e encargos com a segurana social, no montante anual de EUR 600.

A MARL, SA no incorre noutros gastos relativamente a comunicaes mveis, viaturas e deslocaes em servio de nenhum dos membros do Conselho de Administrao (Executivos e no Executivos).

▪ **Fiscalizao - Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas (ROC)**

Os honorrios do ROC, nomeado na Assembleia Geral de 31 de maro de 2021, foram definidos de acordo com os critrios previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, bem como de acordo com a deliberao tomada na mesma Assembleia, a qual define como valor de remunerao do Fiscal Único o valor mensal de Euro 806,25.

Nome ROC/FU	Contrato de Prestao de Servios		Servios Adicionais	
	Valor Anual 	Identificao do Servio	Valor Anual 	Identificao do Servio
A.Figueiredo & Associados SROC, Lda, representada por Ricardo Jorge Pinto Dias	9 674,75 	Reviso de contas	0,00 	n.a.

Unid: euro

*[Handwritten signatures and initials]*

ROC/FU

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de Inserção na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2021-2023	ROC/Fiscal Único	A. Figueiredo & Associados SROC, Lda, representada por Ricardo Jorge Pinto Dias	SROC:86; ROC: 1819	SROC: 20161414 ROC: 20170008	Ata de AG n.º 52	31/03/2021	31/03/2021	12	12
2021-2023	ROC Suplente	Marco António da Costa e Dias	SROC:86; ROC: 1816	SROC: 20161226 ROC: 20170408	Ata de AG n.º 52	29/03/2021	31/03/2021	4	3

Nota: Deve ser identificada o eletiva (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)  
 (1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Em 2023, apenas foram realizados os serviços de Revisão legal de contas pela SROC.

**b) Remuneração do Auditor Externo**

A auditoria às contas da MARL, SA é realizada pelo SROC/ROC referido no ponto anterior, não existindo outro auditor externo.

**8. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)**

- a) Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não utilizam cartões de crédito para fazer face a despesas ao serviço da empresa;
- b) Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não são reembolsados de quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- c) Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não são reembolsados de quaisquer despesas no âmbito de despesas com comunicações;
- d) Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não utilizam viaturas de serviço.

**9. Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 16 do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.**

A MARL, SA não teve, em 2023, despesas não documentadas ou confidenciais, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e no artigo 11.º do EPG.

**10. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens [Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março]**

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 março, entre um conjunto mais abrangente de medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens, determina, no ponto 2, que as Empresas do Setor Empresarial do Estado, promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e a homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações e que o divulguem internamente e o publiquem na respetiva página de internet.

A MARL elaborou Relatório sobre e remunerações pagas a mulheres e a homens, tendo em vista proceder a uma análise quantitativa e qualitativa dos dados, com a caracterização das remunerações pagas por género, em dimensões distintas, apurando as eventuais diferenças salariais entre homens e mulheres, relativamente às remunerações, mensais, certas e permanentes (pagas 14x/ano), tendo como referência o 31 de dezembro de 2023. O referido relatório, aprovado pela Comissão Executiva em fevereiro de 2024, encontra-se divulgado no site da MARL, SA<sup>11</sup>.

A MARL, em 2023, manteve a prática de uma política remuneratória transparente, com base em critérios que não os relativos ao género, sempre de respeito e repúdio por qualquer discriminação em função de quaisquer diferenças dos seus trabalhadores, entre elas o sexo.

<sup>11</sup> [https://www.marl.pt/wp-content/uploads/2024/02/MARL\\_Rel.Rem\\_Genero2023Ass.CE\\_05-02-2024\\_compressed.pdf](https://www.marl.pt/wp-content/uploads/2024/02/MARL_Rel.Rem_Genero2023Ass.CE_05-02-2024_compressed.pdf)

**11. Elaboração e divulgação do Plano para a igualdade anual** [artigo n.º 7.º da Lei 62/2017 e artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho]

A MARL, SA submeteu o Plano para a Igualdade, para o ano 2024, em demonstração do compromisso para com o tema da Igualdade de Género e em cumprimento do disposto na Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto e do Despacho Normativo n.º 18/2019 de 17 de junho, tendente a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do género e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

O plano abrange as seguintes dimensões, contempladas no referido despacho, referenciadas como obrigatórias:

- ✓ Igualdade no acesso ao emprego
- ✓ Igualdade nas condições de trabalho
- ✓ Igualdade remuneratória
- ✓ Proteção na parentalidade
- ✓ Conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal

O plano abrange, também, ainda as seguintes dimensões:

- ✓ Estratégia, missão e valores
- ✓ Formação inicial e contínua

Para além do diagnóstico da situação, abordando as práticas para a igualdade do género e conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, o Plano define, para cada dimensão acima referida, objetivos específicos, medidas concretas, indicadores, metas, áreas responsáveis e datas previstas de implementação e cadência da monitorização.

A MARL, SA elaborou o Plano para a Igualdade – 2024 nos termos da legislação<sup>12</sup>, com submissão através do Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas desenvolvido pela CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, encontrando-se este publicitado no sítio na internet da empresa<sup>13</sup> e divulgado internamente pelos trabalhadores, através da sua afixação em local próprio.

**12. Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção** [n.º 1 do artigo n.º 46.º do RJSPE] e do **Plano de Gestão de Risco e Infrações Conexas** [artigo 6.º do RGPC]

A MARL, SA, enquanto pessoa coletiva do setor público empresarial que emprega menos de 50 trabalhadores, não é considerada entidade abrangida, na aplicabilidade do Regime Geral da Prevenção da Corrupção ("RGPC"), devendo adotar instrumentos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas adequados à sua dimensão e natureza, incluindo os que promovam a transparência administrativa e a prevenção de conflitos de interesses, nos termos do n.º 5 do artigo 2.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC).

Neste enquadramento, a MARL, SA subscreve o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, que inclui riscos de corrupção e infrações conexas, emanado pela SIMAB e extensível às suas participadas, avaliando o seu cumprimento através de relatório anual de execução, conforme previsto nos, n.º 1 e n.º 2, do artigo 46 do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro (RJSPE).

O Relatório Anual de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, relativo ao ano de 2023, disponível no site<sup>14</sup>, foi aprovado na reunião de Comissão Executiva da MARL, SA, a 06 de fevereiro de 2024, tendo sido submetido na Plataforma SISEE a 11 de março de 2024,

<sup>12</sup> Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, n.º 3 do artigo 7.º

<sup>13</sup> [https://www.mar.pt/wp-content/uploads/2024/02/Marl\\_Plano\\_503157562\\_2024131-2\\_compressed.pdf](https://www.mar.pt/wp-content/uploads/2024/02/Marl_Plano_503157562_2024131-2_compressed.pdf)

<sup>14</sup> [https://www.mar.pt/wp-content/uploads/2024/03/GrupoSIMAB\\_Relatorio-Anual-Gestao-Riscos-Corupcao-Infracoes-Conexas\\_2023.pdf](https://www.mar.pt/wp-content/uploads/2024/03/GrupoSIMAB_Relatorio-Anual-Gestao-Riscos-Corupcao-Infracoes-Conexas_2023.pdf)

para publicação no site da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), para efeitos do n.º 1, do artigo 53.º do referido RJSPE.

### **13. Aplicação das Normas de Contratação Pública**

#### **a) Cumprimento das normas de contratação pública pela MARL, SA**

Todas as empresas do Grupo SIMAB, onde se insere a MARL, SA, estão sujeitas ao regime da contratação pública, sendo consideradas entidades adjudicantes, nos termos do n.º 2, do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) tendo, em 2023, dado cumprimento às normas de contratação pública, na formação e execução dos seus contratos, com aplicação no CCP.

Durante o ano de 2023, relativamente aos processos de aquisição, sujeitos à Parte II do Código dos Contratos Públicos e expurgados os ajustes diretos simplificados, que não careceram de tramitação processual de contratação pública, 82%, do valor total dos preços contratualizados, foram transacionados em condições concorrenciais, através de concurso público e 11% através de consulta prévia.

Cerca 4% (155,9 milhares de euros) dizem respeito a 3 procedimentos por ajuste direto, com utilização de critérios materiais. De referir que dois deles, no valor de 114,2 milhares de euros, decorreu necessidade urgente em substituir o prestador de serviços de recolha e tratamento de resíduos, serviço imprescindível à atividade do Mercado, sobre a qual o MARL tem obrigações legais a cumprir em matéria de limpeza e saúde pública das instalações, tendo recorrido ao prestador do serviço que ganhou concurso público há menos de 6 meses e o outro, por motivos técnicos relativos a equipamentos de grande porte e a sistemas já implementados que obrigaram ao recurso à entidades "donas" da instalação/projeto.

Apenas 3% foram efetuadas por ajuste direto a uma entidade, por serem muitos específicos da atividade e/ou necessidade de celeridade de procedimento, os quais se materializaram em 7 procedimentos, de onde resulta um preço contratual médio de 14,6 milhares de euros, aquém do limite legal para este tipo de procedimento.

A MARL, SA comunica os seus procedimentos de contratação pública, através do portal dos contratos públicos - Base.

#### **b) Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços**

Por forma a mitigar riscos de não cumprimento das normas de Contratação Pública, alinhado com os normativos relativos à prevenção da corrupção<sup>15</sup> em incrementar mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação de bens e serviços, apesar das práticas já existentes conducentes ao seu cumprimento, a MARL segue Regulamento de Controlo Interno de Contratação Pública, aprovado pela SIMAB, em 2021, que pretende constituir um conjunto de regras e princípios definidores de métodos e procedimentos aplicáveis à contratação pública, no âmbito da celebração de contratos de aquisição de bens e serviços e empreitadas, desde a fase pré-contratual, decisão de contratar/autorização de despesa, até à publicitação no portal da contratação pública.

O cumprimento do regulamento interno pretende:

- i. Reforçar os procedimentos relativos às aquisições de bens e serviços e nas empreitadas, já instituídos, promovendo o rigor e a responsabilidade individual de cada interveniente nos processos de aquisição;
- ii. Maior exigência na fundamentação e rigor, nos documentos de suporte à decisão de contratar;

<sup>15</sup> Designadamente Recomendação n.º 4/2020, de 2 de outubro de 2020, do CPC e Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro – Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC)

*Handwritten signatures and initials: BA, CA, Dhy*

- iii. Reforçar os mecanismos de controlo interno, com o recurso à segregação de funções, sempre que possível dada a dimensão das empresas;
- iv. Cumprimento do normativo, designadamente da publicitação no portal da contratação pública (Portal Base), nos termos do Art.º 127.º do Código dos Contratos Públicos, por forma a garantir a transparência nos procedimentos.

De forma resumida apresentam-se as atividades/fases englobadas no referido Regulamento Interno e a intervenção das respetivas áreas responsáveis:

Ref	Atividade	Área Responsável	Descrição
1	Informação de Necessidade	DR	DR descreve e fundamenta a necessidade, enquadrando a aquisição, o objeto, o valor previsional, o prazo de duração, o tipo de procedimento, as entidades que pretende convidar e a proposta de júri, quando aplicável
2	Cabimentação	DF	DF procede ao registo do Cabimento Orçamental e solicita as autorizações prévias necessárias, quando aplicável
3	Controlo Interno	DC	DC analisa a Informação de Necessidade, confere as soluções jurídicas adotadas e solicita os pareceres necessários (Ficha de Verificação I)
4	Peças do Procedimento	DR	DR, na sequência dos pareceres positivos, elabora o convite/procedimento e o caderno de encargos e elabora proposta ao órgão competente para a decisão de contratar
5	Controlo Interno	DC	DC verifica o teor do convite, caderno de encargos e proposta ao órgão competente para contratar (ficha de verificação II)
6	Decisão de Contratar	CA/CE	Órgão competente para a decisão de contratar delibera sobre a proposta da DR que inclui a Informação de Necessidade, a cabimentação, os pareceres, a designação do júri quando aplicável e as peças do procedimento
7	Publicitação Procedimento (Convites; Anúncio)	DC	DC procede ao envio dos Convites, através de endereço de correio eletrónico dedicado (mailbox contratacao) ou à submissão do anúncio e disponibilização do procedimento na plataforma de contratação pública
8	Prazo para apresentar proposta	DC	Técnico responsável pela Caixa de Correio/Plataforma Contratação pública verifica se, no prazo definido, os convidados/interessados apresentaram pedido de esclarecimento e/ou de retificação de peças ou correção de erros ou omissões
9		DR/Júri	Júri analisa os pedidos e DR elabora informação, que remete ao órgão competente para contratar, para sua deliberação, quando aplicável. Caso haja respostas, o Técnico Responsável pela Caixa de Correio ou plataforma disponibiliza-as aos Convidados/interessados
10	Lista de Concorrentes	Júri	Júri inicia a análise das propostas, elaborando a lista de concorrentes, a qual é publicada na plataforma ou notificada por correio eletrónico a todos os convidados
11	Avaliação	Júri	Júri avalia as propostas de acordo com o critério de avaliação definido, podendo pedir esclarecimentos às entidades convidadas
12	Relatório Preliminar	Júri	Depois da avaliação, o Júri elabora o Relatório no qual indica a proposta que classificou em primeiro lugar e submete-o a audiência prévia
13	Relatório Final	Júri	Júri analisa as pronúncias em sede de Audiência prévia e caso haja alteração da ordenação submete o novo Relatório a nova audiência prévia. Caso contrário, elabora o Relatório Final propondo a adjudicação ao concorrente cuja proposta esteja ordenada em 1.º lugar.
14	Proposta de Adjudicação	DR	De acordo com o Relatório elaborado pelo Júri do procedimento, DR elabora proposta de adjudicação, com Informação, Minuta do Contrato e minuta de ofício de notificação da adjudicação
15	Cabimentação	DF	DF procede à correção do valor previamente cabimentado de acordo com o valor a adjudicar
16	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação da proposta de adjudicação (Ficha de Verificação III)
17	Aprovação de Adjudicação	CA/CE	Órgão competente para contratar delibera sobre o Relatório Final e minuta do contrato e delibera pela adjudicação ou não adjudicação
18	Notificação ao Adjudicatário	DC	DC procede ao envio da notificação da adjudicação, apresentação dos documentos de habilitação e prestação da caução, se devida e minuta de contrato, através de endereço de correio eletrónico dedicado (mailbox contratacao) ou submissão na plataforma de contratação pública.
19	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação do procedimento de habilitação (Ficha de Verificação IV)
20	Assinatura do contrato	CA/CE	No prazo de 30 dias contados a partir da aceitação da minuta.
21	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação e auditoria do procedimento (Ficha de Verificação Final) e à publicitação do Contrato no Portal BASE

Legenda/Siglas:  
 DR - Direção Requisitante  
 DC - Direção Compliance  
 DF - Direção Financeira  
 CA/CE - Conselho de Administração/Comissão Executiva

c) Na MARL, SA não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

*[Handwritten signatures and initials]*

#### 14. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A MARL, SA aderiu em 2016, como Entidade Voluntária, ao SNCP através de contrato celebrado com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP).

#### 15. Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais [artigo 133.º do Decreto Lei n.º 10/2023 de 8 de fevereiro]

Tendo por base as medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais, previstas no artigo 133.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2023, segue, nos pontos seguintes, a explanação do seu grau de cumprimento.

No que respeita ao cumprimento das medidas de redução dos gastos operacionais, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, a sociedade continua a implementar uma política de melhoria de eficiência da atividade desenvolvida através da racionalização de recursos e contenção de custos correntes, mantendo, no entanto, a salvaguarda da qualidade dos serviços prestados, uma vez que essa qualidade é essencial à sua atividade e dos seus resultados comerciais.

Eficiência operacional

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2023 Exec.	2023 Orc.	2022 Exec.	2019 Exec.	2023/2022		2023/2019	
					\ Absol.	Var. %	\ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	10 635 285,95 €	10 409 936,35 €	9 943 409,76 €	10 169 857,54 €	465 428,41	6,86%	465 428,41	4,58%
(1) CMVMC	0,00 €	0,00 €	0,00 €	514,00 €	0,00	0,00%	-514,00	-100,00%
(2) FSE	3 106 951,99 €	3 412 122,23 €	3 081 548,09 €	2 529 052,72 €	577 899,27	0,82%	577 899,27	22,85%
(3) Gastos com o pessoal	952 349,15 €	970 350,35 €	839 036,38 €	816 124,13 €	136 225,02	13,51%	136 225,02	3,85%
i. Gastos relativos aos órgãos sociais <sup>1)</sup>	155 840,65 €	155 739,29 €	159 691,72 €	155 739,56 €	-820,77	-0,52%	101,39	0,07%
ii. Efeito do cumprimento de obrigações legais <sup>2)</sup>	29 779,53 €	29 920,20 €			29 779,53		29 779,53	
iii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento					0,00		0,00	
(Despesas de 15-12-2022 e 12-5-2023, SET e SEP) <sup>3)</sup>					0,00		0,00	
iv. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias <sup>4)</sup>		9 989,00 €			0,00		0,00	
v. Efeito do Absentismo e dos gastos com indemnizações pagas por reacção (exceto por mútuo acordo) <sup>5)</sup>	-21 483,03 €	0,00 €	-103 530,40 €		82 077,43	79,26%	-21 483,03	-3,66%
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i. a v	788 181,70 €	780 701,06 €	785 895,12 €	760 384,57 €	27 797,13	3,66%	27 797,13	3,66%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais atenu de imposições legais <sup>6)</sup>	0,00 €	248 902,40 €	87 706,82 €		-87 706,82	-100,00%	0,00	
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional <sup>7)</sup> = (1)+(2)+(3)-(5)	4 059 301,14 €	4 133 670,18 €	3 932 867,65 €	3 445 690,65 €	487 200,49	6,91%	487 200,49	17,81%
(7) Volume de negócios (VN)	14 539 308,04 €	14 637 487,85 €	13 721 815,75 €	13 612 240,96 €	927 067,08	6,81%	927 067,08	6,81%
Subsídios à exploração	23,84 €	0,00 €	112,00 €	0,00 €	-88,46	-78,98%	23,54	
Indemnizações Compensatórias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00		0,00	
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais atenu de imposições legais <sup>8)</sup>	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00		0,00	
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional <sup>7+8)</sup>	14 539 308,04 €	14 637 487,85 €	13 721 815,75 €	13 612 240,96 €	927 067,08	6,81%	927 067,08	6,81%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	27,92%	28,24%	27,93%	25,31%	2,61 p.p.	-4,71%	2,61 p.p.	10,30%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento	1 848,58 €	1 500,00 €	2 813,95 €	15 503,93 €	-965,37	-34,31%	-13 655,35	-88,08%
ii. Gastos com Ajudas de custo	765,55 €	414,15 €	439,25 €	3 062,20 €	2 296,65	74,20%	2 296,65	-75,00%
iii. Gastos associados à frota automóvel <sup>9)</sup>	19 281,58 €	20 500,85 €	20 359,88 €	22 239,31 €	-1 078,28	-5,30%	-2 957,73	-13,30%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	44 558,12 €	0,00	0,00%	-44 558,12	-100,00%
(11) Total dos gastos (i) + (ii) + (iii) + (iv), cfr. alínea c) n.º 4 artigo 133.º do DLEO 2023	21 895,71 €	22 416,10 €	23 813,08 €	85 361,56 €	-63 465,85	-74,35%	-63 465,85	-74,35%
N.º de viaturas	6	6	6	7	1	0,00%	-1,00	-14,29%

a) Conforme disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO 2023. Relativamente aos valores a registar na alínea v., os valores do absentismo devem ter sinal negativo.  
b) Se aplicáveis, os impactos excecionais (designadamente da crise geográfica) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 133.º do DLEO 2023, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados. Os outros rendimentos concorrerem para o VN, para além das vendas e Serviços Prestados, os mesmos devem ser claramente identificados e justificados.  
c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/electricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.  
\*Decreto-Lei n.º 64-F/2022, de 16 de dezembro e Decreto-Lei n.º 26-B/2023, de 18 de abril

#### ■ EBITDA (resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações)

(milhares de euros euros)	2019	2022	2023	2023/2022	
				ABS	%
Rendimentos Operacionais	14 126,2	14 183,5	15 029,4	845,9	6,0%
Gastos Operacionais	-3 956,4	-4 240,1	-4 394,1	154,0	3,6%
<b>EBITDA</b>	<b>10 169,9</b>	<b>9 943,4</b>	<b>10 635,3</b>	<b>691,9</b>	<b>7,0%</b>

Em 2023, o EBITDA ascendeu a 10.635,3 milhares de euros, registrando um aumento de 691,9 milhares de euros (+7%), face ao ano anterior.

A evolução decorre do efeito conjugado de um aumento nos rendimentos operacionais, em 845,9 milhares de euros (+6%) que mais do que compensou o aumento nos gastos operacionais, em 154 milhares de euros (+3,6%).

- A performance nos **rendimentos operacionais** reflete, maioritariamente, o efeito conjugado da evolução das seguintes subrubricas:
  - i. Crescimento dos rendimentos *core*, as taxas de utilização, em 818,2 milhares de euros (+8%), espelhando a atualização dos preços unitários em 8,1% e impactado por uma ocupação média inferior ao período homólogo do ano anterior, em alguns edifícios, nomeadamente no pavilhão do pescado (R07), no NAC e outras áreas, neste último caso impactado pela saída de um organismo público, que ocupava uma área no edifício C01 (-43,3 milhares de euros). Salienta-se o impacto favorável nos rendimentos, obtido por via da negociação de condições comerciais favoráveis à MARL, SA na comercialização de espaços desocupados por via de rescisões contratuais;
  - ii. Crescimento nos rendimentos de taxas de utilização dos lugares sazonais, em 81,2 milhares de euros (+12,6%), refletindo o efeito conjugado da atualização do preço unitário (+8,1%) e um maior número de reservas;
  - iii. Crescimento dos rendimentos das portagens (+54,7 milhares de euros). Em 2023, foi ultrapassado o limite mínimo da contrapartida paga à MARL, SA, que se traduziu num aumento de receitas (+7,8%), refletindo um aumento do preço unitário e um aumento residual do número de saídas de viaturas;
  - iv. Decréscimo nos rendimentos provenientes da integração plena de taxas de acesso por motivo de rescisão contratual, em 72,2 milhares de euros (-59,1%) e na integração recorrente de taxas de acesso, em 13,1 milhares de euros (-0,8%), decorrente quer de rescisões contratuais operadas quer do fim do prazo de alguns contratos;
  - v. Evolução desfavorável em "outras prestações de serviços", em 48,1 milhares de euros (-20,2%), maioritariamente, impactada pelos rendimentos provenientes de taxas de cedência de posição contratual, que se situam abaixo do ano anterior, em 53,5 milhares de euros (-40%).
- A evolução desfavorável nos **gastos operacionais**, que aumentam em 154 milhares de euros (+3,6%) resulta do efeito conjugado de:
  - i. Aumento dos **FSE's**, em 25,4 milhares de euros (+0,8%), evolução que resulta do efeito conjugado da evolução das várias subrubricas que integram os FSE's, destacando-se:
    - (i) Eletricidade (-218,8 milhares de euros);
    - (ii) Limpeza (+229,7 milhares de euros);
    - (iii) Gás (+114,4 milhares de euros), sendo de salientar que a MARL, SA não suporta gastos com gás, tendo o valor registado em 2023 (+114,4 milhares de euros) resultado de uma fuga, entretanto identificada e reparada e;
    - (iv) Trabalhos especializados e honorários (-75,9 milhares de euros);
  - ii. Aumento dos **gastos com pessoal**, em 113,3 milhares de euros (+13,5%), maioritariamente justificado pelo efeito do absentismo registado em 2022 e 2023 (+69,5 milhares de euros), impactado pela licença sabática de um trabalhador, em 2022 e pela saída de três trabalhadores um dos quais no final de 2021 e dois no primeiro semestre de 2022, cuja substituição só ocorreu no último trimestre de 2022, atualização salarial obrigatória<sup>16</sup> (+29,8 milhares de euros).

<sup>16</sup> DL n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro e DL n.º 26-B/2023, de 18 de abril

*[Handwritten signatures and initials]*

▪ **Peso dos Gastos Operacionais (CMV +FSE + Gastos com Pessoal) / VN**

[n.º 1, artigo 133.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro]

Na prossecução do objetivo de redução de gastos operacionais (FSE + Gastos com o Pessoal), determina o artigo 133.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO 2023) que as empresas públicas devem assegurar a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, face a 2022, uma vez que este ano apresenta um volume de negócios superior a 2019.

No que respeita ao cumprimento das medidas de redução dos gastos operacionais, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, a empresa continua a implementar uma política de melhoria de eficiência da atividade desenvolvida através da racionalização de recursos e contenção de custos correntes, mantendo, no entanto, a salvaguarda da qualidade dos serviços prestados.

Para efeitos do disposto no DLEO2023<sup>17</sup>, o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, expurgando o impacto no aumento da despesa operacional atribuído ao contexto geopolítico e cumprimento de disposições legais, situou-se em 27,92%, diminuindo em 1 pontos base, face ao ano anterior, em resultado do efeito conjugado de:

- Aumento do **volume de negócios**, em 817,5 milhares de euros (+5,96%), conforme já detalhado anteriormente;
- Aumento dos **gastos operacionais** ajustados (excluindo impacto nos custos de energia, atribuível a contexto geopolítico, decorrente do mecanismo MIBEL registado em 2022, em 87,7 milhares de euros), em 226,4 milhares de euros (+5,9%), traduzindo o efeito conjugado das seguintes variações:
  - i. aumento nos **FSE's**, em 113,1 milhares de euros (+3,8%), evolução maioritariamente apurada nas rubricas de:
    - **Limpeza:** regista um aumento de 229,7 m€ (+22,3%), impactado por:
      - (i) aumento no valor da prestação de serviços de limpeza exterior (+45,6 m€), refletindo o sucessivo agravamento de preços resultante dos concursos públicos lançados, acomodando os aumentos relativos às negociações dos acordos coletivos das empresas do setor;
      - (ii) aumento nos gastos com tratamento de resíduos sólidos orgânicos (+45,2 m€), que começou a ser cobrado a partir de janeiro de 2023 (23,18€/ton);
      - (iii) aumento nos gastos com tratamento de resíduos indiferenciados, em 76,4 milhares de euros (+35%), refletindo, por um lado, o agravamento do preço unitário (€/ton) em 19% e o tempo de paragem e conseqüente recurso a outro prestador de serviços com preço mais elevado (+125%) e, por outro lado, um aumento da quantidade de resíduos produzidos no Mercado (+8,2%);
      - (iv) decréscimo nos rendimentos decorrentes da valorização de recicláveis, (-15,5 m€), traduzindo a redução de preço na valorização de recicláveis (papel, plástico, vidro) e;
      - (v) aumento dos gastos com manutenção e limpeza de espaços verdes adjacentes às vias e ao edificado, que se revelaram inadiáveis por questões de segurança do Mercado (+38,4 milhares de euros).

Salienta-se a melhoria na eficácia na triagem de resíduos e a conseqüente redução do peso de resíduos indiferenciados no total de resíduos produzidos no Mercado, em 5 pontos percentuais, que permitiu mitigar o impacto decorrente do aumento do preço

<sup>17</sup> Artigo 133.º, n.º2

unitário do tratamento de resíduos indiferenciados (+19%), em janeiro de 2023 e do aumento da quantidade de resíduos produzidos no Mercado (+8,2%), em 2023.

- **Gás:** regista o montante de 114,3 milhres de euros, decorrente de uma fuga identificada no primeiro trimestre de 2023 e que conduziu  alterao de infraestruturas com criao de instalao próprias pelos consumidores de gás no Mercado;

Importa referir que foram adotadas medidas de controlo e conteno de custos, incluindo o corte de despesas acessórias, por forma a mitigar o efeito desfavorável registado nestas rubricas, com vista a garantir a eficiência operacional sem, contudo, comprometer a operacionalidade do Mercado. Nesse contexto, em sentido inverso, regista-se a evoluo das seguintes rubricas:

- **gua:** reduz em 27,6 milhres de euros (-16,8%), refletindo uma reduo do consumo (m<sup>3</sup>) (-27%);
  - **Eletricidade:** diminui em 131,1 milhres de euros (-24,1%), refletindo uma reduo quer do consumo (kwh) em cerca de 8%, quer do preço unitário da energia;
  - **Trabalhos especializados:** diminui em 42,3 milhres de euros (-11,1%), refletindo o fim de prestao de serviços de *helpdesk* na área de informática, para colmatar saída de trabalhador, em março de 2022, que foi substituído no final de 2022;
  - **Honorários:** apresenta uma diminuio de 33,6 milhres de euros (+37,5%), refletindo o fim de prestaes de serviços em regime de recibos verdes, na área técnica e na área operacional, cuja substituio não ocorreu em virtude da necessária prudência, num contexto de incerteza e de ocorrência de situaes não previstas.
- ii. Aumento nos **gastos com pessoal**, em 113,3 milhres de euros (+13,5%), maioritariamente justificado por:
- efeito líquido do absentismo registado em 2022 e em 2023 (+69,5 milhres de euros), impactado pela licença sabática de um trabalhador que regressou  empresa em março de 2023 e saída de três trabalhadores, um dos quais no final de 2021 e dois no primeiro semestre de 2022, cuja substituio são ocorreu no último trimestre de 2022;
  - atualizao salarial obrigatória (+29,8 milhres de euros), decorrente de imposies legais, nomeadamente, Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro e Decreto-Lei n.º 26-B/2023, de 18 de abril, que determinam a atualizao do valor das remuneraes da Administrao Pública, preconizando uma estratégia de valorizao dos recursos humanos;
  - atualizao do subsídio de alimentao, preconizando uma política de uniformizao do Grupo (+3,9 milhres de euros);
  - formao (+2,9 milhres de euros);
  - indemnizao por rescisão por mútuo acordo, em 2023 (+1,4 milhres de euros);
  - despesas com recrutamento (+3,6 milhres de euros);
  - outros gastos com pessoal (seguro de saúde e acidentes de trabalho, apoio extraordinário a colaboradores para fazer face ao aumento do preço dos combustíveis, higiene e saúde no trabalho, fardamento, etc.) (+3 milhres de euros).

*[Handwritten signatures and initials]*

▪ **Gastos com o Pessoal**

[n.º4, al. a), artigo 133.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro]

Os gastos com o pessoal, excluído os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, das valorizações remuneratórias obrigatórias, bem como do efeito do absentismo, apresentam-se acima de 2022, em 2,3 milhares de euros (+0,3%), valor residual que acolhe justificação em outros gastos com pessoal, nomeadamente, gastos com formação e seguro de saúde, refletindo o agravamento de prémio decorrente da sinistralidade histórica.

▪ **Fornecimentos e Serviços Externos**

[n.º4, al. b), artigo 133.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro]

Em 2023, os gastos com fornecimentos e serviços externos, corrigido do impacto do aumento dos produtos energéticos, situam-se acima do valor de 2022, em 113,1 milhares de euros (+3,8%), conforme detalhe apresentado anteriormente.

Este aumento, com o detalhe apresentado em ponto anterior, decorre, maioritariamente, do aumento generalizado dos preços a que temos vindo a assistir, sendo que a não degradação dos níveis de operacionalidade e segurança do Mercado, inviabiliza o corte em qualquer tipo de gasto ou até mesmo a redução do âmbito das prestações de serviços que maior peso tem na estrutura de gastos da empresa, nomeadamente, limpeza, segurança e manutenção.

› **Encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e associados à frota automóvel**

[n.º4, al. c), artigo 133.º, do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro]

Em 2023, os encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria encontram-se abaixo dos registados em 2022, em 1,7 milhares de euros (-7,27%).

Os gastos com deslocações apurados para este efeito (apenas viagens e estadias) diferem do valor de deslocações e estadas da Demonstração dos Resultados, uma vez que não integra gastos com portagens e estacionamento, que são incluídos nos gastos com a frota automóvel.

Os gastos associados à frota da MARL, SA apresentaram-se abaixo dos gastos incorridos em 2022, em 1,1 milhares de euros (-5,3%). Estes gastos incluem todos os gastos passíveis de serem associados às viaturas (rendas, seguros, portagens e estacionamento, manutenção, combustíveis).

No final de 2023, a frota automóvel da MARL, SA era composta por 6 viaturas, 5 em regime de aluguer operacional e 1 que pertence ao seu ativo (ligeiros de mercadorias, com 15 anos).

**Frota Automóvel - MARL**

Euro	2019	2022	2023	2023/2022	
	Execução	Execução	Execução	Δ Absol.	Δ %
<b>Gastos com a frota automóvel (€)</b>	<b>22 239,3</b>	<b>20 359,9</b>	<b>19 281,6</b>	<b>-1 078,3</b>	<b>-5,3%</b>
ALD	11 227,3	15 983,5	15 986,4	2,9	0,0%
Recondicionamentos e outros encargos	7 210,5	0,0	0,0	0,0	n.d.
Combustíveis	1 899,5	2 646,6	2 086,8	-559,7	-21,1%
Manutenção	225,6	58,9	41,8	-17,0	-28,9%
Seguros	964,5	1 022,5	624,5	-397,9	-38,9%
Portagens/Estacionamentos	679,6	616,0	507,8	-108,2	-17,6%
IUC	32,4	32,5	34,2	1,6	5,0%
Nº de veículos	7	6	6	0,0%	0,0%

**16. Recursos Humanos e massa salarial (artigo 131.º do DLEO 2023 | Despachos de 15 de dezembro de 2022 e 12 de maio de 2023 do SETF)**

	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec.	2023/2022	
				Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	4	5	4	0	0,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	4	4	4	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	21	21	22	-1	-4,55%
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>-1</b>	<b>-3,33%</b>
N.º Trabalhadores/N.º CD	6,3	5,0	6,5	-0,25	-3,85%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	952 349,15 €	970 350,35 €	839 026,38 €	113 322,77 €	13,51%

Despachos de 15-12-2022 e 12-5-2023, SET e SEF	
Taxa de atualização da massa salarial (2023-2022)	4,66%

Em 31 de dezembro de 2023, a MARL, SA apresenta um quadro de pessoal de 4 órgãos sociais e 25 trabalhadores, dos quais 4 são dirigentes e um trabalhador encontra-se cedido por interesse público.

Em 31 de dezembro de 2023, encontra-se por nomear um vogal executivo, representante do acionista SIMAB, SA e um vogal não executivo, representante da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

**17. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE) [artigo 28.º do RJSPE, artigo 105.º da LOE 2023, de 30 de dezembro e artigo 91.º do DLEO 2023]**

A situação financeira das empresas do Grupo SIMAB, entre as quais a MARL, SA, obriga ao recurso permanente a instrumentos de dívida de longo, médio e curto prazo, nomeadamente, a descobertos autorizados, programas de emissão de papel comercial e financiamentos de médio/longo prazo para suportar investimentos de expansão da capacidade dos Mercados.

Neste contexto, as empresas recorrem ao Mercado para se financiarem, uma vez que o financiamento não pode ser assegurado pelo IGCP.

A maior ou menor capacidade de negociação das linhas de financiamento depende, em larga medida, do nível de serviços prestados pelas entidades bancárias, que são utilizados pela empresa, bem como do volume/valor dos movimentos efetuados junto das instituições financeiras.

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do Grupo SIMAB são desenvolvidas pela holding, procurando criar os meios necessários para fazer face às necessidades das participadas, tendo sempre presente o objetivo de manter o equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

A utilização de linhas de descoberto autorizado como instrumento de financiamento dos *deficits* de tesouraria gerados nas empresas do Grupo, determina a manutenção de depósitos bancários, que na realidade consubstanciam, maioritariamente saldos resultantes do desfasamento temporal (em geral correspondente a 1 dia), originado pelo mecanismo de movimentação de fluxos operado pelos Bancos, entre a compensação de saldos credores (excedentes) e saldos devedores (utilização de linhas de Descoberto bancário).

Os montantes visam assim garantir a estabilidade das operações das empresas, assegurando a existência dos fundos necessários à sua atividade corrente e compromissos periódicos como o pagamento de juros e de prestações de capital, no âmbito de financiamentos obtidos, impostos, fornecedores ou salários, uma vez que a sua simples existência pressupõe que as empresas se estão a financiar para os manter.

Os "excedentes de tesouraria" gerados são assim, diariamente aplicados na redução de utilização de linhas de apoio à tesouraria (Descobertos autorizados), por forma a minimizar o custo do financiamento.

Não havendo, portanto, excessos de liquidez/tesouraria, e face à necessidade das empresas do Grupo recorrerem à banca comercial para operações de financiamento, uma vez que o IGCP não assegura a prestação de operações de financiamento de curto ou médio prazo, à semelhança do procedimento

*Handwritten signatures and initials:*  
PB  
CK  
DS

adotado em anos anteriores, entendeu o Conselho de Administração da SIMAB, SA solicitar exceção do cumprimento do princípio da UTE, para as empresas do Grupo SIMAB relativamente a 2022 e 2023<sup>18</sup>, ao abrigo do disposto no artigo 135.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho e do artigo 28.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, ao IGCP a dispensa do cumprimento da unidade de tesouraria do estado, pelo prazo de dois anos.

O Despacho n.º 0472/2022, de 7 de julho de 2022, do IGCP, em resposta ao pedido da SIMAB, SA, alheio à necessidade das empresas recorrerem ao Mercado para se financiarem, uma vez que o financiamento não pode ser assegurado pelo IGCP, e do impacto financeiro negativo resultante da abrangência da obrigatoriedade de aplicação dos excedentes não permanentes no IGCP, autorizou apenas a dispensa parcial do cumprimento da unidade de tesouraria do Estado, à semelhança dos anos anteriores.

Neste contexto, todas as empresas do Grupo SIMAB (SIMAB, SA; MARL, SA, MARF, SA; MARB, SA e MARE, SA) detêm contas no IGCP, encontrando-se em utilização como canal financeiro o *Homebanking*.

Adicionalmente, têm vindo a ser adotadas outras medidas que permitem incrementar a transacionalidade destas contas, nomeadamente, a indicação do IBAN da conta que cada empresa detém junto do IGCP, nas faturas emitidas pelas empresas, como única opção de pagamento por via de transferência bancária, utilização de cartão de crédito para gestão de fundo de maneiço, pagamentos de Via Verde, para além do encerramento de contas em bancos com os quais o Grupo SIMAB não detém qualquer operação de financiamento.

É prestada informação trimestral, via SIRIEF, sobre os montantes e as entidades em que se encontram a totalidade das disponibilidades das empresas do Grupo.

Banca Comercial*	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
MONTEPIO GERAL - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	17 510,64 €	14 080,97 €	56 483,41 €	16 052,51 €
NOVO BANCO	0,00 €	5 930,65 €	0,00 €	0,00 €
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	5 187,98 €	4 807,25 €	0,00 €	1 482,25 €
BANCO BPI, SA	3 625,56 €	278 884,99 €	9 156,90 €	3 234,35 €
IGCP	82 605,01 €	113 688,48 €	16 587,49 €	114 126,74 €
<b>Total</b>	<b>108 929,21 €</b>	<b>417 392,34 €</b>	<b>82 227,80 €</b>	<b>134 895,85 €</b>
Juros auferidos**	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

\* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

\*\* - Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

IGCP	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
Disponibilidades	82 605,01 €	113 688,48 €	16 587,49 €	114 126,74 €
Aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>82 605,01 €</b>	<b>113 688,48 €</b>	<b>16 587,49 €</b>	<b>114 126,74 €</b>

A MARL, SA não detém aplicações financeiras.

### 18. Recomendações na sequência de auditorias do Tribunal de Contas

Não aplicável, em virtude de não se terem realizado auditorias pelo Tribunal de Contas à MARL, SA, nos últimos três anos.

### 19. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.ºB ou 508.ºG do CSC.

Não aplicável à MARL, SA, porquanto a empresa detém um número médio de trabalhadores inferior a 500.

<sup>18</sup> Ref.ª ADM/220031 de 7 de junho de 2022

*[Handwritten signatures and initials]*

**20. Informação divulgada no sítio da internet do SEE (portal da DGTF)**

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S		Site Empresa
Caracterização da Empresa	S		Site Empresa
Função de tutela e acionista	S		
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
- Identificação dos órgãos sociais	S		Site Empresa e reporte no SIRIEF/SISEE
- Estatuto Remuneratório Fixado	S		Site Empresa e reporte no SIRIEF/SISEE
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		Site Empresa e reporte no SIRIEF/SISEE
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		Site Empresa e reporte no SIRIEF/SISEE
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S		Site Empresa e reporte no SIRIEF/SISEE
Esforço Financeiro Público	N.A.		
Ficha Síntese	S		Site Empresa e reporte no SIRIEF/SISEE
Informação Financeira histórica e atual	S		Site Empresa e reporte no SIRIEF/SISEE
Princípios de Bom Governo	S		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2023	Relatório de Gestão (disponível no site da MARL e SIRIEF/SISEE)
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2023	Relatório de Gestão (Notas às DfS - disponível no site da MARL)
- Outras transações	S		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	2023	Relatório do Governo societário ( disponível no site da MARL e no SIRIEF/SISEE)
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2023	Relatório de Gestão (Notas às DfS - disponível no site da MARL)
- Código de ética	S		site da MARL



Tabela de Cumprimento das Orientações Legais

Apêndice 2 - EPNF

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento S/N/A	Quantificação e identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
<b>Objectivos de Gestão</b>	N.A.		Não existem Contratos de Gestão
<b>Metas a atingir constantes no PAO 2023</b>			
EBITDA	S	5,0%	Ver ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
Volumes de Negócios (FSE's + GCF)/VN	N	-1%	Ver ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
Investimento	S	-0,32 p.p	Ver ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
EBIT	N	54,8%	Ver ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
Endividamento	S	5,0%	Ver ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
	S	-3,8%	Ver ponto II.3. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
<b>Grau de execução do orçamento carregado no SIGQ/SGE</b>	N.A.		
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>			
Limites de Crescimento do Endividamento	S	3,60%	Ponto II.2 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Evolução do PMP a fornecedores	S	-12,73%	Justificar se superior a 2%
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	N	-1	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	S	20 523,50 €	
Recomendação ...	N.A.		Ponto II.5 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - Não houve recomendações do acionista
Reservas emitidas na última CLC	S		Ponto II.6 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Reserva ...	N.A.		Não houve Reservas na CLC referente às contas de 2022
Remunerações/honorários	S		Ponto II.7 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2023	N.A.		
EGP - artigo 32º e 33º do EGP	S		Ponto II.8 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de ser	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP	S		Ponto II.9 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		
Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014	S		
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	<a href="http://www.mar.pt">www.mar.pt</a>	Ponto II.10 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	<a href="http://www.mar.pt">www.mar.pt</a>	Ponto II.12 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Contratação Pública	S		Ponto II.13 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	-0,01	Ponto II.15 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 20.º do DL 133/2013)</b>			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	114 126,74 €	Despacho 0472/2022, de 7 de julho de 2022 (Ponto II.14 do Relatório e Contas - Cumprimento das orientações legais)
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	20 769,11 €	% de disponibilidades e aplicações no IGCP em 31/12
Juros auferidos em incumprimento do UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		Saldo em 31/12
<b>Auditorias do Tribunal de Contas (a)</b>	N.A.		
Recomendação 1			Ponto II.18 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Recomendação 2			Não houve auditorias do Tribunal de Contas, em 2023
Etc.			
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S		Ponto II.11 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Apresentação de demonstração não financeira	N.A.		Ponto II.19 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

O Conselho de Administração da MARL, SA,



Jorge Proença dos Reis



Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva



Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini

Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini



Fernando Jorge Rodrigues Antunes



Luís Manuel dos Santos Matias

Loures, 12 de março de 2024.

Handwritten initials and marks in blue ink, including a checkmark and the letters 'CR' and 'R'.

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



## BALANÇO

Un: EURO

RUBRICAS	Notas	EXERCÍCIOS	
		31-12-2023	31-12-2022
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>			
Ativos fixos tangíveis	8.1	110.502.822,52	113.065.621,18
Ativos intangíveis	7	312.268,15	305.996,37
Outros investimentos financeiros	12	2.105,58	1.831,47
Creditos a receber	21.6	30.424,75	112.028,75
Ativos por impostos diferidos	20.1	274.821,11	276.843,93
<b>ATIVO CORRENTE</b>			
Clientes	21.3	1.028.477,45	959.132,29
Outras creditos a receber	21.7	192.400,25	136.023,29
Diferimentos	13.1	23.104,63	49.902,37
Caixa e depósitos bancários	4	156.656,23	121.405,78
<b>Total do Ativo</b>		<b>112.523.080,67</b>	<b>115.028.785,43</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito	22.1	29.999.999,76	29.999.999,76
Reservas legais	22.3.1	5.242.878,42	4.780.279,40
Resultados transitados	22.3.2	37.746.481,67	33.583.090,48
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	22.3.3	8.467.230,35	8.770.917,59
Resultado líquido do Período		4.896.163,09	4.625.990,21
<b>Total Capital Próprio</b>		<b>86.352.753,29</b>	<b>81.760.277,44</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões	17.1	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	10	4.791.266,63	10.717.844,41
Diferimentos	13.2	8.266.112,80	9.888.901,89
Passivos por impostos diferidos	20.1	24.612,86	25.514,17
Outras dividas a pagar	21.8	3.827.195,53	3.895.208,63
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores	21.4	359.820,95	363.876,84
Adiantamentos de clientes	21.5	884,10	884,10
Estado e outros entes públicos	20.2.1	665.907,70	428.543,72
Financiamentos obtidos	10	4.393.650,46	4.182.981,72
Outras dividas a pagar	21.8	2.030.274,31	1.980.906,03
Diferimentos	13.2	1.810.602,04	1.783.846,48
<b>Total do Passivo</b>		<b>26.170.327,38</b>	<b>33.268.507,99</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>112.523.080,67</b>	<b>115.028.785,43</b>

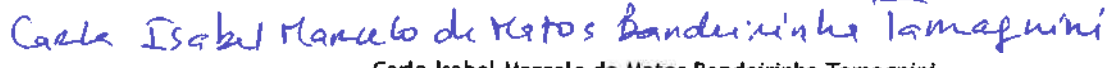
O Contabilista Certificado

  
 Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

O Conselho de Administração da MARL, SA.

  
 Jorge Proença dos Reis

Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva

  
 Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini

Fernando Jorge Rodrigues Antunes

  
 Luis Manuel dos Santos Matias

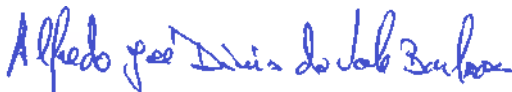
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**

Un: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	EXERCÍCIOS	
		31-12-2023	31-12-2022
Vendas e serviços prestados	14	14.539.308,04	13.721.815,75
Subsídios à exploração	15	23,54	112,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consum.	16	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	23	(3.106.951,99)	(3.081.548,09)
Gastos com o pessoal	24	(952.349,15)	(839.026,38)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11 / 21.3	(18 372,37)	(7 220,83)
Provisões (aumentos/reduções)	17.1	0,00	0,00
Aumentos/reduções justo valor	25.2	117,90	(109,70)
Outros rendimentos	25.3	490.043,27	461.577,87
Outros gastos	25.1	(316.533,29)	(312.190,86)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>10.635.285,95</b>	<b>9.943.409,76</b>
Gastos/reversões depreciação e amortização	25.4	(3.684.000,72)	(3.683.218,44)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>6.951.285,23</b>	<b>6.260.191,32</b>
Juros e gastos similares suportados	25.5	(433.617,83)	(128.634,30)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>6.517.667,40</b>	<b>6.131.557,02</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	20.1	1.621.504,31	1.505.566,81
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>4.896.163,09</b>	<b>4.625.990,21</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração da MARL, SA.



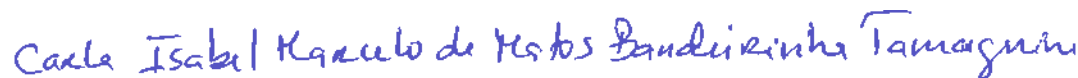
Alfredo José Dinis do Vale Barbosa



Jorge Proença dos Reis



Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva



Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini



Fernando Jorge Rodrigues Antunes



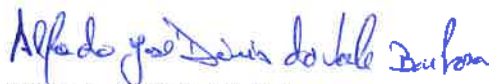
Luis Manuel dos Santos Matias

MAPA DE VARIAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)

Un: EURO

	NOTAS	31-12-2023	31-12-2022
<b>Atividades Operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		16.596.591,23	15.707.290,08
Recebimentos de Taxas de Acesso		-	-
Pagamentos a fornecedores		(4.726.378,31)	(4.183.385,84)
Pagamentos ao pessoal		(953.946,13)	(789.103,23)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>10.916.266,79</b>	<b>10.734.801,01</b>
(Pagamentos)/recebimentos de IRC	4.2	(1.369.619,68)	(1.708.506,49)
Outros recebimentos/(pagamentos) operacionais		(2.449.355,38)	(2.408.429,49)
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>1</b>	<b>7.097.291,73</b>	<b>6.617.865,03</b>
<b>Atividades de investimento:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos Fixos Tangíveis		(930.192,79)	(515.454,62)
Ativos Intangíveis		(17.858,76)	-
Investimentos financeiros		-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos Fixos Tangíveis		128,20	615,20
Activos Intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Juros e Rendimentos Similares similares		-	0,75
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de investimento</b>	<b>2</b>	<b>(947.923,35)</b>	<b>(514.838,67)</b>
<b>Atividades de financiamento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos Obtidos		2.105.578,02	1.959.481,83
Empréstimos Acionistas		-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(7.821.264,26)	(8.094.505,39)
Financiamentos bancários		(5.872.464,26)	(7.386.505,39)
Suprimentos		(1.948.800,00)	(708.000,00)
Juros e Gastos similares		(398.431,69)	(78.827,90)
<b>Fluxos das Atividades de Financiamento</b>	<b>3</b>	<b>(6.114.117,93)</b>	<b>(6.213.851,46)</b>
<b>Variação de Caixa e Seus equivalentes</b>	<b>4=1+2+3</b>	<b>35.250,45</b>	<b>(110.825,10)</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no início do período</b>		<b>121.405,78</b>	<b>232.230,88</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no fim do período</b>	<b>4.1</b>	<b>156.656,23</b>	<b>121.405,78</b>

O Contabilista Certificado



Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

O Conselho de Administração da MARL, SA



Jorge Proença dos Reis



Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva



Carta Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini



Fernando Jorge Rodrigues Antunes



Luis Manuel dos Santos Matias

**Demonstração das Alterações no Capital Próprio**

DESCRICAÇÃO	NOTAS	Demonstração das alterações no Capital Próprio dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2023						Total	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
<b>SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2023</b>	1	29.999.999,76	4.292.558,81	0,00	29.193.609,16	9.074.604,83	4.877.205,91	77.437.974,47	77.437.974,47
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de câmbio									
Valor Bruto									
Impostos diferidos								0,00	0,00
Subsídios para ativos depreciáveis								0,00	0,00
Valor Bruto								(391.854,48)	(391.854,48)
Impostos diferidos								88.167,24	88.167,24
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021								(4.877.205,91)	(4.877.205,91)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3	0,00	487.720,59	0,00	4.389.485,32	(303.687,24)	(4.877.205,91)	(303.687,24)	(303.687,24)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	3								
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4-2-1	0,00	487.720,59	0,00	4.389.485,32	(303.687,24)	(251.215,70)	4.625.990,21	4.625.990,21
Realizações de capital									
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 / 1 DE JANEIRO DE 2023</b>	4-1-4-5	29.999.999,76	4.780.279,40	0,00	33.583.090,48	8.770.917,59	4.625.990,21	81.760.277,44	81.760.277,44
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de câmbio									
Valor Bruto									
Impostos diferidos								0,00	0,00
Subsídios para ativos depreciáveis								0,00	0,00
Valor Bruto	18							(391.854,48)	(391.854,48)
Impostos diferidos	18							88.167,24	88.167,24
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022	22-3-2		462.599,02	0,00	4.163.391,19		(4.625.990,21)		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	7	0,00	462.599,02	0,00	4.163.391,19	(303.687,24)	(4.896.163,09)	(303.687,24)	(303.687,24)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	8								
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9-2-8	0,00	462.599,02	0,00	4.163.391,19	(303.687,24)	270.172,88	4.592.475,85	4.592.475,85
Realizações de capital									
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	10-4-9	29.999.999,76	5.242.878,42	0,00	37.746.481,67	8.467.220,35	4.896.163,09	86.352.753,29	86.352.753,29

O Contabilista Certificado

*Alfredo José Dantas do Vale Barbosa*  
Alfredo José Dantas do Vale Barbosa

O Conselho de Administração da MARL, SA.

*Jorge Proença dos Reis*  
Jorge Proença dos Reis

*Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva*  
Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva

*Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini*  
Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini

*Fernando Jorge Rodrigues Antunes*  
Fernando Jorge Rodrigues Antunes

*Luis-Wanuel dos Santos Matias*  
Luis-Wanuel dos Santos Matias

1/20  
1/20  
1/20  
1/20

NOTAS  
ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS



*[Handwritten signatures and initials]*

**MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA**

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO**

**A 31 DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em EUROS)**

**NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA**

A sociedade MARL- Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A. foi constituída por escritura pública, em 27 de dezembro de 1993, tendo iniciado a sua atividade em 1 de janeiro de 1994. A sua sede social está localizada no Lugar do Quintanilho em São Julião do Tojal, Loures.

O seu objeto social consiste na promoção, construção, exploração e gestão, direta ou indiretamente, do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, o qual se destina ao comércio por grosso de produtos alimentares e não alimentares e, bem assim, à prossecução de quaisquer outras atividades complementares ou subsidiárias, incluindo a gestão de participações sociais e gestão de serviços relacionados com o seu objeto social.

A empresa dispõe de endereço eletrónico ([marl@marl.pt](mailto:marl@marl.pt)) e de página da internet ([www.marl.pt](http://www.marl.pt)).

A Empresa é detida pela SIMAB – Sociedade Instaladora dos Mercados Abastecedores, SA; pelo Município de Lisboa, pelo Município de Loures e pela Santa Casa da Misericórdia, sendo a sua Empresa mãe intermédia a SIMAB, SA, com sede no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, NAC, Piso 2 – Lugar do Quintanilho 2660-421, S. Julião do Tojal, e a sua empresa mãe final é a PARPÚBLICA- Participações Públicas, SGPS, SA, com sede na Av. Defensores de Chaves, n.º 6 – Piso 6, 1000-117 Lisboa, PORTUGAL.

As demonstrações financeiras compreendem o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023.

**NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1. Referencial Contabilístico**

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas com período de reporte consistente com o ano civil e preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas a Estrutura Conceptual (Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 917/2015, de 19 de outubro), as Bases para a apresentação de demonstrações financeiras, os modelos de Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro), o Código de Contas (Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 41-A/2015, de 21 de setembro), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 918/2015, de 19 de outubro) e as Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística (Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho). Todos os montantes se encontram expressos em Euros.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2/  
PB  
CR  
Du

## 2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## 2.3. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

## 2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os "Impostos diferidos" e as "Provisões" são classificados como ativos e passivos não correntes.

## 2.5. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

## 2.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

## 2.7. Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2022.

## 2.8. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## 2.9. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

## NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descreve. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

### 3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Juros e ganhos similares obtidos" ou "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", para todos os outros saldos/transações.

### 3.2. Propriedades de investimento

A entrada em vigor do novo normativo contabilístico – SNC – suscitou diversas interpretações quanto ao tratamento contabilístico adequado ao registo dos imóveis da MARL, S.A., designadamente quanto ao seu registo em Ativos Fixos Tangíveis ou em Propriedades de Investimento, à luz da Norma Contabilística de Relato Financeiro 11 (NCRF 11), dado que a própria norma não delimita claramente as condicionantes que possam levar a reconhecer, ou não, os mesmos como propriedades de investimento e remete para a necessidade da entidade fazer juízos de valor sobre esta mesma classificação.

Assim, sobre o tema, cumpre-nos relevar o seguinte: o fator determinante para a classificação dos ativos assenta no facto de considerarmos que os serviços prestados pela MARL, S.A. como contrapartida das taxas de utilização cobradas aos operadores, incluem uma parte significativa de serviços para além da simples utilização do espaço. De facto, se analisarmos a estrutura de custos da Empresa, verificamos que o peso dos serviços conexos às taxas de utilização cobradas não pode ser considerado insignificante, uma vez que os mesmos têm um peso equivalente aos gastos com depreciações dos referidos imóveis.

Adicionalmente, à luz do parágrafo 12 da NCRF 11, consideramos que estes mesmos serviços são significativos como um todo para a contratualização, pois caso não fossem prestados, os operadores não continuariam a procurar os espaços disponibilizados pela MARL, S.A.

O MARL é hoje entendido num conceito mais amplo de Plataforma Logística de Base Alimentar, sendo uma estrutura dinâmica e polivalente, multipolar, multiprodutos e multifunções, inserida em corredores estratégicos, onde se congregam uma grande multiplicidade de produtos e agentes económicos do setor alimentar e não alimentar, exercendo funções e atividades de comércio grossista, de distribuição e logística, e ainda outras atividades de apoio.

Face ao exposto, a Empresa optou por manter o registo contabilístico dos imóveis afetos à exploração, em ativos fixos tangíveis.

### 3.3. Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, e de acordo com o período de vida útil esperado dos bens, entre 3 em 10 anos. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

### 3.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontram em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e Outras Construções	10 a 50
Equipamento Básico	4 a 10
Equipamento de Transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras ativos fixos tangíveis	4 a 10

Sempre que há alguma indicação de que os ativos intangíveis e os ativos fixos tangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável para determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa é o maior entre (i) o valor justo deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto que reflita as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração dos resultados, a menos que tal perda venha compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, a perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade anteriormente reconhecida já não existem ou diminuíram. A reversão de uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na respetiva rubrica "Reversão de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é feita até ao montante que seria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Os custos incorridos com ativos fixos tangíveis, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos futuros adicionais, são capitalizadas na rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis".

O ganho (ou a perda), resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível, é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação (Nota 8).

### 3.5. Subsídios obtidos

Os subsídios ao investimento associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo posteriormente reconhecidos na Demonstração de resultados por naturezas, numa base sistemática como rendimentos do período (Nota 18), de forma consistente e proporcional às depreciações dos bens a cuja aquisição de destinaram. Caso os subsídios respeitem a ativos não depreciáveis ou com vida útil indefinida, as quantias serão mantidas em capital próprio, exceto se forem necessárias para compensar qualquer perda por imparidade.

Sempre que é reconhecida uma perda por imparidade nos ativos subsidiados, é transferida para resultados (em outros rendimentos) a parcela de subsídio correspondente à proporção da perda por imparidade reconhecida. Quando ocorre qualquer reversão de perdas por imparidade, nos referidos ativos, é efetuada a correspondente correção em resultados (em outros gastos).

### 3.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e instrumento de capital da Empresa são basicamente os clientes e outros créditos a receber, caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os financiamentos obtidos e os fornecedores e outras dívidas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

#### 3.6.1. Clientes e dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade (Nota 21.3). Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas, essencialmente, com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- (i) Análise de incumprimento;
- (ii) Incumprimento há mais de 6 meses;
- (iii) Dificuldades financeiras do devedor;
- (iv) Probabilidade de falência do devedor.

#### 3.6.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica de empréstimos bancários, no balanço (Nota 4).

#### 3.6.3. Fornecedores e outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal, na medida em que se tratam de valores a pagar de curto prazo, pelo que o impacto que resulta da aplicação do custo amortizado é considerado imaterial.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'P' and 'R' at the top, and several illegible signatures below.

#### 3.6.4. Financiamentos obtidos

Os empréstimos (Nota 10) são registados ao custo e no passivo corrente, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Os empréstimos sob a forma de papel comercial são classificados como passivos não correntes por terem garantia de colocação por um prazo superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração utilizar este instrumento de financiamento por um prazo superior a um ano. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração. Os encargos financeiros são contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de "Outras dividas a pagar" (Nota 21.8).

#### 3.6.5. Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio (Nota 22).

#### 3.6.6. Imparidades

Os ativos financeiros incluídos na categoria custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

#### 3.6.7. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

#### 3.7. Provisões, passivos e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 17.1).

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota (Nota 17.2).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos (Nota 17.2).

### 3.8. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas (Nota 9).

### 3.9. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber (Nota 14).

Os ganhos relativos às prestações de serviços incluem:

- Taxas de utilização dos espaços do mercado, cujo reconhecimento se verifica mensalmente de acordo com o período correspondente à utilização do espaço;
- Taxas de acesso, devidas pelo operador no momento da assinatura do contrato e que correspondem à contraprestação devida pelo acesso ao Mercado, são diferidas e reconhecidas mensalmente no decurso do contrato;
- No caso de existir uma rescisão contratual a taxa de acesso poderá ser reconhecida pela sua totalidade;
- As prestações de serviços englobam também uma diversidade de outros serviços adicionais, que são reconhecidos no momento em que o cliente solicita o serviço.

São considerados serviços adicionais: portagens; consumo de frio, consumo de água salgada, inscrições sazonais dos clientes, utilização sazonal de espaços, utilização de câmara frigoríficas, taxa variável sobre o volume de negócios; taxas administrativas.

### 3.10. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos (Nota 25.5).

Handwritten initials and marks in the top right corner, including a large 'P' and 'H' and some scribbles.

### 3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa e considera a tributação diferida. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias (Nota 20). Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura. Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pela taxa fiscal, que se espera que seja de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais), que estejam acordadas à data do relato.

A quantia contabilizada em ativos ou passivos por impostos diferidos deve, de acordo com a IAS 12, refletir as consequências fiscais da forma como a Empresa espera vir a recuperar ou liquidar os seus ativos e passivos, os quais têm associados o cálculo dos ativos e passivos por impostos diferidos, se na jurisdição em que opere essa recuperação ou liquidação for importante determinar quer a taxa de tributação quer a base fiscal aplicáveis. Caso a forma como é feita esta recuperação ou liquidação afete a taxa de tributação futura aplicável, ou a base tributável, a Empresa deve mensurar os ativos e passivos por impostos diferidos de acordo, não com os pressupostos verificados aquando do apuramento do imposto corrente, mas sim tendo em conta os pressupostos que se verificarão aquando da tributação efetiva, de acordo com a lei fiscal em vigor.

### 3.12. Especialização dos exercícios

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre rendimentos e gastos gerados e os correspondentes montantes faturados são registados em "Outros ativos correntes" ou em "Outros passivos correntes", respetivamente nas rubricas de "Devedores por acréscimos de rendimentos" ou de "Credores por acréscimos de gastos". Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de "Diferimentos", respetivamente, no passivo e no ativo.

### 3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relacionadas de ativos e passivos, assim como as quantias relacionadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

✓ P  
#  
CR  
J

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas incluem:

- (i) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- (iv) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

### 3.14. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 3.15. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, faltas autorizadas e remuneradas, subsídios de transporte, alimentação, férias, natal, de acumulação de funções e isenção de horário. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o período civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação do emprego, quer por decisão unilateral, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

### 3.16. Rubricas de Capital Próprio

#### (i) Capital Social

Esta rubrica inclui as entradas de capital dos sócios, deduzidas de reduções de capital destinadas à cobertura prejuízos.

#### (ii) Reservas legais

De acordo com o Estatutos da sociedade, pelo menos 10% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social.

#### (iii) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui, nomeadamente, reservas livres constituídas ao abrigo de autorização. São também incluídos nesta rubrica os ganhos por aumentos de justo valor das propriedades de investimento que, de acordo com o n.º 2 do artigo 32.º do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

**(iv) Ajustamentos/Outras variações no capital próprio**

Esta rubrica inclui os subsídios governamentais que se encontram por imputar na quota parte das depreciações sobre o custo de aquisição dos ativos que lhes estão afetos.

**NOTA 4 – FLUXOS DE CAIXA**

Através da demonstração dos fluxos de caixa, são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

**4.1. Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:**

A caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários, e detalha-se como segue:

Contas	Ano 2023			
	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	7.586,04	1.391.600,80	1.377.426,46	21.760,38
Depósitos à ordem	113.819,74	34.172.922,87	34.151.846,76	134.895,85
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total caixa e depósitos bancários</b>	<b>121.405,78</b>	<b>35.564.523,67</b>	<b>35.529.273,22</b>	<b>156.656,23</b>

Contas	Ano 2022			
	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	8.986,65	1.456.519,91	1.457.920,52	7.586,04
Depósitos à ordem	73.244,23	40.176.031,67	40.135.456,16	113.819,74
Outros depósitos bancários	150 000,00	0,00	150 000,00	0,00
<b>Total caixa e depósitos bancários</b>	<b>232.230,88</b>	<b>41.632.551,58</b>	<b>41.743.376,68</b>	<b>121.405,78</b>

**4.2. Outras informações:**

Descrição	2023	2022
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Indemnizações de seguros não vida	13.891,49	4.288,74
<b>Pagamentos provenientes de:</b>		
Imposto sobre o rendimento	1.369.619,68	1.708.506,49

**NOTA 5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

Os valores estimados referentes aos ativos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. A revisão das estimativas, em exercícios seguintes, não é considerada um erro, sendo reconhecidas em resultados e objeto de divulgação adequada à sua materialidade.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a checkmark and several initials.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, dever-se-á proceder à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do exercício em que são identificados.

## NOTA 6 – PARTES RELACIONADAS

As demonstrações financeiras da MARL, S.A. são incluídas na consolidação de contas da SIMAB, SA, através do método de consolidação integral.

### 6.1. Entidades que participam no capital da empresa:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
NIF	503 045 446	503 045 446
Denominação	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	26 361 351,64 €	26 361 351,64 €
Direito de voto	87,87%	87,87%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
NIF	500 051 070	500 051 070
Denominação	Câmara Municipal de Lisboa	Câmara Municipal de Lisboa
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	2 970 272,55 €	2 970 272,55 €
Direito de voto	9,90%	9,90%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
NIF	500 745 471	500 745 471
Denominação	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	445 806,60 €	445 806,60 €
Direito de voto	1,49%	1,49%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
NIF	501 294 996	501 294 996
Denominação	Câmara Municipal de Loures	Câmara Municipal de Loures
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	222 568,97 €	222 568,97 €
Direito de voto	0,74%	0,74%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

### 6.2. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Os órgãos sociais da Empresa não auferem diretamente qualquer remuneração, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Público, apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente por esta à MARL, S.A.

Handwritten signatures and initials: *fl*, *CR*, *Dus*, and a large *B* in a box.

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais, nos exercícios findos em 2023 e 2022, foram as seguintes:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Conselho de Administração	Assembleia Geral	Conselho de Administração	Assembleia Geral
Desempenho Cargos Sociais	152.599,92		152.599,92	
Vencimentos	2.166,00		2.641,92	
Subsídio de Férias	180,50		361,00	
Subsídio de Natal	180,50		204,57	
Senhas de Presença		100,00		0,00
<b>Total</b>	<b>155.126,92</b>	<b>100,00</b>	<b>155.807,41</b>	<b>0,00</b>

Os Administradores executivos indicados pelo Município de Lisboa e pela Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, não recebem quaisquer remunerações, atendendo ao estipulado no artigo 31.º do Estatuto do Gestor Público.

### 6.3. Transações com a Empresa mãe:

As transações e a sua natureza resumem-se às seguintes:

- (i) A SIMAB, S.A. presta serviços à MARL, S.A., no âmbito da assessoria em diversas áreas, designadamente jurídica e de recursos humanos, técnica (arquitetura e engenharia) e gestão administrativa;
- (ii) Paralelamente, e numa ótica de otimização de recursos existentes nas duas sociedades, a MARL, S.A. presta serviços à SIMAB, S.A., de (a) assessoria financeira (b) de tesouraria, (c) recursos humanos (d) apoio administrativo (e) apoio informático e (f) apoio técnico;
- (iii) A SIMAB, S.A. detém um contrato de utilização dos escritórios da sociedade com a MARL;
- (iv) São realizadas operações de financiamento da SIMAB, S.A. à MARL, S.A. sob a forma de suprimentos, que vencem juros e demais encargos financeiros;

Todas as transações apresentadas encontram-se formalizadas por Contrato de Gestão, Contratos de Prestações Acessórias de Capital ou deliberação do Conselho de Administração.

Os saldos e as transações, efetuadas com a Empresa-mãe, são os seguintes:

Descrição	31/12/2023						
	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros liquidados	Contas correntes a pagar (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas correntes a receber (*)
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	1.758,00	319.746,85	61.378,12	2.748,65	0,00	66.155,52	0,00
<b>Total</b>	<b>1.758,00</b>	<b>319.746,85</b>	<b>61.378,12</b>	<b>2.748,65</b>	<b>0,00</b>	<b>66.155,52</b>	<b>0,00</b>

(\*) Valores com IVA incluído

Descrição	31/12/2022						
	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros liquidados	Contas correntes a pagar (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas correntes a receber (*)
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	1.809,50	319.622,09	27.110,86	52.053,99	0,00	58.206,72	6.511,44
<b>Total</b>	<b>1.809,50</b>	<b>319.622,09</b>	<b>27.110,86</b>	<b>52.053,99</b>	<b>0,00</b>	<b>58.206,72</b>	<b>6.511,44</b>

(\*) Valores com IVA incluído

Os pagamentos entre as Empresas do Grupo (subsidiárias e associadas) estão fixados em 30 dias após a data de emissão das faturas.

*Handwritten signatures and initials:*  
 ✓  
 BF  
 CA  
 JG

A variação nos empréstimos obtidos é detalhada conforme se segue:

Empréstimos obtidos	31/12/2023			
	Saldo em 01-01-2023	Aumentos	Amortizações	Saldo Final em 31-12-2023
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	2.573.400,00	0,00	1.948.800,00	624.600,00
<b>Total</b>	<b>2.573.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.948.800,00</b>	<b>624.600,00</b>

Empréstimos obtidos	31/12/2022			
	Saldo em 01-01-2022	Aumentos	Amortizações	Saldo Final em 31-12-2022
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	3.281.400,00	0,00	708.000,00	2.573.400,00
<b>Total</b>	<b>3.281.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>708.000,00</b>	<b>2.573.400,00</b>

Em 2012, na sequência de uma política de concentração de crédito bancário na esfera da empresa mãe, em condições de *pricing* mais favoráveis, procedeu-se à substituição de passivo bancário da MARL, S.A. por empréstimos acionistas, sob a forma de prestações acessórias de capital, que ascendem, em 31 de dezembro de 2023, ao montante global de 624.600,00 euros (Nota 10.2).

No exercício de 2023, a MARL, S.A. teve uma diminuição nas prestações acessórias de capital no valor de 1.948.800,00 euros.

#### 6.4. Transações entre partes relacionadas:

A MARL, S.A. tem relações especiais com:

- Associação 5 ao Dia, em virtude do Vogal do Conselho de Administração da SIMAB, S.A. presidir a esta Associação e a MARL, S.A. ser associada da referida associação;
- Câmara Municipal de Loures, enquanto fornecedor de tarifas/taxas (licenciamentos), eventualmente necessários no decorrer da atividade da MARL, S.A.;
- Câmara Municipal de Loures, enquanto cliente, pela utilização de espaços da MARL, S.A.;
- Os Mercados Abastecedores de Braga, Évora e Faro, pela partilha de custos referente a serviços adquiridos para o grupo.

Os saldos e as transações efetuadas com Empresas consideradas partes relacionadas, são os seguintes:

Descrição	31/12/2023						
	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Quotizações	Contas a pagar correntes (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas a receber correntes (*)
Câmara Municipal de Loures	-	10.451,94	-	20.534,50	-	34.965,23	1.272,32
Associação 5 ao Dia	-	-	3.600,00	0,00	-	120,00	0,00
MARE - Merc.Abast.Reg.Évora, S.A.	-	-	-	0,00	-	5.892,26	0,00
MARF - Merc.Abast.Reg. Faro, S.A.	-	-	-	0,00	-	5.892,26	0,00
MARB - Merc.Abast.Reg.Braga, S.A.	-	-	-	0,00	-	5.892,26	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>10.451,94</b>	<b>3.600,00</b>	<b>20.534,50</b>	<b>0,00</b>	<b>52.762,01</b>	<b>1.272,32</b>

(\*) Valores com IVA incluído

✓  
AL B  
CA  
B

Descrição	31/12/2022						
	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Quotizações	Contas a pagar correntes (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas a receber correntes (*)
Câmara Municipal de Loures	180,00	18.639,87	-	38.135,50	-	32.486,00	688,90
Associação 5 ao Dia	-	-	3.500,00	0,00	-	120,00	0,00
<b>Total</b>	<b>180,00</b>	<b>18.639,87</b>	<b>3.500,00</b>	<b>38.135,50</b>	<b>0,00</b>	<b>32.606,00</b>	<b>688,90</b>

(\*) Valores com IVA incluído

## NOTA 7 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2023 e 2022, na quantia escriturada dos ativos intangíveis bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

Rubricas	31/12/2023					
	Projetos de Desenvolv.	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Outros Ativos Intangíveis - em curso	Total
<b>Ativos</b>						
Saldo inicial	0,00	142.310,28	26.211,28	327.225,66	14.519,32	510.266,54
Ajustamentos de conversão						0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	33.878,38	33.878,38
Transferência	0,00	48.397,70	0,00	0,00	(48.397,70)	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	190.707,98	26.211,28	327.225,66	0,00	544.144,92
<b>Amortizações acumuladas e perdas de imparidade</b>						
Saldo inicial	0,00	140.210,48	23.340,89	40.718,80	0,00	204.270,17
Ajustamentos de conversão						0,00
Perdas por imparidade/Reversão						0,00
Amortizações do exercício	0,00	14.566,68	0,00	13.039,92		27.606,60
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Saldo Final	0,00	154.777,16	23.340,89	53.758,72	0,00	231.876,77
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>0,00</b>	<b>35.930,82</b>	<b>2.870,39</b>	<b>273.466,94</b>	<b>0,00</b>	<b>312.268,15</b>

Handwritten initials and marks: ✓, PB, CR, AS

Rubricas	31/12/2022					Total
	Projetos de Desenvolv.	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Outros Ativos Intangíveis - em curso	
<b>Ativos</b>						
Saldo inicial	0,00	142.310,28	26.211,28	327.225,66	0,00	495.747,22
Ajustamentos de conversão						0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	14.519,32	14.519,32
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	142.310,28	26.211,28	327.225,66	14.519,32	510.266,54
<b>Amortizações acumuladas e perdas de imparidade</b>						
Saldo inicial	0,00	138.414,08	23.340,89	27.454,29	0,00	189.209,26
Ajustamentos de conversão						0,00
Perdas por imparidade/Reversão						0,00
Amortizações do exercício	0,00	1.796,40	0,00	13.264,51		15.060,91
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Saldo Final	0,00	140.210,48	23.340,89	40.718,80	0,00	204.270,17
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>0,00</b>	<b>2.099,80</b>	<b>2.870,39</b>	<b>286.506,86</b>	<b>14.519,32</b>	<b>305.996,37</b>

Tendo presente este contexto, durante o exercício de 2023, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Intangíveis foram os seguintes:

O montante de 33.878,38 euros que a 31 de dezembro de 2023 se encontra em curso refere-se a:

- (i) Aquisição de novo software: Panorama Central Management Software (firewalls) e IoT Security (monitorização da rede ao nível da segurança).

O aumento verificado na rubrica de "Programas de Computador", no montante de 48.397,70 euros, traduziu-se no seguinte investimento:

- (i) Transferência da rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em Curso":
  - a. Aquisição de novo software: Panorama Central Management Software (firewalls) e IoT Security (monitorização da rede ao nível da segurança).

Relativamente às amortizações do exercício, foram registadas na rubrica "Gastos de depreciações e amortizações" em 2023, o montante de 27.606 euros.

#### NOTA 8 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável. Os valores destas avaliações são suportados pela performance histórica e pelas expectativas de desenvolvimento do negócio e dos respetivos mercados, consubstanciadas em planos de médio/longo prazo com pressupostos aprovados pela Administração.

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas à MARL, SA.

No final de 2013, foi realizado um teste de imparidade dos ativos fixos da MARL, S.A. que determinou o reconhecimento de imparidade dos ativos fixos, à luz das normas internacionais de contabilidade (IAS 36, NCRF12 e a IFRS 13). De acordo com o § 53 da NCRF12 (§ 11 da IAS 36), na avaliação da necessidade de proceder a uma reversão de imparidade de ativos, registadas em períodos anteriores, a entidade deve ter em consideração a indicação de que "as taxas de juro de mercado ou outras taxas de retorno de investimentos tenham diminuído durante o período, e essas diminuições poderão afetar a taxa de desconto usada ao calcular o valor de uso do ativo e aumentar materialmente a sua quantia recuperável."

Em 2015, perante a evidência de que as taxas de juro de mercado diminuíram, desde o teste de imparidade aos ativos fixos, realizado em 31 de dezembro de 2013, e que essa evolução pudesse ter alterado a taxa de desconto usada para calcular o valor de uso dos ativos e aumentar materialmente a sua quantia recuperável, foi realizado novo teste de imparidade aos ativos fixos da empresa, que conduziu ao apuramento de uma reversão de perdas por imparidade em ativos fixos no montante de 10.910,3 milhares de euros.

Em 2016, perante as novas perspetivas de evolução do MARL, com base numa política rigorosa de controlo de gastos operacionais e da implementação de uma nova dinâmica comercial, com tradução, numa redução de gastos com fornecimentos e serviços externos, face a 2015 e em negociações concretas para a comercialização de novas áreas com diversas entidades, algumas das quais já instaladas no mercado, estima-se que a capacidade de libertação de *cash flows* operacionais da empresa irá ser reforçada, a curto prazo. Assim, existindo alterações nas estimativas utilizadas para determinar a quantia recuperável do ativo fixo do MARL, desde o último teste realizado, em 31/12/2015, foi efetuado novo teste de imparidade, com referência a 31/12/2016, por entidade independente.

Em 2022, verificaram-se alterações significativas nos mercados financeiros com impacto na taxa de desconto utilizada no apuramento da quantia recuperável da UGC, desde logo, no que respeita ao agravamento das taxas de juro de referência. Neste contexto, foi realizado Teste de imparidade dos Ativos Fixos da MARL, SA, com referência a 31 de dezembro de 2022. O Conselho de Administração considerou que o valor apurado pelo teste de imparidade realizado não configurava um impacto material no valor da quantia escriturada dos ativos fixos que determinasse o registo de uma reversão de perdas por imparidade dos ativos fixos.

O Conselho de Administração considera que, em 2023, não se verificaram alterações destes pressupostos que determinassem a necessidade de efetuar novas avaliações com referência à data de 31 de dezembro de 2023.

## ATIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, nos exercícios de 2023 e 2022, foi o seguinte:



31/12/2023								
Rubricas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construç.	Equip. básico	Equipamento de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo Inicial	24.137.805,22	180.981.957,51	1.129.563,89	97.358,13	1.640.423,43	1.544.171,24	192.968,99	209.744.248,41
Ajustamentos de conversão								0,00
Aquisições		47.688,24	24.583,64	19.990,00	14.737,93	119.587,80	868.345,22	1.094.932,83
Transferências		587.888,24	601,23	311,62	317,85	10.485,71	(599.604,65)	0,00
Abates		(3.289,52)	(10.202,04)	0,00	0,00	(12.998,62)	0,00	(26.490,18)
Alienações		0,00	0,00	0,00	(640,00)	(6.110,00)	0,00	(6.750,00)
<b>Saldo Final</b>	<b>24.137.805,22</b>	<b>181.614.244,47</b>	<b>1.144.546,72</b>	<b>117.659,75</b>	<b>1.674.839,21</b>	<b>1.655.136,13</b>	<b>461.709,56</b>	<b>210.805.941,06</b>
<b>Depreciações acumuladas e perdas de imparidade</b>								
Saldo Inicial	247.098,23	92.956.039,58	769.515,17	97.343,17	1.501.721,65	1006.909,43	0,00	96.678.627,23
Ajustamentos de conversão								0,00
Depreciações do exercício		3.434.326,22	79.299,89	296,82	23.476,45	118.994,74		3.656.394,12
Perdas por imparidade/Reversão	0,00	0,00	(605,13)	0,00	0,00	0,00		(605,13)
Abates		(3.289,52)	(9.596,91)	0,00	0,00	(12.998,62)		(25.885,05)
Alienações		0,00	0,00	0,00	(640,00)	(6.110,00)		(6.750,00)
Outros		1143,65	4,28	0,00	15,13	174,29		1.337,37
<b>Saldo Final</b>	<b>247.098,23</b>	<b>96.388.219,93</b>	<b>838.617,90</b>	<b>97.639,99</b>	<b>1.624.573,25</b>	<b>1106.969,84</b>	<b>0,00</b>	<b>100.303.118,54</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>23.890.706,99</b>	<b>85.226.024,54</b>	<b>305.929,42</b>	<b>20.019,76</b>	<b>50.265,96</b>	<b>548.166,29</b>	<b>461.709,56</b>	<b>110.502.822,52</b>

31/12/2022								
Rubricas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construç.	Equip. básico	Equipamento de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo Inicial	24.137.805,22	180.016.062,71	1.021.472,54	101.808,13	1.703.027,57	1.389.290,38	948.982,35	209.427.538,88
Ajustamentos de conversão								0,00
Aquisições		3.957,50	0,93145	0,00	11.527,49	85.802,38	268.672,70	463.891,52
Transferências		968.779,38	0,00	0,00	0,00	45.994,24	(1016.773,62)	0,00
Abates		(6.832,06)	(5.840,10)	0,00	(60.095,89)	(43.742,59)	(8.912,44)	(125.423,20)
Alienações		0,00	0,00	(4.450,00)	(4.105,64)	(3.773,15)	0,00	(12.758,79)
<b>Saldo Final</b>	<b>24.137.805,22</b>	<b>180.981.957,51</b>	<b>1.129.563,89</b>	<b>97.358,13</b>	<b>1.640.423,43</b>	<b>1.644.171,24</b>	<b>192.968,99</b>	<b>209.744.248,41</b>
<b>Depreciações acumuladas e perdas de imparidade</b>								
Saldo Inicial	247.098,23	89.510.105,55	885.587,60	95.897,33	1.642.278,50	966.644,81	0,00	83.147.592,02
Ajustamentos de conversão								0,00
Depreciações do exercício		3.452.766,11	89.787,67	5.895,84	23.060,58	96.647,33		3.668.157,53
Perdas por imparidade/Reversão	0,00	0,00	0,00	0,00	(5,19)	(204,18)		(209,37)
Abates		(6.832,06)	(5.840,10)	0,00	(60.090,80)	(43.742,59)		(116.505,57)
Alienações		0,00	0,00	(4.450,00)	(3.521,44)	(11.946,12)		(19.917,56)
Outros		0,00	0,00	0,00	0,00	(489,82)		(489,82)
<b>Saldo Final</b>	<b>247.098,23</b>	<b>92.956.039,58</b>	<b>769.515,17</b>	<b>97.343,17</b>	<b>1.601.721,65</b>	<b>1006.909,43</b>	<b>0,00</b>	<b>96.678.627,23</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>23.890.706,99</b>	<b>88.026.017,93</b>	<b>360.048,72</b>	<b>14,96</b>	<b>58.701,78</b>	<b>537.261,81</b>	<b>192.968,99</b>	<b>110.055.621,18</b>

Tendo presente este contexto, durante o exercício de 2023, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

O aumento registado na rubrica de "Edifícios e Outras Construções" no montante de 635.576,48 euros, traduziram-se nos seguintes investimentos:

- (i) Grande reparação no montante de 44.523 euros, referente à reabilitação do piso do pavilhão A03;
- (ii) Instalação de uma UPAC no pavilhão R04 no montante de 3.165 euros;
- (iii) Transferência da rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em Curso":
  - a. Grande reparação no montante de 183.175 euros, relativo à empreitada de reabilitação da fachada do pavilhão R07;
  - b. Grande reparação no montante de 109.792 euros, nos postos de transformação dos pavilhões A01, A03, A04, A05, A06, A07, A08, A09, A10, R02, R04, R07, NAC e C01;
  - c. Grande reparação no montante de 92.415 euros, relativo à empreitada de reabilitação das coberturas dos terraços técnicos dos pavilhões A1, A3, A4, A05, A07, A08, R07 e NAC;

- d. Grande reparação no montante de 61.092 euros, relativo à empreitada de reabilitação das coberturas da estação elevatória, edifício CRE-1 e edifício NAC;
- e. Grande reparação no montante de 60.253 euros, relativo à empreitada de reabilitação do reservatório de Água (celula 2);
- f. Grande reparação no montante de 39.001 euros, relativo à reconversão/reabilitação das casas de banho do pavilhão A3;
- g. Alteração da rede de gás de natural para propano, no montante de 17.409 euros;
- h. Transfêrencia, no montante de 24.748 euros, da rubrica plano de modernização do mercado, no montante referente ao investimento realizado nos anos 2022 e 2023.

O aumento registado na rubrica de "Equipamento Básico" no montante de 25.184,87 euros traduziu-se nos seguintes investimentos:

- (i) Grande reparação da camara frigorifica do pavilhão A03, no montante de 19.750 euros;
- (ii) Grande reparação de um chiller no pavilhão A07, no montante de 4.833 euros;
- (iii) Transferência da rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em Curso":
  - a. Transfêrencia, no montante de 601 euros, da rubrica plano de modernização do mercado, no montante referente ao investimento realizado nos anos 2022 e 2023.

O aumento verificado na rubrica de "Equipamento de Transporte", no montante de 20.301,62 euros, traduziu-se no seguinte investimento:

- (i) Aquisição de uma plataforma articulada, no montante de 19.990 euros;
- (ii) Transferência da rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em Curso":
  - a. Transfêrencia, no montante de 311 euros, da rubrica plano de modernização do mercado, no montante referente ao investimento realizado nos anos 2022 e 2023.

O aumento verificado na rubrica de "Equipamento Administrativo", no montante de 15.055,78 euros, traduziu-se no seguinte investimento:

- (i) Aquisição de UPS's, no montante de 11.150 euros;
- (ii) Aquisição de computadores, no montante de 1.758 euros;
- (iii) Aquisição de mobiliário de escritório, no montante de 1.829 euros;
- (iv) Transferência da rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em Curso":
  - a. Transfêrencia, no montante de 317 euros, da rubrica plano de modernização do mercado, no montante referente ao investimento realizado nos anos 2022 e 2023.

O aumento verificado na rubrica de "Outros Ativos Fixos Tangíveis", no montante de 130.073,51 euros, traduziu-se no seguinte investimento:

- (i) Ampliação do sistema de CCTV do mercado, no montante de 48.083 euros;
- (ii) Aquisição de equipamento de segurança, no montante de 20.674 euros;
- (iii) Aquisição e montagem de iluminação LED, no montante de 16.788 euros;
- (iv) Aquisição de contentores de resíduos, no montante de 7.932 euros;
- (v) Aquisição e montagem de aparelhos de ar condicionado tipo mural (interior) no edifício NAC, no montante de 6.830 euros;

- (vi) Instalação de "ilhas ecologicas" para recolha de lixo reciclavel, nos pavilhões A01, A03, A04, A05, A06, A07, A08 e A10, no montante de 4.782 euros;
- (vii) Atualização do sistema de som existente nos diversos pavilhões, no montante de 4.722 euros;
- (viii) Aquisição de armarios metalicos, no montante de 3.611 euros;
- (ix) Aquisição de grelhas metálicas para as redes pluviais, no montante de 2.480 euros;
- (x) Aquisição e instalação de carretéis com caixa, no montante de 2.200 euros;
- (xi) Aquisição de equipamento para o ginásio, no montante de 907 euros;
- (xii) Aquisição de de lava-mãos para o pavilhão R07, no montante de 576 euros;
- (xiii) Transferência da rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em Curso":
  - a. Aquisição e montagem de barreira para controlo de acesso ao mercado, no montante de 4.852 euros;
  - b. Equipamento diverso, no montante de 486 euros;
  - c. Transfêrencia, no montante de 5.146 euros, da rubrica plano de modernização do mercado, no montante referente ao investimento realizado nos anos 2022 e 2023

O aumento registado na rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em curso" no montante de 868.345,22 euros traduziu-se nos seguintes investimentos:

- (i) Empreitada para alteração da rede de gás de natural para propano, no montante de 17.409 euros;
- (ii) Empreitada de creconversão/reabilitação das casas de banho do pavilhão A03, no montante de 39.001 euros;
- (iii) Aquisição e montagem de grelha na sala do CCTV, no montante de 486 euros;
- (iv) Aquisição e montagem de barreira para controlo de acesso ao mercado, no montante de 4.852 euros;
- (v) Empreitada de reabilitação das fachadas do pavilhão R07, no montante de 151.793 euros;
- (vi) Aquisição e montagem de porta-rápida no pavilhão R07, no montante de 4.485 euro;
- (vii) Aquisição e montagem de servidores, no montante de 74.912 euros;
- (viii) Empreitada de reabilitação das coberturas dos pavilhões A01, A03, A04, A05, A06, A07, A08, A09, A10, R02, R04, R07, NAC e C01, no montante de 72.112 euros;
- (ix) Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício NAC (zona dos painéis fotovoltaicos), pavilhão R02 (topo NN e NP), no montante de 20.886 euros;
- (x) Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício CRE-1, no montante de 46.024 euros;
- (xi) Empreitada de reabilitação do pavilhão C01, no montante de 261.292 euros;
- (xii) Empreitada de reabilitação do reservatório de água, célula 2, no montante de 52.098 euros;
- (xiii) Empreitada de reparação dos postos de transformação, no montante de 96.211 euros;
- (xiv) Empreitada de reabilitação das fachadas do edifício NAC, no montante de 14.099 euros;
- (xv) Empreitada de reabilitação da galeria exterior do piso 2 do edifício NAC, no montante de 11.462 euros;
- (xvi) Empreitada para a instalação de 450m de vedação na plataforma do Rouco, no montante de 1.494 euros;
- (xvii) Anulação do adiantamento efetuado em 2022, no montante de 257 euros.

- (xviii) O montante de 599.604,65 euros registado em "Transferências" na rubrica "Ativos Fixos Tangíveis em Curso" refere-se à transferência para "Ativos Fixos Tangíveis" devido à conclusão de algumas obras. Sendo que 498.231 euros referente a aquisições de 2023 e 101.115 euros referentes a anos anteriores.

O montante de 461.709,56 euros que a 31 de dezembro de 2023 ainda se encontra em curso refere-se essencialmente a:

- (i) Empreitada de reabilitação de coberturas de pavilhões, no montante de 11.249 euros;
- (ii) Empreitada de reabilitação do edifício C01, no montante de 261.292 euros;
- (iii) Empreitada de reabilitação de reabilitação de edifícios, no montante de 27.057 euros;
- (iv) Assessoria e auditorias ao plano de modernização do mercado no montante de 23.795 euros;
- (v) Projeto de integração Schneider/Primavera, no montante de 14.332 euros;
- (vi) Licenciamentos diversos no montante de 23.514 euros;
- (vii) Continuação da assessoria e auditorias ao plano de modernização do mercado no montante de 15.141 euros;
- (viii) Elaboração do plano de emergência (Medidas de Autoproteção), no montante de 5.930 euros;
- (ix) Aquisição e montagem de porta-rápida no pavilhão R07, no montante de 4.485 euro;
- (x) Aquisição e montagem de servidores, no montante de 74.912 euros.

O montante dos abates registado na rubrica "Edifícios e Outras Construções" refere-se a:

- (i) Abate (parcial) das luminárias dos escritórios do edifício NAC, no montante de 3.289 euros;

O montante dos abates registado na rubrica "Equipamento básico" refere-se a:

- (i) Abate de grandes reparações efetuadas aos chillers do pavilhão A06, no montante de 10.202 euros;

O montante das alienações registado na rubrica "Equipamento Administrativo" refere-se a:

- (i) Alienação de diverso equipamento que se encontrava danificado/obsoleto, no montante de 640 euros;

O montante dos abates registado na rubrica "Outros Ativos Fixos Tangíveis" refere-se a:

- (i) Abate de diverso equipamento que se encontrava danificado/obsoleto, no montante de 12.998 euros;

O montante das alienações registado na rubrica "Equipamento Administrativo" refere-se a:

- (i) Alienação de contentores do lixo danificados, no montante de 6.110 euros;

No total, estas operações geraram uma mais-valia no montante de 307 euros.

Relativamente às depreciações do exercício, foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e amortização" em 2023, o montante de 3.656.394,12 euros.

## NOTA 9 – LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações

✓  
[Handwritten signature]  
[Handwritten initials]

operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

### 9.1. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

A MARL, S.A. não tem atualmente nenhum contrato de locação financeira a decorrer.

### 9.2. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os contratos de aluguer de viaturas ao serviço da MARL, S.A. revestem a natureza de locações operacionais. Estes não preveem a opção de compra no final do mesmo, nem qualquer valor referente a rendas contingentes.

Nas locações operacionais, os pagamentos mínimos de locação reconhecidos como gasto, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram conforme se segue:

Locações e sublocações operacionais, e pagamentos de locação e de sublocação reconhecidos como gastos	Locações operacionais em vigor				31/12/2023	31/12/2022
	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Pagamentos mínimos das locações	Pagamentos mínimos das locações
			Começo	Fim		
Viatura "AI-48-JB"	LEASYS Portugal,SA	1102653512	21/jul/21	20/jul/26	3 753,48	3 753,48
Viatura "AI-49-JB"	LEASYS Portugal,SA	1102653510	21/jul/21	20/jul/26	3 753,48	3 753,48
Viatura "AI-51-JB"	LEASYS Portugal,SA	1102653511	22/jul/21	21/jul/26	3 753,36	3 753,36
Viatura "AJ-66-CA"	LEASYS Mobility Portugal,SA	5033496	31/ago/21	30/ago/26	2 361,60	2 361,60
Viatura "AJ-19-CB"	LEASYS Mobility Portugal,SA	5033497	31/ago/21	30/ago/26	2 364,50	2 361,60
<b>Total</b>					<b>15 986,42</b>	<b>15 983,52</b>

Futuros pagamentos mínimos das locações operacionais não canceláveis	31/12/2023	31/12/2022
Vencíveis até 1 ano	15 983,64	16 007,64
Vencíveis entre 1 e 5 anos	24 427,11	40 410,75
Vencíveis a mais de 5 anos		
<b>Total</b>	<b>40 410,75</b>	<b>56 418,39</b>

### NOTA 10 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe da rubrica "Financiamentos Obtidos" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Financiamentos obtidos (passivo não corrente)</b>		
Empréstimos bancários - Financiamento para Investimento		
Banco Europeu de Investimento	4.166.666,63	6.944.444,41
Empréstimos por Papel Comercial		
Banco BPI	0,00	1.200.000,00
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	624.600,00	2.573.400,00
<b>Total</b>	<b>4.791.266,63</b>	<b>10.717.844,41</b>

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a checkmark, a signature, and the initials 'CF' and 'Du'.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Financiamentos obtidos (passivo corrente)</b>		
Empréstimos bancários - Financiamento para Investimento		
Banco Europeu de Investimento	2.777.777,78	2.777.777,78
Descobertos Bancários		
Banco Comercial Português	415.682,78	204.981,14
Cartões de Crédito		
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	189,90	222,80
Empréstimos por Papel Comercial		
Banco BPI	1.200.000,00	1.200.000,00
<b>Total</b>	<b>4.393.650,46</b>	<b>4.182.981,72</b>

### 10.1. Caracterização dos empréstimos bancários

- Contrato de financiamento a médio e longo prazo

No dia 8 de outubro de 2001, na sequência dos contactos e negociações havidas com o *Banco Europeu de Investimento (BEI)*, foi assinado um contrato de financiamento com esta entidade bancária europeia. No âmbito deste financiamento, em 8 de setembro de 2011, foi concedido aval do Estado Português, garantindo o cumprimento das obrigações de capital e juros deste financiamento até à maturidade.

A operação está consubstanciada nas seguintes características técnicas:

#### Financiamento BEI

Montante	50.000.000,00
Montante em dívida a 31/12/2023	6.944.444,41
Maturidade	25 anos
Período carência	7 anos
Regime taxa juro	Variável
Indexante	Euribor 3 meses
Spread	+0,12%
Data primeiro reembolso	15/09/2008
Data último reembolso	15/03/2026

- Descoberto Autorizado

À data de 31 de dezembro de 2023, a MARL, S.A. tinha contratualizado duas linhas de apoio à tesouraria, sendo utilizadas ao longo do ano em função dos défices/excedentes de tesouraria gerados diariamente, permitindo assim uma otimização de tesouraria e redução dos encargos financeiros, com as seguintes características:

Em 23 de maio de 2016 foi celebrado um contrato de crédito por descoberto em conta (Grupado) no Banco Comercial Português, pelas empresas SIMAB, MARL e MARE, com limite global de 500.000 euros em que o somatório das utilizações efetuadas pelos beneficiários não poderá exceder, em cada momento, o limite global estabelecido. Em 5 de março de 2018, foi celebrado um aditamento a este mesmo contrato, em que o limite global passa para 1.200.000 euros.

Em 31 de maio de 2016, foi celebrado um contrato de crédito por descoberto em conta (Grupado) no Banco Santander Totta, pelas empresas SIMAB, MARL e MARE com limite global de 500.000 euros em que o somatório das utilizações efetuadas pelos beneficiários não poderá exceder em cada momento o limite global estabelecido. Em 19 de dezembro de 2019, foi celebrado um aditamento a este mesmo contrato, em

*[Handwritten signatures and initials]*

que o limite global passa para 1.000.000 euros, sendo que o limite máximo de utilização pela MARL, SA é fixado em 500.000 euros.

▪ **Cartões de Crédito**

Em dezembro de 2021, foi contratualizado com o IGCP a utilização de cartão de crédito para fazer face pagamentos da Via Verde

▪ **Programa de Emissão de Papel Comercial**

Em novembro de 2021, foi contratualizado com a Banca Comercial um Programa de Emissão de Papel Comercial, no montante de 3 600 milhares de euros, com prazo de 3 anos e possibilidade de denúncia anual por ambas as partes. Esta linha permitiu refinar um PPC, do mesmo montante e maturidade, em condições de *pricing* mais favoráveis, concretizando uma redução de 65 pontos base no *all in spread*, face ao PPC amortizado.

**10.2. Prestações Acessórias de Capital**

Em 2023, a MARL, S.A., amortizou prestações acessórias de capital do acionista SIMAB, SA, no montante de 1.948.800,00 euros (Nota 6.3).

À data de 31 de dezembro de 2023, as prestações acessórias de capital realizadas à MARL, S.A. ascendem a 624.600,00 euros, conforme seguidamente se apresenta:

Prestações Assessórias SIMAB		
Data da Realização	Montante	Montante em dívida a 31/12/2023
23/12/2020	1.950.000,00	624.600,00
<b>Total</b>	<b>1.950.000,00</b>	<b>624.600,00</b>

Os contratos vencem juros mensais à taxa determinada pelo custo de financiamento bancário da empresa mãe, por referência ao mês anterior. Em 2023, correspondeu a uma taxa média de 3,87%.

**NOTA 11 – IMPARIDADE DE ATIVOS**

Os movimentos registados na rubrica de perdas por imparidades de ativos fixos é conforme se segue:

			31/12/2023				
Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Saldo Inicial	Aumentos	Reversão	Regularização	Saldo Final
2023	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Ativos fixos tangíveis	3.137.406,77	0,00	0,00	(605,13)	3.136.801,64
		Ativos intangíveis	29,69		0,00	0,00	29,69
		<b>Totais</b>	<b>3.137.436,46</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(605,13)</b>	<b>3.136.831,33</b>

			31/12/2022				
Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Saldo Inicial	Aumentos	Reversão	Regularização	Saldo Final
2022	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Ativos fixos tangíveis	3.137.616,14	0,00	0,00	(209,37)	3.137.406,77
		Ativos intangíveis	29,69		0,00	0,00	29,69
		<b>Totais</b>	<b>3.137.645,83</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(209,37)</b>	<b>3.137.436,46</b>

O valor registado em regularizações diz respeito, essencialmente à alienação de diverso equipamento que se encontrava fora de uso.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**NOTA 12 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**

O detalhe da rubrica “Outros Ativos Financeiros” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Investimentos Financeiros</b>		
Outras Aplicações Financeiras		
Fundos - FCT (Fundo de Compensação do Trabalho)	2.105,58	1 831,47
<b>Total</b>	<b>2.105,58</b>	<b>1 831,47</b>

No cumprimento da Lei 70/2013 de 30 de agosto, passou a ser constituído o Fundo de Compensação do Trabalho de carácter obrigatório para contratos de trabalhos celebrados após 01/10/2013.

No entanto, de acordo com as disposições do artigo nº 32º da Lei 13/2023 de 3 de abril, as obrigações relativas ao FCT e FGCT, ficam suspensas a partir de 01/05/2023.

**NOTA 13 – DIFERIMENTOS**

**13.1. Diferimentos Ativos**

O detalhe da rubrica “Diferimentos” no ativo é conforme se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Diferimentos</b>		
Gastos a reconhecer (Ativos Correntes)		
Seguros	110,63	1.074,06
Outros gastos a reconhecer	22.994,00	48.828,31
<b>Total</b>	<b>23.104,63</b>	<b>49.902,37</b>

O valor registado na rubrica “outros gastos a reconhecer” no montante de 22.994,00 euros, inclui:

- (i) Gastos de financiamento e comissões bancarias no montante de 402 euros;
- (ii) Licenças Microsoft no montante de 3.696 euros;
- (iii) Licenças Firewall, Office(cloud), alojamentos de mail e de website no montante de 7.184 euros.
- (iv) Contrato Primavera, Sigcont e faturação eletrónica no montante de 1.551 euros;
- (v) Contrato Infotrust no montante de 945 euros;
- (vi) Repasse de eletricidade aos operadores no montante de 8.277 euros;
- (vii) Outros gastos a reconhecer no exercício ou exercícios seguintes no montante de 938 euros.

**13.2. Diferimentos Passivos**

O detalhe da rubrica “Diferimentos” no passivo é conforme se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Diferimentos</b>		
Rendimentos a reconhecer (Passivo não corrente)		
Taxas Acesso	7.599.587,13	9.158.912,54
Taxa Utilização	666.525,67	729.989,35
<b>Total</b>	<b>8.266.112,80</b>	<b>9.888.901,89</b>

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a checkmark, initials 'P', 'A', 'C', and 'J'.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Diferimentos</b>		
<b>Rendimentos a reconhecer (Passivo corrente)</b>		
Taxas Acesso	1.553.632,92	1.562.790,00
Taxa Utilização	232.781,61	218.820,78
Outros Rendimentos a reconhecer	24.187,51	2.235,70
<b>Total</b>	<b>1.810.602,04</b>	<b>1.783.846,48</b>

Os montantes recebidos referentes às taxas de acesso incluídos na rubrica de “Rendimentos a reconhecer”, são reconhecidos por duodécimos, como rendimentos do exercício durante o período de vigência dos contratos.

Na rubrica “Rendimentos a reconhecer – Taxa Utilização” procedeu-se a transferência de passivo corrente para passivo não corrente, o montante referente às taxas de utilização cujo reconhecimento em proveitos é superior a 12 meses.

A diminuição dos rendimentos a reconhecer, provenientes de taxas de acesso, decorre do efeito da sua integração, em rendimentos do exercício.

O montante registado na rubrica “Outros Rendimentos a reconhecer” refere-se a:

- (i) indemnizações recebidas de seguradoras, cujas obras ainda não foram realizadas, no montante de 4.386 euros;
- (ii) serviços prestados às empresas do grupo, referente à monitorização de tráfego de rede/segurança e à gestão centralizada das firewall, no montante de 19.802 euros.

#### NOTA 14 – RÉDITO

A rubrica “Vendas e Serviços Prestados” apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Prestações de serviço</b>		
Taxa de utilização	11.043.422,75	10.225.251,21
Outras receitas	1.885.847,88	1.801.216,17
Proveitos diferidos	1.610.037,41	1.695.348,37
Descontos e abatimentos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>14.539.308,04</b>	<b>13.721.815,75</b>

As prestações de serviço incluem, para além da taxa de utilização e dos proveitos diferidos da taxa de acesso, uma diversidade de outros serviços adicionais, que são reconhecidos no momento em que o cliente solicita o serviço. (Nota 3.9)

De salientar que, a sub-rubrica “Proveitos diferidos” inclui o montante de 49.967 euros relativo a integração em rendimentos do exercício, do valor de taxas de acesso que ainda não estava incorporado, nos casos em que ocorreu rescisão contratual. Em 2022, este montante ascendeu a 122.149 euros.

#### NOTA 15 - SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

No exercício de 2023, foi reconhecido o montante de 23,54 euros em subsídios à exploração referente ao subsídio recebido pela Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI), no âmbito do programa Compensação ao aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG 2022).

Handwritten signatures and initials in blue ink, including what appears to be 'CR' and 'Dus'.

## NOTA 16 – INVENTÁRIOS

A MARL não tem inventário.

## NOTA 17 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

### 17.1. Provisões

Destinando-se as provisões a fazer face a obrigações presentes ou prováveis, mas não aleatórias, a MARL, SA fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos.

O Conselho de Administração da MARL, SA considera que não há riscos identificados à data de 31/12/2023, pelo que não apresenta valores em provisões.

### 17.2. Ativos e Passivos Contingentes

#### 17.2.1. Ativos Contingentes

Não são identificadas situações que configurem ativos contingentes.

#### 17.2.2. Passivos Contingentes

A MARL, S.A. fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos, suportada pelo entendimento dos advogados da empresa.

No dia 10 de janeiro de 2022, o MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A., foi notificado da pendência da ação de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, no Juízo do Trabalho, Juiz 2, sob o processo n.º 3734/21.2T8VFX, proposta pela ex-trabalhadora no dia 21 de dezembro de 2021.

A ação pendente aguarda de momento a sentença.

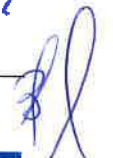

De acordo com informação dos n/ advogados, não existe de momento um valor da ação, não obstante, a autora ter formulado um pedido de pagamento de EUR 294.764,66, não sendo possível, com os dados disponíveis à presente data, apresentar uma estimativa quantitativa e qualitativa da ação e, conseqüentemente, emitir uma avaliação com fiabilidade de possíveis responsabilidades para a MARL, SA.

## NOTA 18 – SUBSÍDIOS OBTIDOS

### Subsídios ao Investimento

Os movimentos relativos ao subsídio obtido são como se segue:

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			31/12/2023		
			Demonstração dos resultados		Balanço
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Imputadas em outros gastos	Reconhecidas no capital próprio (diferença positiva ou negativa)
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos não depreciables	PROMAB		0,00	433.424,13
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	PROMAB	391.048,08	0,00	10.362.774,46
	Impostos diferidos sobre subsídios			0,00	(2.331.624,32)
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	FEE	806,40	0,00	3.427,20
	Impostos diferidos sobre subsídios			0,00	(771,12)
Total			391.854,48	0,00	8.467.230,35

7/ P6  
  


Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			31/12/2022		
			Demonstração dos resultados		Balanço
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Imputadas em outros gastos	Reconhecidas no capital próprio (2023 reconhecido no capital próprio)
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos não depreciables	PROMAB		0,00	433.424,13
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	PROMAB	391.048,08	0,00	10.753.822,54
	Impostos diferidos sobre subsídios			0,00	(2.419.610,12)
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	FEE	806,40	0,00	4.233,60
	Impostos diferidos sobre subsídios			0,00	(952,56)
<b>Total</b>			<b>391.854,48</b>	<b>0,00</b>	<b>8.770.917,59</b>

Os valores são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados e de acordo com a vida útil dos mesmos. Em 2023 inclui essencialmente a quota-parte do subsídio ao investimento (PROMAB) concedidos à sociedade a fundo perdido, no valor de 391.048,08 euros e Fundo de Eficiência Energética (FEE) no valor de 806,40 euros

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 22,5% (IRC à taxa de 21% e Derrama à taxa de 1,5%).

Os valores são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados e de acordo com a vida útil dos mesmos.

## NOTA 19 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

### 19.1. Autorização para emissão

- (i) As Demonstrações Financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 12 de março de 2024.
- (ii) Em Assembleia-geral os acionistas têm o poder de não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar as alterações que julguem convenientes, nos termos e legislação em vigor.

### 19.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

- (i) Entre a data do Balanço e 12 de março de 2024 não houve conhecimento de eventos ocorridos que, afetem o valor dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras do período.

## NOTA 20 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

### 20.1. Imposto sobre o Rendimento

A empresa encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa normal de 21%, sendo a Derrama Municipal fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% do excedente do lucro tributável em 1.500.000 Euros, 5% do excedente de 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e 9% no montante que exceda os 35.000.000 Euros.

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 22,5% (IRC à taxa de 21% e Derrama à taxa de 1,5%).

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos, foi como segue:



Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de janeiro	276.843,93	25.514,17	282.135,54	26.462,40
Movimentos do exercício				
Amortizações n/ aceites fiscalmente	1.093,68		542,84	
Ajustamentos positivos para o justo valor	(6.514,17)	26,53	(7.161,45)	(20,39)
Imparidade de dívidas de clientes	3.397,67		1.327,00	
Subsídios para ativos depreciables - PROMAB		(927,84)		(927,84)
Saldo final a 31 de dezembro	274.821,11	24.612,86	276.843,93	25.514,17

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são detalhados como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Imposto Corrente	(1.620.382,80)	(1.501.223,43)
Imposto Diferido	(1.121,51)	(4.343,38)
<b>Total</b>	<b>(1.621.504,31)</b>	<b>(1.505.566,81)</b>

A reconciliação entre o lucro contabilístico e os gastos/rendimentos de impostos referentes a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é conforme se segue:

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos			Calculo	31/12/2023	31/12/2022
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(éis)	Resultado líquido do período		1	4.896.163,09	4.625.990,21
	Gastos/(rendimentos) de impostos		2	1.621.504,31	1.505.566,81
	<b>Resultado antes de impostos</b>		3=1+2	<b>6.517.667,40</b>	<b>6.131.557,02</b>
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	4	28.957,04	4.312,07
		A deduzir	5	53,20	1.001,19
	Diferenças temporárias	A acrescentar	6	43.547,63	28.293,86
		A deduzir	7	62.582,25	103.749,07
<b>Lucro/(Prejuízo fiscal)</b>			8=3+4-5+6-7	<b>6.527.536,62</b>	<b>6.059.412,69</b>
Dedução de perdas fiscais			9	0,00	0,00
Matéria coletável			10=8-9	6.527.536,62	6.059.412,69
Benefícios fiscais por dedução à Coleta			11	0,00	0,00
Outras componentes do imposto	Tributação autónoma		12	860,96	1.073,20
	Derrama			97.913,05	90.891,18
	Derrama Estadual			150.826,10	136.782,40
	Coleta			1.370.782,69	1.272.476,65
Impostos	Imposto corrente		13=10-11+12	1.620.382,80	1.501.223,43
	Imposto diferido (variação ativos/passivos diferidos)		14	(1.121,51)	(4.343,38)
<b>Gastos/(rendimentos) de impostos</b>			16=13-14-15	<b>1.621.504,31</b>	<b>1.505.566,81</b>

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a checkmark, a signature, and the initials 'CR'.

A linha de imposto teve um impacto negativo de 1.621.504,31 euros nos resultados do exercício, explicado por:

- (i) Pelo reconhecimento de ativos por impostos diferidos relativos:
  - a. À perda de imparidade de depreciações não aceites fiscalmente, no montante de 1.093,68 euros;
  - b. À reversão da perda por imparidade nos Ativos Fixos Tangíveis no montante de 6.514,17 euros;
  - c. À perda de imparidade de dívidas de clientes no montante de 3.397,67 euros;
- (ii) Pelo reconhecimento de passivos por impostos diferidos relativos:
  - a. À reversão da integração do subsídio proporcional à perda por imparidade no montante de 927,84 euros;
- (iii) Pelo imposto corrente do exercício no montante de 1.620.382,80 euros.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis, que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Assim, são reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existam expetativas fundamentadas de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro.

Não são efetuadas compensações entre impostos diferidos ativos e passivos.

## 20.2. Decomposição dos saldos com o Estado

### 20.2.1. Passivo Corrente

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Estado e outros entes públicos</b>		
Imposto sobre o rendimento (IRC)	292.002,00	79.398,38
Retenção de impostos sobre rendimentos	11.731,08	11.070,19
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	347.069,20	323.933,24
Contribuições para a Segurança Social	15.105,42	14.060,04
Outras tributações	0,00	81,87
<b>Total</b>	<b>665.907,70</b>	<b>428.543,72</b>

Nos exercícios de 2023 e 2022 foi efetuado o apuramento do imposto sobre o rendimento a pagar e a recuperar respetivamente, pelo que a rubrica "Imposto sobre o Rendimento" evidencia a estimativa do imposto sobre o rendimento, derrama e derrama estadual, deduzida dos pagamentos por conta e adicional por conta de IRC efetuados.

### 20.3. Outras informações

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2023 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

✓  
PB  
JL  
CT  
R

## NOTA 21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 21.1. Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros são detalhadas conforme se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos Financeiros</b>		
Contas a receber de terceiros	1.251.302,45	1.207.184,33
Caixa e equivalentes	156.656,23	121.405,78
<b>Total</b>	<b>1.407.958,68</b>	<b>1.328.590,11</b>

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivos Financeiros</b>		
Fornecedores	359.820,95	363.876,84
Outras contas a pagar a terceiros	15.709.178,73	21.206.368,61
<b>Total</b>	<b>16.068.999,68</b>	<b>21.570.245,45</b>

### 21.2. Risco de crédito

Os riscos a que a MARL, S.A. se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de crédito – O risco de crédito está associado ao risco de uma entidade falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais resultando numa perda financeira. Este tipo de risco é incorrido no decorrer das suas atividades operacional e financeira.

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido; e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- As condições financeiras dos clientes.

Relativamente ao risco de crédito associado à atividade financeira, a MARL, S.A. detém uma exposição ao sector bancário nacional traduzida pelos depósitos à ordem e financiamentos obtidos. Até à data, a MARL, S.A. não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com entidades bancárias.

- Risco de liquidez (também referido como risco de financiamento) – é o risco de que a empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros.

A MARL, S.A. tem procurado o melhor desempenho na gestão de tesouraria, procurando garantir o cumprimento de responsabilidades de curto prazo e das atividades operacionais e minimizar a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos através de uma gestão rigorosa e planeada da sua atividade.

Como forma de mitigação deste risco e integrado na estratégia global do Grupo SIMAB, desde 2012, a MARL, S.A. tem vindo a realizar uma reestruturação do financiamento bancário através da concentração de

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'B' and 'H'.

linhas de crédito de apoio à tesouraria na empresa-mãe, que possibilitou uma redução do seu custo de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2023, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

A antiguidade do saldo da rubrica "Clientes é detalhada conforme segue:

Descrição	31/12/2023			Descrição	31/12/2022		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Não vencido	817.581,90	0,00	817.581,90	Não vencido	747.501,78	0,00	747.501,78
Vencido				Vencido			
0 - 30 dias	84.674,78	0,00	84.674,78	0 - 30 dias	61.611,84	0,00	61.611,84
30 - 90 dias	34.904,58	0,00	34.904,58	30 - 90 dias	49.015,29	0,00	49.015,29
90 - 180 dias	10.301,13	0,00	10.301,13	90 - 180 dias	8.416,76	0,00	8.416,76
180 - 360 dias	5.434,27	0,00	5.434,27	180 - 360 dias	6.948,29	0,00	6.948,29
> 360 dias	770.114,78	694.533,99	75.580,79	> 360 dias	804.427,05	718.788,72	85.638,33
<b>Total</b>	<b>1.723.011,44</b>	<b>694.533,99</b>	<b>1.028.477,45</b>	<b>Total</b>	<b>1.677.921,01</b>	<b>718.788,72</b>	<b>959.132,29</b>

A antiguidade do saldo da rubrica "Fornecedores" é detalhada conforme segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Quantia	Quantia
Não vencido	220.560,25	312.249,86
Vencido		
0 - 30 dias	106.677,28	2.854,31
30 - 90 dias	0,00	239,85
90 - 180 dias	(147,95)	0,00
180 - 360 dias	0,00	(1.933,27)
> 360 dias	32.731,37	50.466,09
<b>Total</b>	<b>359.820,95</b>	<b>363.876,84</b>

A MARL, S.A. apresenta uma gestão prudente do risco de liquidez, o que implica ainda a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas, mas principalmente o acesso ao crédito para fazer face à gestão corrente.

A empresa gere o seu capital para assegurar que prosseguem as suas operações numa ótica de continuidade. Neste contexto, a Empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio).

4/  
B  
A  
C  
D

### 21.3. Clientes

O detalhe da rubrica "Clientes" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Clientes</b>		
Clientes gerais	1.023.680,19	946.910,56
Clientes - Empresa-mãe	0,00	6.511,44
Clientes - Outras partes relacionadas	0,00	0,00
Clientes - Cheques pré-datados	2.659,19	2.474,86
<b>Subtotal</b>	<b>1.026.339,38</b>	<b>955.896,86</b>
Clientes cobrança duvidosa	696.672,06	722.024,15
Perdas por imparidade acumuladas	(694.533,99)	(718.788,72)
<b>Subtotal</b>	<b>2.138,07</b>	<b>3.235,43</b>
<b>Total</b>	<b>1.028.477,45</b>	<b>959.132,29</b>

### 21.4. Fornecedores

O detalhe da rubrica de "Fornecedores" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores gerais	336.537,80	273.687,35
Fornecedores - Empresa-mãe	2.748,65	52.053,99
Fornecedores - Outras partes relacionadas	20.534,50	38.135,50
<b>Total</b>	<b>359.820,95</b>	<b>363.876,84</b>

### 21.5. Adiantamento de clientes

O detalhe da rubrica "Adiantamento de Clientes" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
<b>Adiantamentos de clientes</b>		
Clientes gerais	884,10	884,10
<b>Total</b>	<b>884,10</b>	<b>884,10</b>

### 21.6. Créditos a receber

O detalhe da rubrica "Créditos a Receber" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Créditos a receber</b>		
Devedores diversos		
Dif. Taxa de Acesso	30.424,75	46.828,75
Outros	0,00	65.200,00
<b>Total</b>	<b>30.424,75</b>	<b>112.028,75</b>

✓  
B  
A  
CR  
23

## 21.7. Outros créditos a receber

O detalhe da rubrica "Outros Créditos a Receber" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Outros créditos a receber</b>		
Outras operações com pessoal	570,51	477,15
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros devedores	654,12	1.149,88
Outros acréscimos de rendimentos	63.744,50	13.446,71
Devedores diversos		
Cauções a fornecedores	778,22	778,22
Dif. Taxa de Acesso	16.371,36	16.371,36
Outros	110.281,54	103.799,97
<b>Total</b>	<b>192.400,25</b>	<b>136.023,29</b>

O saldo a receber do pessoal totaliza 570,51 euros refere-se essencialmente a:

- (i) despesas extra *plafond* de telemóvel, combustíveis e "via verde", devidamente controladas e recebidas no curtíssimo prazo;

## 21.8. Outras dívidas a pagar

O detalhe da rubrica "Outras Dívidas a Pagar" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Outras Dívidas a pagar (Passivo não Corrente)</b>		
Credores diversos		
Cauções Operadores	1.582.967,34	1.562.813,20
Ajust. Imposto s/Subsidio	2.244.228,19	2.332.395,43
<b>Total</b>	<b>3.827.195,53</b>	<b>3.895.208,63</b>

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Outras Dívidas a pagar (Passivo Corrente)</b>		
Cientes	382,16	1.506,71
Outros custos com pessoal	1,66	198,28
Credores diversos		
Outros	79.568,88	86.440,75
Ajust. Imposto s/Subsidio	88.167,25	88.167,25
Fornecedores de investimentos		
Fornecedores gerais	1237.063,67	968.730,46
Empresa mãe	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos		
Juros a Liquidar	89.205,13	45.103,63
Remunerações a Liquidar	106.176,82	102.329,50
Outros Acréscimos de Gastos	429.708,74	688.429,45
<b>Total</b>	<b>2.030.274,31</b>	<b>1.980.906,03</b>

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a checkmark and several initials.

Encontram-se registados em passivo não corrente:

- (i) O valor de cauções definidas contratualmente, por se considerar que não são devolvidas num prazo inferior a 12 meses;
- (ii) O saldo da conta "Ajustamentos imposto s/ Subsídio" tem origem no desreconhecimento da rubrica de "Outras variações capitais próprios", dos impostos diferidos associados à integração do subsídio ao investimento PROMAB, na sequência da FAQ 13, datada de 15 de abril de 2013.  
Da interpretação da FAQ 13, resulta que o período de reconhecimento do rendimento de imputação do subsídio e o momento da sua tributação são coincidentes, não havendo, assim, diferenças temporárias tributáveis e logo, não há lugar ao reconhecimento de passivos por impostos diferidos. Neste contexto, em 2013, foram desreconhecidos na MARL, SA, os passivos por impostos diferidos que tinham sido reconhecidos até 2012, reconhecendo o passivo numa conta de "Outros devedores e credores". O saldo é revertido, na cadencia do reconhecimento do subsídio como crédito do exercício, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados e de acordo com a vida útil dos mesmos.

O valor apresentado de remunerações a liquidar considera as remunerações devidas em 2024 no que diz respeito a férias e subsídio de férias cujo direito foi adquirido no decurso do ano 2023.

A rubrica de "Credores por acréscimos de gastos – Outros", no montante de 424.794 euros, refere-se essencialmente a:

- (i) Acréscimo de gastos com Imposto Municipal sobre Imóveis, referente a 2023, cujo pagamento ocorrerá em 2024, no valor de 263.502 euros;
- (ii) Acréscimo de gastos com água, eletricidade, gás, manutenção e seguros no montante de 134.732 euros;
- (iii) Acréscimo de gastos com a compensação a clientes, no montante de 14.874 euros;
- (iv) Acréscimo de gastos com a TSU referente a trabalhadores independentes no montante de 4.933 euros;
- (v) Acréscimo de gastos com o acompanhamento diário da atividade no mercado pelos serviços de segurança no montante de 2.312 euros;
- (vi) Acréscimo de gastos com a atualização do software no montante de 2.774 euros;
- (vii) Acréscimo de gastos com a taxa de exploração da DGEG no montante de 2.452 euros;
- (viii) Acréscimo de gastos com comissões a pagar ao Estado Português na sequência do aval concedido, conforme explicado na nota 10.1 e nota 27.1.2, no montante de 4.128 euros.

## NOTA 22 – CAPITAL SOCIAL

### 22.1. Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

Durante o exercício de 2023, não houve qualquer realização capital, conforme seguidamente se apresenta:

Acionista	Capital Social Inicial	Diminuição	Aumento Capital			Capital Social Final
			Conversão Suprimentos	Conversão Dívida	Entradas em Dinheiro	
Simab, S.A.	26.361.351,64					26.361.351,64
Câmara Municipal de Lisboa	2.970.272,55					2.970.272,55
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	445.806,60					445.806,60
Câmara Municipal de Loures	222.568,97					222.568,97
<b>Total</b>	<b>29.999.999,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>29.999.999,76</b>

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a checkmark and several illegible signatures.

Acionista	Capital Subscrito	Capital Realizado	Capital a realizar
Simab, S.A.	26.361.351,64	26.361.351,64	
Câmara Municipal de Lisboa	2.970.272,55	2.970.272,55	
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	445.806,60	445.806,60	
Câmara Municipal de Loures	222.568,97	222.568,97	
<b>Total</b>	<b>29.999.999,76</b>	<b>29.999.999,76</b>	<b>0,00</b>

## 22.2. Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O capital social atual é representado por 6.012.024 ações nominativas, com o valor facial de 4,99 euros, em títulos de uma, cinco, dez, cem, mil ou múltiplos de mil ações.

Em substância, o capital social da sociedade, encontra-se repartido nos seguintes valores:

Acionista	N.º Ações	Valor Nominal	Valores	%
Simab, S.A.	5.282.836	4,99	26.361.351,64	87,87%
Câmara Municipal de Lisboa	595.245	4,99	2.970.272,55	9,90%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	89.340	4,99	445.806,60	1,49%
Câmara Municipal de Loures	44.603	4,99	222.568,97	0,74%
<b>Total</b>	<b>6.012.024</b>		<b>29.999.999,76</b>	<b>100,00%</b>

## 22.3. Movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de Capitais Próprios

### 22.3.1. Reservas Legais

A rubrica "Reservas" apresentava o seguinte detalhe:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Reservas</b>		
Saldo inicial	4.780.279,40	4.292.558,81
Aplicação do Resultado Líquido	462.599,02	487.720,59
Saldo final	<b>5.242.878,42</b>	<b>4.780.279,40</b>

Os estatutos da empresa determinam para a aplicação dos resultados, um mínimo de dez por cento para constituição ou reintegração da reserva legal até atingir o mínimo legalmente exigível e o remanescente conforme for deliberado pela Assembleia Geral, podendo o montante a distribuir como dividendos aos acionistas ser fixado por deliberação aprovada pelos votos representativos de cinquenta e um por cento do capital social.

### 22.3.2. Resultados Transitados

Realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de "Resultados transitados":

Descrição	31/12/2023	Variação	31/12/2022
<b>Resultados transitados</b>			
Resultados transitados	36.331.009,29	4.163.391,19	32.167.618,10
Result. transit. - Reg. n/freq. de grande signif.	(357.942,02)	0,00	(357.942,02)
Resultados transitados - Adopção 1ª vez SNC	1.773.414,40	0,00	1.773.414,40
<b>Total</b>	<b>37.746.481,67</b>	<b>4.163.391,19</b>	<b>33.583.090,48</b>

A rubrica de resultados transitados corresponde aos resultados líquidos dos períodos anteriores, conforme deliberações efetuadas nas assembleias gerais. Encontram-se ainda registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação pela primeira vez do SNC.

A variação nos resultados transitados, no valor de 4.163.391,19 euros, resulta de:

(i) Aplicação do Resultado líquido do exercício de 2022 no valor de 4.625.990,21 euros, nos seguintes montantes:

- 462.599,02 euros para reservas legais correspondente a 10%, nos termos da al.a) do artigo 18º dos estatutos da sociedade;
- 4.389.485,32 euros mantidos em resultados transitados;

### 22.3.3. Ajustamentos e Outras Variações no Capital Próprio

A empresa reconhece, nesta rubrica, os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes (subsídios ao investimento), os quais foram integralmente recebidos e não são reembolsáveis. No caso de bens depreciables, estes subsídios são subseqüentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam, tendo sido reconhecidos rendimentos no montante de 391.854,48 euros, em 31 de dezembro de 2023.

O saldo desta rubrica corresponde: (i) parcela destes subsídios ainda não imputados a rendimentos do período no montante de 10.366.201,66 euros, líquido do respetivo passivo por impostos diferidos no montante de 2.332.395,44 euros, e (ii) aos subsídios afetos a bens não depreciables no montante de 433.424,13 euros.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Outras Variações no Capital Próprio</b>		
Subsídios para activos não depreciables		
Subs. para act. não deprec. - PROMAB	433.424,13	433.424,13
Subsídios para activos depreciables		
Subs. para act. deprec. - PROMAB	10.362.774,46	10.753.822,54
Subs. para act. deprec. - FEE	3.427,20	4.233,60
Impostos diferidos referentes a Subsídios	(2.332.395,44)	(2.420.562,68)
<b>Total</b>	<b>8.467.230,35</b>	<b>8.770.917,59</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pela taxa fiscal, que se espera que seja de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais), que estejam acordadas à data do relato.

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 22,5% (IRC à taxa de 21% e Derrama à taxa de 1,5%).

### NOTA 23 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" é detalhada conforme se segue:

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Descrição	31/12/2023	30/12/2022
<b>Serviços especializados</b>		
Trabalhos especializados	337.690,64	380.020,58
Publicidade e propaganda	3.605,38	9.117,98
Vigilância e segurança	378.958,95	389.636,92
Honorários	55.940,61	89.501,10
Comissões	0,00	0,00
Conservação e reparação	222.313,10	215.395,71
Serviços Bancários	2.410,98	2.341,59
<b>Materiais</b>		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.170,86	866,83
Material de escritório	3.337,72	1.319,78
Artigos para oferta	123,57	0,00
<b>Energia e fluídos</b>		
Eletricidade	413.760,22	632.574,28
Combustíveis	116.496,36	4.509,78
Água	137.015,39	164.663,04
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	2.356,38	3.429,90
<b>Serviços diversos</b>		
Rendas e alugueres	34.418,27	33.188,68
Comunicação	11.776,85	11.592,65
Seguros	111.587,39	99.810,01
Contencioso e notariado	991,85	1.681,50
Despesas de representação	167,30	1.731,99
Limpeza, higiene e conforto	1.260.183,96	1.030.446,66
Outros serviços	12.646,21	9.719,11
<b>Total</b>	<b>3.106.951,99</b>	<b>3.081.548,09</b>

#### NOTA 24 – GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica “Gastos com o pessoal” detalha-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Gastos com o pessoal</b>		
Remunerações dos órgãos sociais	155.226,92	155.807,41
Remunerações do pessoal	621.951,66	537.010,88
Indemnizações	1.366,48	0,00
Encargos sobre remunerações	140.305,00	122.351,58
Seguros de acidentes no trabalho e doenças prof.	3.491,47	2.856,02
Outros gastos com o pessoal	30.007,62	21.000,49
<b>Total</b>	<b>952.349,15</b>	<b>839.026,38</b>

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o ano de 2023 foi de 25 empregados.

Foram efetuadas as estimativas de férias e subsídios de férias a pagar em 2024, relativas a 2023, de acordo com a Lei 42/2016 de 28/12 (OE 2017).

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large '7' and several illegible signatures.

**NOTA 25 – OUTROS GASTOS E OUTROS RENDIMENTOS**

**25.1. Decomposição da rubrica de “Outros gastos” conforme quadro seguinte:**

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Outros gastos</b>		
Impostos	267.157,63	288.058,77
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	967,85
<b>Outros Gastos e perdas</b>		
Correções de exercícios anteriores	25.121,14	3.343,41
Donativos	0,00	1 150,00
Quotas	5.318,00	5.768,00
Insuficiência da estimativa para impostos	917,30	0,00
Outros não especificados	18.019,22	12.902,83
<b>Total</b>	<b>316.533,29</b>	<b>312.190,86</b>

A rubrica “Impostos” refere-se essencialmente ao IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) do exercício de 2023 a pagar em 2024 no montante de 263.502 euros.

O valor evidenciado em “Outros Gastos” inclui:

- (i) A rubrica “Correções de exercícios anteriores”, no montante de 25.121 euros refere-se essencialmente a trabalhos realizados em anos anteriores no montante de 22.820 euros;
- (ii) A rubrica “Quotas” no montante de 5.318 euros referente às entidades:
  - WUWM – World Union of Wholesale Markets;
  - A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia;
  - Associação 5 ao Dia;
  - Bombeiros Voluntários do Zambujal.
- (iii) A rubrica “Outros não especificados”, no montante de 18.019 euros, refere-se essencialmente a:
  - indemnizações de sinistros, no montante de 17.951 euros.

**25.2. Decomposição da rubrica de “Aumentos/Reduções de justo valor” conforme quadro seguinte:**

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fundo Compensação do Trabalho (FCT)	117,90	(109,70)
<b>Total</b>	<b>117,90</b>	<b>(109,70)</b>

No cumprimento do disposto na Lei n.º 70/2013 de 30 de agosto, foi constituído o FCT - Fundo de Compensação do Trabalho, de caráter obrigatório para os contratos de trabalho celebrados desde 1 de outubro de 2013.

Com a publicação do Decreto Lei nº 115/2023 de 15 de dezembro, cessa em definitivo a obrigatoriedade de efetuar entregas para o FCT.

Em 2023 foram reconhecidos rendimentos no valor de 117,90 euros pela valorização ao JV do referido fundo.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'Z' and other illegible marks.

**25.3. Decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” conforme quadro seguinte:**

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Outros rendimentos</b>		
Rendimentos suplementares	46.748,97	39.646,20
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	22.735,86	17.542,84
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	307,40	321,37
<b>Outros</b>		
Correções de exercícios anteriores	20.264,21	4.889,69
Excesso da estimativa para impostos	0,00	16,97
Imputação de subsídios para investimento	391.854,48	391.854,48
Outros não especificados	8.132,35	7.306,32
<b>Total</b>	<b>490.043,27</b>	<b>461.577,87</b>

A rubrica “Rendimentos suplementares”, no montante de 46.748,97 euros, inclui essencialmente:

- (i) A faturação emitida à SIMAB, S.A. e à Associação 5 ao dia, nos montantes de 39.526 euros e 120 euros, respetivamente (Notas 6.3 e 6.4);
- (ii) O rendimento resultante do aluguer de equipamento às empresas do grupo (SIMAB, MARB, MARÉ e MARF), no montante de 7.102 euros.

A rubrica “Rendimentos nos restantes ativos financeiros”, no montante de 22.735 euros, inclui:

- (i) O montante de 10.654 euros referente a juros previstos no adicional ao contrato com a MARL Energia;
- (ii) O montante de 12.081 euros referentes a juros de mora.

A rubrica “Correções de exercícios anteriores”, no montante de 20.264 euros, refere-se a correções diversas.

A rubrica “Imputação de subsídios para o investimento”, no montante de 391.854,48 euros, refere-se ao reconhecimento de subsídios ao investimento do PROMAB concedidos à sociedade, a fundo perdido (Nota 18).

A rubrica “Outros não especificados”, no montante de 8.132 euros, inclui essencialmente:

- (i) O montante de 4.500 euros referente penalidades contratuais;
- (ii) O montante de 2.863 euros referentes a incorporação de cauções.

**25.4. Gastos / reversões, depreciações e amortizações**

O detalhe da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Intangíveis	27.606,60	15.060,91
Ativos fixos tangíveis	3.656.394,12	3.668.157,53
<b>Total</b>	<b>3.684.000,72</b>	<b>3.683.218,44</b>

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a checkmark and initials.

## 25.5. Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados, são detalhados conforme se segue:

Juros e gastos similares		31/12/2023	31/12/2022
Juros com financiamentos obtidos	Empréstimos obtidos	277.481,47	41.247,32
	Acionista	61.378,12	27.110,86
	Subtotais	338.859,59	68.358,18
Juros com Papel Comercial	BPI	68.722,39	24.086,08
	SANTADER	0,00	.0,00
	Subtotais	68.722,39	24.086,08
Outros gastos e perdas de financiamento	Comissões	24.648,66	33.318,07
	Imposto do Selo	1.387,19	2.871,97
	Subtotais	26.035,85	36.190,04
<b>Totais</b>		<b>433.617,83</b>	<b>128.634,30</b>

O aumento dos gastos de financiamento, comparativamente ao exercício anterior, deveu-se à evolução desfavorável das taxas de juro de referência (Euribor), refletindo o agravamento das condições do mercado financeiro. Não obstante esta evolução, a redução da dívida financeira e a manutenção do *all in spread* das operações, na sequência das negociações mantidas com a banca comercial, permitiu mitigar esse impacto.

## NOTA 26 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- (i) A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro.
- (ii) Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- (iii) Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artº 397º do CSC (Negócios entre os Administradores e a sociedade), pelo que nada há a indicar para efeitos do nº 5, alínea e) do Artº 66º do CSC.
- (iv) Relativamente ao Artº 66º-A do CSC, devemos informar que:
  - Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço;
  - Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas referem-se a Revisão Legal de Contas, conforme quadro seguinte:

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	31/12/2023	31/12/2022
	Honorários faturados	Honorários faturados
Revisão legal das contas	9.674,75	9.675,00
<b>Totais</b>	<b>9.674,75</b>	<b>9.675,00</b>

7  
BB  
JK  
Dus

## NOTA 27 – OUTRAS INFORMAÇÕES

### 27.1. Divulgações de natureza não contabilística

#### 27.1.1. Garantias prestada a terceiros

Em 31 de dezembro de 2023, a empresa tinha prestado garantias bancárias a terceiros, como segue:

Entidade Beneficiária	Tipo de Garantia	Objeto	Data de Emissão	Valores
Repsol, Lda	Bancaria - CGD	caucionar o bom pag.debitos de transações	13/10/2000	2.000,00
Banco Comercial Português	Livrança (a)	Crédito por Descoberto (Grupado)	23/05/2016	415.682,78
Banco BPI	Livrança (a)	garantia do papel comercial	16/11/2021	1.200.000,00
<b>Total</b>				<b>1.617.682,78</b>

(a) Livrança em branco a preencher pela entidade bancaria pelo montante em dívida, composto por capital, despesas, juros e demais encargos apurados na data de incumprimento.

#### 27.1.2. Garantia prestada ao Banco Europeu de Investimento (BEI)

No âmbito do contrato de financiamento realizado entre o Banco Europeu de Investimento (BEI) e a sociedade, celebrado em 8 de outubro de 2001, foi concedida garantia pessoal do Estado ao cumprimento das obrigações de capital e juros resultantes do referido contrato, formalizado por Contrato de Fiança realizado entre o BEI e a República Portuguesa em 8 de setembro de 2011, e por Aditamento ao Contrato de Financiamento realizado entre o BEI e a MARL, S.A., nessa mesma data.

Esta fiança foi prestada ao abrigo da Lei nº 112/97, de 16 de setembro, sendo concedida pelo prazo de quinze anos, contados a partir de 8 de outubro de 2011, tendo sido fixada uma comissão de garantia de 0,2% ao ano.

#### 27.1.3. Garantias sobre terceiros

Em 31 de dezembro de 2023, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias e livrança sobre terceiros, referentes à caução do bom e integral cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de utilização de espaços no MARL:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
MARL Energia, Lda	Contrato utilização espaço para Central Fotovoltaica	Livrança	500.000,00
HYPESOLAR FANHÕES, LDA.	Garantia do integral e tempestivo cumprimentos obrig.direito superficie	Livrança	50.000,00
HYPESOLAR SACAÇÃO, LDA.	Garantia do integral e tempestivo cumprimentos obrig.direito superficie	Livrança	50.000,00
<b>Total</b>			<b>600.000,00</b>

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
CEMG	Cauções contratuais	Bancaria - MG	24.353,81
Figueira, Lda	Cauções contratuais	Bancaria - BES	36.134,00
Repsol, Lda	Cauções contratuais	Bancaria - Millennium BCP	14.963,94
Torrestir, S.A.	Cauções contratuais	Bancaria - BPI	15.400,00
<b>Total</b>			<b>90.851,75</b>

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Electrolimpa	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução - COSEC	100.000,00
Ramos Catanno, Lda	Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício CTT Expresso	Bancaria - Banco Popular	3.800,00
Electrolimpa Sul, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução - AXA	29.919,60
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício CTT Expresso	Bancaria - Banco Popular	3.655,69
JCDecaux, S.A	Contrato de Prestação de Serviços de Mobiliário Urbano	Bancaria - SANTANDER	59.324,52
Sotecnisol	Reabilitação das Coberturas da Cobertura Edifício do CTT-Expresso	Bancaria - Eurobic	13.550,72
ENA Portugal	Aquisição e Implementação do CCTV no MARL	Bancaria - Millennium BCP	16.673,00
Sotecnisol	Reabilitação das Coberturas dos Edifícios A03, A07 e A09 no MARL	EUROBIC	5.186,50
Redecor, S.A.	Empreitada de Reparação do Pavimento do Pavilhão do Pescado R07	Bancaria - Banco BIC	1.659,15
Sotecnisol	Reabilitação da Cobertura do Edifício B2	Bancaria - Banco BIC	376,30
Sotecnisol	Reabilitação da Cobertura do Topo Norte do Pavilhão R02	Bancaria - Banco BIC	625,44
ENVIMAN, LDA	Contrato de Prest.Serv.Manut.Instal.e Equipamentos no MARL	Bancaria - NB	7.760,06
LUSÁGUA, Lda	Contrato de Prest.Serv.Limp.Ext.e Remoção de Resíduos Sólidos	Bancaria - CGD	51.913,80
UNNISA, SA	Empreitada de Reparação do Pavilhão do Pescados Pavilhão R07	Bancaria - SANTANDER	2.394,81
SOTECNISOL SA	Reabilitação de Coberturas no MARL	Bancaria - EUROBIC	4.885,95
LUSÁGUA	Aquisição Serviços Limpeza-Exterior e Remoção de Resíduos Sólidos	Bancaria - CGD	2.104,97
UNNISA, SA	Empreitada de Reparação de Fachadas do Pavilhão R07	Bancaria - SANTANDER	8.944,79
SOTECNISOL SA	Reparação do Reservatório - Célula 2	Bancaria - EUROBIC	3.028,33
CPW ENGENHARIA, LDA	Empreitada de Reabilitação da Cobertura dos Pavilhões R02, R04, R07	Deposito Caução - CGD	3.069,64
M.C.SILVA, LDA	Empreitada de Reabilitação do Sistema de Drenagem e Vedações	Deposito Caução - BPI	2.940,68
PRESENTAROUND, LDA	Empreitada de Conceção e Execução de Armazém p/Prest.Serv.	Deposito Caução - BPI	4.446,00
UNNISA, SA	Empreitada de Reparação Fachadas Pavilhão R07	Bancaria - BST (Reforço)	214,00
SOTECNISOL, SA	Empreitada de Reabilitação de Coberturas dos Edifícios	Bancaria - Eurobic	481,86
ALFERPAC, SA	Trabalhos Complementares Empreitada Reparação PT 5	APOLICE SEGURO - Cosec	5.170,31
ENVIMAN LDA	Prestação de Serviços Manutenção de Equipamentos e Instalações do MARL	Bancaria - NB	17.760,00
LUSÁGUA	Prestação de Serviços de Limpeza Externo e Remoção de Resíduos Sólidos	Bancaria - CGD	64.500,00
UNNISA, SA	Empreitada de Pavimentação, Marcação e Numeração dos Espaços Pav. A03	Bancaria - SANTANDER	2.226,16
SOTECNISOL, SA	Empreitada de Reabilitação de Coberturas dos Edifícios	Bancaria - Eurobic	2.721,53
IBERLIM, SA	Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Bancaria - NB	32.798,48
UNNISA, SA	Reabilitação das Fachadas do Edifício NAC	Bancaria - SANTANDER	6.989,73
UNNISA, SA	Reabilitação da Galeria Exterior do Piso 2 do Edifício NAC	Bancaria - SANTANDER	2.272,43
UNNISA, SA	Empreitada de Reabilitação Edifício C1	Bancaria - SANTANDER	16.434,59
UNNISA, SA	Empreitada de Reabilitação Edifício C1	Bancaria - SANTANDER (Adic.)	1.554,23
Total			479.383,27

#### 27.1.4. Proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados:

O Conselho de Administração da MARL, SA propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2023, no montante de 4 896 163,09 euros (quatro milhões, oitocentos e noventa e seis mil, cento e sessenta e três euros e nove centésimos) tenha a seguinte distribuição:

- 489 616,31 euros (quatrocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e dezasseis euros e trinta e um cêntimos) sejam transferidos para Reservas Legais, correspondente a 10%, nos termos da al. a) do artigo 18.º dos estatutos da sociedade;
- 4 406 546,78 euros (quatro milhões, quatrocentos e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis euros e setenta e oito cêntimos) sejam mantidos em Resultados Transitados.

Não se propõe a distribuição de lucros, dada a necessidade de reforçar o autofinanciamento da empresa.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração da MARL, S.A.



Alfredo José Dinis do Vale Barbosa



Jorge Proença dos Reis



Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva



Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini



Fernando Jorge Rodrigues Antunes



Luis Manuel dos Santos Matias

São Julião do Tojal, 12 de março de 2023

Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'CP' and 'D'.

RELATÓRIO E  
PARECER DO FISCAL  
ÚNICO E  
CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DE CONTAS





## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração do **MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Acompanhámos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- No âmbito do disposto no n.º2 do art.º 54.º do Decreto – Lei nº 133/2013, de 2 de outubro, procedemos à apreciação do Relatório de Governo Societário emitido pelo Conselho de Administração da MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA, em cumprimento do n.º1 do referido articulado.

Da apreciação efetuada, concluímos que o Relatório de Governo Societário:

- Apresenta informação anual, verdadeira e completa sobre as matérias referentes às práticas de bom governo constantes do Capítulo II do referido diploma legal, detalhando tais matérias de forma adequada às características da sociedade.
- Encontra-se estruturado de acordo com o Manual emitido para o efeito pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM) e divulga: i) um sumário executivo; ii) a missão, objetivos e políticas da Empresa; iii) estrutura de capital; iv) participações sociais e obrigações detidas; v) órgãos Sociais e comissões; vi) organização interna; vii) remunerações; viii) transações com partes relacionadas e outras; ix) análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental; x) avaliação do Governo Societário; xi) anexos.
- O Relatório do Governo Societário carece de aprovação da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM).

- Verificámos a adequabilidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;



A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda

- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas, colaboradores da sociedade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

- (a) A proposta de aplicação de resultados cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Viseu, 14 de março de 2024

O Fiscal Único

A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda

Representada por Ricardo Jorge Pinto Dias, ROC n.º 1819

Registado na CMVM com o n.º 20170008



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA** (Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 112.523.080,67 euros e um total de capital próprio de 86.352.753,29 euros, incluindo um resultado líquido de 4.896.163,09 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

##### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Viseu, 14 de março de 2024

O Revisor Oficial de Contas

A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda

Representada por Ricardo Jorge Pinto Dias, ROC n.º 1819

Registado na CMVM com o n.º 20170008

Handwritten initials and marks in blue ink, including a large 'P', 'FB', 'CA', and 'Dh'.

# LISTA DE PRESENCAS



*Handwritten signature and initials in blue ink.*



MARL- Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.

Edifício NAC - Piso 2

Lugar do Quintanilho

2660-421 São Julião do Tojal

Loures - Portugal

Telefone +351 219 927 400

[www.marl.pt](http://www.marl.pt)

[marl@marl.pt](mailto:marl@marl.pt)



**marl**

**Mercado Abastecedor  
da Região de Lisboa**